

PAUL HENRY

A FERRAMENTA IMPERFEITA

Língua, Sujeito e Discurso

Com um posfácio de

Oswald Ducrot

Tradução:

Maria Fausta Pereira de Castro

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor: Carlos Vogt

Coordenador Geral da Universidade: José Martins Filho
Conselho Editorial: Aécio Pereira Chagas, Alfredo
Miguel Ozorio de Almeida, Antonio Carlos Bannwart,
César Francisco Ciacco (*Presidente*), Eduardo Guimarães,
Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Jayme Antunes
Maciel Júnior, Luiz Cesar Marques Filho, Geraldo
Severo de Souza Ávila
Diretor Executivo: Eduardo Guimarães



SUMÁRIO

PRÓLOGO	
A pressuposição e a configuração epistêmica da lingüística	11
I - O SUJEITO NA LINGÜÍSTICA. A PROPÓSITO DA PRESSUPOSIÇÃO	35
Introdução - Duas perspectivas teóricas, duas concepções da pressuposição	37
Capítulo I - A pressuposição na teoria da gramática	43
Capítulo II - Da pressuposição lógica ao ato de linguagem	59
Conclusão - Enunciado, ato de linguagem e pressuposição: o avesso da configuração epistêmica da lingüística	103

II - SUJEITO, LINGUAGEM E SABER. EM TORNO DA LINGÜÍSTICA.....	111
Capítulo I - A lingüística no campo e fora do campo da complementaridade	113
O campo da complementaridade	113
A "máquina lógica" ou o "autômato combinatório"	118
O "sujeito da ciência"	120
O buquê invertido	126
O "sujeito da linguagem" e o "sujeito múltiplo"	136
Capítulo II - O sujeito e o significante	155
Para concluir	193
NOTA SOBRE A PRESSUPOSIÇÃO E O SENTIDO LITERAL (Oswald Ducrot).....	203
Bibliografia.....	239

PRÓLOGO

A PRESSUPOSIÇÃO E A CONFIGURAÇÃO EPISTÊMICA DA LINGÜÍSTICA

É na obra de Frege, em um artigo publicado na *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* e consagrado à análise das relações entre *sentido* e *referência* que a noção de *pressuposição* viu-se investida de um valor, tanto teórico quanto concreto, que marca o começo da sua elaboração. É preciso contudo reconhecer, ainda que a maioria dos lógicos e depois dos lingüistas que se interessaram pela pressuposição tenham se habituado a referir-se a esse texto de Frege, que a noção é nele introduzida apenas lateralmente. Nele Frege escreve que "a linguagem ordinária sofre deste defeito de com ela podermos formar expressões que, do ponto de vista da forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, enquanto, em certos casos, essa determinação falha, pois depende da verdade de uma proposição". Assim, por exemplo,

O país europeu que tem fronteiras comuns com outros dez países diferentes

ou, se preferirmos

A seqüência de números reais que converge mais lentamente

são expressões que, para retomar os termos de Frege, parecem designar um objeto quando, de fato, essas expressões não têm referência. Ainda segundo Frege, isso deve-se ao fato das seguintes proposições

Um país europeu tem fronteiras comuns com dez outros países diferentes

e

Uma seqüência de números reais converge mais lentamente que todas as outras seqüências de números reais

serem falsas.

Considere-se agora a frase

O país europeu que tem fronteiras comuns com nove outros países diferentes é a Alemanha Federal

é a propósito da proposição

Um país europeu tem fronteiras comuns com nove outros países diferentes

que Frege introduz a expressão *verausgesetzt*, que se traduz geralmente por *pressuposto*. Segundo ele, essa proposição não está contida na frase global, ela está apenas pressuposta do mesmo modo que em

Kepler morreu na miséria

é pressuposto que o nome próprio Kepler designa alguma coisa, mas isso não faz parte do "conteúdo" desta frase. Essa aproximação entre nomes próprios e expressões que, por sua forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, está fundada sobre o fato de os pressupostos serem comuns a uma asserção e à asserção contrária (*X não morreu na miséria como o país europeu que tem fronteiras comuns com outros países não é X*). Pareceria, portanto, que os pressupostos escapam da contra-asserção, o que evidentemente cria um problema lógico quando se tem em vista a questão da verdade das proposições. Entretanto, o essencial não está aí; para além da sua semelhança, Frege estabelece uma distinção entre nomes próprios e expressões gramaticais que introduzem pressupostos. É que para os nomes próprios, a existência ou a não-existência de uma referência repousa sobre a *evidência* enquanto as expressões fazem intervir um julgamento que não repousa necessariamente sobre a evidência, como é o caso do exemplo acima das seqüências de números reais. É aí que Frege vê um *defeito* da linguagem ordinária: a existência de expressões gramaticais que introduzem pressupostos seria responsável pelo fato de se poder falar muito seriamente e muito logicamente de coisas que não existem no sentido forte mas apenas, se é possível dizer assim, verbalmente ou no pensamento.

Encontramos aqui o problema de fundo de que trata Frege: trata-se de impedir a ilusão ou a ficção de intrometer-se na linguagem quando esta visa o conhecimento, a verdade. Antes de Frege, os lógicos tinham sobretudo insistido sobre as ambigüidades da linguagem. Frege formula uma nova questão ao mostrar que a gramática, e não apenas o léxico através das questões de referência, é tal que a língua permite criar um mundo de ficções, dar aparência que os objetos existem, quando eles não existem.

Desde então a noção de pressuposição conheceu muitos avatares. Frequentemente destacada do valor conceitual que lhe conferiu Frege, recoberta por interpretações espontâneas, ela reaparece hoje na lingüística e na teoria do discurso servindo apenas, na maioria das vezes — pela oscilação incessante do seu

valor conceitual nas suas interpretações espontâneas —, para tapar buracos, para ocultar as dificuldades teóricas e práticas encontradas nessas matérias. Ao mesmo tempo a questão parece ter sido deslocada; ela não trata mais das relações entre o conhecimento e a ilusão na linguagem, mas daquelas entre a semântica e a sintaxe na gramática, entre a língua e o discurso na linguagem. A questão da pressuposição pode, portanto, ser considerada como um sintoma destinado a fazer aparecer um certo número de problemas teóricos fundamentais com que a lingüística se depara hoje; problemas que giram em torno de duas questões-chaves: a semântica e a enunciação. Essa já é uma razão suficiente para que os trabalhos dos lingüistas sobre pressuposição mereçam um exame aprofundado. E a isso vem acrescentar-se tudo aquilo que decorre do lugar que a lingüística ocupa hoje com relação a toda uma série de domínios. Enfim, mesmo se sua formulação não é mais aceitável hoje, a questão de Frege permanece. A consolidação das posições materialistas em epistemologia e em história das ciências transforma os pontos de vista sobre o que Frege chamava ciência (e ilusão); a começar pelo que concerne à própria lingüística e à característica de seu objeto.

Já em Saussure, pode-se reconhecer uma ambigüidade a esse respeito. Lê-se no *Cours de linguistique générale* que "é a língua que faz a unidade da linguagem",¹ que "a língua é um todo e um princípio de classificação".² Essa maneira de conceber a língua prende-se às preocupações epistemológicas a que Saussure, para instituir a lingüística como ciência, atribuiu, como Marx no seu próprio domínio, tanta importância. Mas, ao lado disso, lê-se no *Curso* que a língua é uma instituição social, "um tesouro depositado pela prática da fala nos sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, um sistema gramatical existindo virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente nos cérebros de um conjunto de indivíduos, já que a língua não está completa em nenhum deles".³ No *Curso de lingüística geral* aparece assim o que deve ser reconhecido como uma contradição no sentido materialista do termo. Ainda que identifique *social* e *essencial* como sendo da ordem da língua, *individual* e *acessório* "ou mais exatamente

acidental", como sendo da ordem da fala, embora pense que "a língua não é função do sujeito falante";⁴ Saussure reintroduz a subjetividade na língua na medida em que trata de significações, principalmente a respeito da analogia. Lê-se efetivamente no *Curso* que, embora sendo de ordem gramatical, "a analogia é de natureza psicológica (...), ela supõe a *consciência* e a *compreensão* de uma relação unindo as formas entre elas (...), a criação que é seu resultado só pode pertencer primeiro à fala, ela é obra ocasional de um *sujeito isolado*".⁵

Em vez de ver aí a necessidade de um casamento da gramática e da psicologia (o que queremos nos outorgar com o desenvolvimento da psicolingüística), observaremos apenas que com o *sentido* retorna o *sujeito*, ao mesmo tempo que aflora uma contradição que Saussure articula com as oposições da língua e da fala, do coletivo e do individual, do social e do psicológico, do essencial e do acessório, do homogêneo e do heterogêneo, do todo unificado e do diverso etc... Trata-se, portanto, de uma contradição fundamental da qual pode-se dizer que ela faz parte integrante do corte saussuriano, sancionando *a posteriori* o advento da cientificidade na lingüística. Como pano de fundo, o que está em questão é a materialidade da língua.⁶ Tem-se portanto três elementos articulados: o retorno ao sentido e ao sujeito e a questão da materialidade da língua. Aí está a forma específica que toma para a lingüística a contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, inerente à construção do objeto próprio de toda ciência.

"O que especifica uma ciência é ter um objeto", diz Lacan⁷ quando levanta a questão de saber se a psicanálise é uma ciência. Ele acrescenta: "pode-se sustentar que uma ciência é especificada por um objeto definido, pelo menos por um certo nível de operação, reprodutível, que chamamos *experiência*. Mas devemos ser muito prudentes porque esse objeto muda, e singularmente, no curso da evolução de uma ciência". O fato de que Lacan fale também da língua e do sujeito dá a essa referência todo seu alcance. Distinto do real, cuja apropriação ele permite pela modalidade do

conhecimento, o objeto de conhecimento tem com esse real uma relação contraditória.⁸ Isso não quer dizer que esse objeto seja ideal e que seja próprio da sua natureza ideal ser contraditório com o real. Não se trata de opor o mundo das idéias ao mundo das coisas, proclamando sua irreduzibilidade. Isso seria equivalente a falar em termos de inadequação e não de contradição. Ver-se-á que é possível, apesar da contradição, e em um sentido bem definido, falar da adequação do objeto de conhecimento e do objeto real. O objeto de conhecimento é tão material quanto o objeto real, mas ele é materialmente distinto. Reconhecê-lo permite precisar em que consiste a materialidade do objeto de conhecimento sem reduzi-lo a um reflexo pensado do objeto real. O objeto de conhecimento é objeto que muda, que tem uma história inscrita na história da ciência da qual é objeto, na confrontação de suas teorias, nas práticas específicas que o caracterizam, assim como nas condições históricas que produziram essa história, essas confrontações, essa prática. Em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da lingüística, a confrontação de suas teorias, a prática do lingüista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento. É desse ponto de vista que se revela contraditória a relação entre objeto de conhecimento de língua e o real do qual esse objeto de conhecimento, através da especificação dos conceitos na teoria e da prática dos lingüistas sobre a linguagem, permite uma apropriação pela modalidade do conhecimento. A contradição não é portanto essencial; ela não faz parte da "ordem das coisas", mas ela se inscreve no processo de produção dos conhecimentos enquanto processo histórico em que as ciências não estão sozinhas. A forma histórica que é dada à contradição objeto real-objeto de conhecimento a um certo momento, por exemplo no *Cours de linguistique générale*, só se torna reconhecida como contradição a partir de um certo momento e em certas condições que não dependem apenas do que se passa na lingüística mas também do que ocorre fora da lingüística. Dizer que a contradição não é

imediatamente reconhecida não quer dizer contudo que ela não funcione como tal: ao longo das páginas que se seguem, será afirmado que, sob formas históricas variáveis que conservam sua especificidade, uma contradição específica entre objeto real e objeto de conhecimento é constitutiva do objeto próprio de toda ciência enquanto justamente esta tem um objeto próprio que a especifica. Salvo na hipótese do desaparecimento desse objeto e portanto da reabsorção da ciência em questão por outras ciências — possibilidade que não deve ser excluída e sobre a qual a história das ciências fornece exemplos —, não se trata de eliminar essa contradição mas apenas de reconhecer que praticar uma ciência é sempre, em última instância, trabalhar sua contradição específica de modo que o exame das diversas formas concretas dessa contradição permita a apreensão de seus elementos. Sua articulação constitui o que se convencionará chamar a *configuração epistêmica* da ciência em questão.

Para limitarmo-nos à lingüística, naquilo que observamos em Saussure, podemos distinguir dois elementos fundamentais. De um lado um elemento que não é próprio da lingüística, um desdobramento da *forma-sujeito*⁹ opondo indivíduo e comunidade ou sociedade, isto é, *sujeito individual* e *sujeito coletivo*. De outro lado um elemento específico, a *relação do sentido com a materialidade fônica ou gráfica da linguagem*. Esses dois elementos entram em jogo a partir do momento em que se formula a questão da materialidade da língua, isto é, desde que se levanta a questão da relação entre objeto de conhecimento e objeto real na lingüística. É claro, portanto, que afastamos a idéia segundo a qual o que especifica uma ciência é a existência de uma certa região do real com vocação para tornar-se objeto próprio de uma ciência antes de qualquer investigação científica. Entretanto, como cada um sabe, há línguas: o francês, o polonês, o bambara, por exemplo. É como se diz *um fato*, um fato de experiência mesmo. Que as línguas tenham existido antes de qualquer esboço da lingüística é também *um fato*. Mas justamente os lingüistas sabem melhor do que ninguém, mesmo se às vezes ouvindo-os poder-se-ia pensar que

eles o esquecem, que o francês, como qualquer outra língua, não se deixa pegar assim, que é primeiro uma diversidade tanto temporal quanto espacial e que é preciso pelo menos um conceito de língua, e não apenas um conceito simplesmente, para poder pensar uma unidade dessa diversidade.¹⁰ É o que já argumentava Saussure ao dizer que a linguagem é o diverso e que é preciso a língua para fazer a unidade da linguagem, para construí-la.

Formulada de maneira mais geral, a questão agora é saber se se pode caracterizar o real de que uma ciência é o objeto independentemente da ciência que permite precisamente conhecê-lo ou, mais exatamente, que torna possível sua apropriação pela modalidade do conhecimento. Essa questão não é independente daquilo que, até o presente, permanece como um outro paradoxo, a saber: que a contradição possa ser operante ainda que ela não seja observável pontualmente como tal. De fato esse duplo paradoxo indica o lugar que ocupam as ideologias no processo de produção dos conhecimentos. Com efeito, dizer que se pode caracterizar o real de que uma ciência se apropria pela modalidade do conhecimento supõe que exista pelo menos uma outra forma de apropriação desse real. Evidentemente não se trata de sustentar que esse real não preexiste à ciência pelo intermédio da qual ele se torna objeto real de um objeto de conhecimento. Nesse sentido, pode-se dizer que existiam línguas antes de qualquer lingüística. Uma coisa é reconhecer o primado do ser sobre o conhecimento, outra é afirmar que, sem o saber, cada pessoa é um lingüista e que a prática do lingüista sobre a linguagem é a sistematização "reflexiva" de práticas "espontâneas" de quem quer que fale uma língua. Essa é mais uma maneira de contornar a contradição objeto real-objeto de conhecimento ou, mais exatamente, de produzir uma apropriação ignorando-a ao mesmo tempo. É exatamente o que se pode observar com respeito àquilo que alguns lingüistas chamam de "*a intuição lingüística do sujeito falante*".

Trata-se aí de uma noção forjada para legitimar, no interior da própria lingüística, a prática do lingüista sobre a linguagem. Limitando-nos a Chomsky, essa noção intervém — lembremo-lo —

em dois níveis, em um nível prático e um nível teórico. No nível prático, trata-se inicialmente de poder decidir se tal ou tal forma, construída a partir de elementos tomados como fazendo parte da língua, em função de regras tomadas como fazendo parte da gramática, pertence ou não à língua. Assim, a gramática deve dar conta de que, por exemplo:

O cachorro ouve o ladrão
O ladrão é ouvido pelo cachorro
O cachorro ouve o ladrão entrar

são frases do português enquanto

O ladrão entrar é ouvido pelo cachorro

não é. Se esta ou aquela forma pertence ou não à língua é algo que se considera como diretamente acessível à intuição lingüística. Depois, mas apenas depois, apela-se para a intuição lingüística para, por exemplo, dissociar as regras cuja aplicação muda o sentido daquela que não o mudaria, para poder levantar as formas que parecem ligadas por uma relação, incluída aí a de sentido, para fazer com que essas formas sejam geradas por seqüências de regras que dêem conta de sua diferença e de sua relação. A intuição lingüística é, portanto, invocada para, em um primeiro momento, constituir a língua como um todo empírico (aquilo que está ou não está na língua). Em um segundo momento, no interior do todo empírico considerado como constituído de tal modo, opera-se uma espécie de experimentação que apela constantemente para critérios de sentido considerados como diretamente acessíveis à intuição lingüística. Eis o que diz respeito à intuição lingüística no nível prático. No nível teórico, dá-se a essa intuição um fundamento, que é a *competência lingüística*. Todo sujeito falando uma determinada língua disporia dessa competência — cujos fundamentos seriam inatos —, ainda que o que ele diga concretamente afaste-se mais ou menos do que ele mesmo reconhece como fazendo parte da língua "propriamente dita".

Não nos deteremos tanto na circularidade das relações entre teoria e prática, que o apelo à intuição lingüística instaura à primeira vista, quanto no fato de esse apelo permitir o acesso ao que as práticas lingüísticas "espontâneas" fornecem. Estas, do ponto de vista da teoria em questão, fornecem aqui e ali formas que pertencem ou não à língua, assim concebida; o que importa não é tanto que essas formas existam ou não existam naturalmente, mas os julgamentos que se possam fazer sobre elas. O apelo à intuição lingüística justifica portanto a consideração das formas construídas a partir da teoria e para fins teóricos. O exemplo acima pode com efeito servir para mostrar que uma transformação (no caso a transformação ativa-passiva) não pode ser uma operação definida na superfície sem levar em conta a estrutura dos constituintes da frase.¹¹ Isso torna possível uma experimentação no sentido forte do termo. Ao mesmo tempo, isso mostra que a prática que permite construir elementos de uma gramática, tal como a concebe Chomsky, não opera fora da teoria, numa relação especular com o real que ela apenas revelaria. Uma defasagem entre objeto teórico e objeto real é introduzida e dela depende a existência de verdadeiras questões e, portanto, também de verdadeiras respostas. Pode-se dizer pois que a noção de intuição lingüística é aquilo que, no quadro dessa teoria, dá corpo à configuração epistêmica da lingüística da qual retomamos os elementos fundamentais: desdobramento da forma-sujeito (com a oposição competência-desempenho) e questão do sentido na sua relação com a materialidade fônica ou gráfica da linguagem. Em outras palavras, essa noção representa na prática do lingüista, no quadro dessa teoria, uma apropriação da contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, mas trata-se de uma modalidade de apropriação que tem por característica desconhecer seu objeto (a contradição) substituindo-o por um outro. O apelo aos fatos pelo viés da intuição lingüística é na realidade um apelo a evidências e representações ideológicas: evidência do sentido, evidência da individualidade do sujeito enquanto unidade de uma interioridade singular e de sua universalidade.¹²

Sem garantia de que o que se avançou sobre a lingüística seja generalizável, chegamos à conclusão de que, na prática científica, a apropriação da relação entre objeto real e objeto de conhecimento apela necessariamente para as formações ideológicas, variáveis segundo as teorias, pelas quais se realiza concretamente essa apropriação. Por que necessariamente uma (algumas) formação(ões) ideológica(s), esta é a questão que podemos agora procurar aprofundar antes de abordar a especificidade das formações ideológicas. Dissemos *apropriação de uma contradição*. A resposta à questão que acaba de ser levantada provém antes de tudo do que se entende por *contradição* e em seguida do que se entende por *apropriação*. A contradição aqui tematizada não é uma contradição pontual, como a contradição no sentido lógico. Já insistimos sobre esse ponto. A categoria de contradição que permite pensar a relação entre objeto real e objeto de conhecimento no processo de produção dos conhecimentos é a que foi elaborada por Marx. Assim, a contradição que desenvolve o antagonismo de classe só é contradição do ponto de vista da luta de classes, isto é, da história no sentido do materialismo histórico. Precisemos mais ainda. De uma certa maneira, a contradição é estabelecida pelas relações de produção e de reprodução constitutivas da divisão de classes; mas as classes não preexistem às relações entre elas, de modo que não há primeiro a contradição e depois seu desenvolvimento, a contradição é o próprio desenvolvimento. Ela está presente desde sempre e só é suplantada por uma transformação revolucionária das relações de produção. Do mesmo modo diz-se que a contradição objeto real-objeto de conhecimento em uma ciência não é pontual, que ela só é assim com relação ao futuro de uma ciência reinscrita no processo de produção do conhecimento. Localmente, ela só se manifesta sob a forma de dificuldades teóricas e práticas encontradas no exercício de uma ciência, pontos de fuga como a questão da enunciação, a dos universais ou a do sentido na lingüística.

Que sentido pode-se dar, nessas condições, à afirmação segundo a qual uma formação ideológica é suscetível de realizar *em uma prática* uma apropriação de uma contradição?¹³ À primeira

vista isso dá a entender que se pode pensar essa contradição na unidade de uma interioridade, a do sujeito, suscetível de reunir *no seu desenvolvimento* os dois termos. Retomemos a contradição de classe que se desenvolve no antagonismo de classe. Afirmar que essa contradição cai sob a jurisdição da categoria de sujeito enquanto unidade de uma interioridade seria o mesmo que dizer que esse sujeito pode estar simultaneamente nas posições das duas classes antagonistas, que ele escaparia portanto à determinação das relações de produção e de reprodução, que ele ocuparia a posição de um sujeito da história. Ora, o que Marx afirma, contra Hegel, aproveitando as lições do materialismo, é que a contradição de classe só pode ser concebida como objeto de um sujeito, que, de qualquer modo, não há "sujeito da história", que a história do ponto de vista materialista é um "processo sem Sujeito nem Fim(s)".¹⁴ No que diz respeito ao processo de produção dos conhecimentos, depreende-se uma conclusão semelhante da leitura da *Science de la logique* (Ciência da lógica) de Hegel por Lenine.¹⁵ Dado o que foi visto a respeito da materialidade do objeto de conhecimento e da relação objeto de conhecimento-objeto real, deve-se dizer que a contradição objeto real-objeto de conhecimento não é o objeto de um sujeito capaz de verificar a conformidade do objeto de conhecimento com o objeto real. Assim como não há sujeito da história, não há sujeito do processo de produção do conhecimento ou sujeito da Ciência. Ocorre que, do ponto de vista do materialismo histórico, o processo de produção do conhecimento, enquanto processo histórico, realiza-se concretamente sob formas históricas variadas — ver mais adiante —, nas práticas sociais, principalmente no que chamamos a prática científica. Não é de se negar que a prática científica através da qual se realiza concretamente o processo de produção do conhecimento não seja qualquer tipo de prática social. Quando se quer manter de maneira conseqüente as posições materialistas contra o subjetivismo e o idealismo, é preciso estar alerta para não se inverter a ordem das questões. É preciso sobretudo evitar a armadilha que consistiria em dizer que a prática científica é, antes de tudo, simplesmente uma prática, tendo sua especificidade própria enquanto prática, talvez a

única prática tendo uma tal especificidade — alguns diriam uma *práxis* — e que é secundariamente uma prática *social*. A prática científica é primeiro, como toda prática, uma prática social, secundariamente é uma prática específica. Ora, como em toda prática social, os indivíduos humanos concretos que, se não são os sujeitos, são pelo menos os agentes, "agem na e sob a determinação das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução (processo de trabalho, divisão e organização do trabalho, processo de produção e reprodução, luta de classes etc.)".¹⁶ Dizer que esses agentes agem na e sob a determinação das formas históricas de existência é dizer que eles são constituídos em sujeitos nas práticas sociais e por elas. No que concerne aos agentes do processo de produção de conhecimentos, eles se constituem na prática científica e por essa prática como sujeitos, cientistas, pesquisadores, pensadores, que descobrem, sabem, pensam etc... Ora, precisamente, são formações ideológicas que constituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos: "só há prática através de uma ideologia" e "só há ideologia por e para sujeitos".

Pode-se agora compreender duas coisas: (a) que a apropriação de uma contradição, que como tal escapa à categoria de sujeito, possa realizar-se concretamente em uma prática, e (b) que, quando direta ou indiretamente levanta-se a questão da relação entre objeto de conhecimento e objeto real em uma ciência, encontra-se necessariamente, de um modo ou de outro, a categoria de sujeito. O que no início não passava de uma constatação, apoiada na leitura de Saussure e no exame do papel da noção da intuição lingüística na prática do lingüista ligada a certas teorias lingüísticas, recebeu um começo de explicação teórica. Aqui depreende-se uma definição *positiva* da Ideologia, definição que suspende toda concepção desta como um erro, ilusão, fantasmagoria etc..., alguma coisa de puramente ideal, sem relação com a realidade: ela aparece como um dos elementos necessários ao processo de produção de conhecimento. Além do mais, se se admite que praticar uma ciência é trabalhar sua contradição específica, a Ideologia é nesse processo elemento primordial.

Ocorre que, apesar de real e efetiva — o que nos remete para a questão da adequação —, a apropriação objeto real-objeto de conhecimento na prática de uma ciência perde, retomando o termo de Althusser, seu objeto (a contradição), substituindo-o por um outro, como a intuição lingüística ou o funcionamento metalingüístico da linguagem. É necessário portanto precisar o índice de realidade do objeto de uma formação ideológica.

Assim como uma ciência, uma formação ideológica tem um objeto que a especifica. Por exemplo, a ideologia da transparência da linguagem ou a ideologia da individualidade do processo de pensamento. O objeto de uma formação ideológica é real no sentido em que Saül Karsz, em um exemplo particularmente notável, diz que *Deus* é real.¹⁷ Em um segundo nível aparece uma diferença fundamental entre ciências e formações ideológicas: *não há, para uma formação ideológica, o equivalente à contradição objeto real-objeto de conhecimento*. Isso se deve ao fato de o objeto de uma formação ideológica que intervém no processo de produção de conhecimentos — limito-me a esse aspecto — *representar* para os agentes da prática científica, constituídos como sujeitos dessa prática, a contradição objeto real-objeto de conhecimento sob suas diferentes formas. Contradição que escapa à categoria de sujeito. Ora, e não se pode derrapar nesse ponto delicado, não há inicialmente a contradição e depois sua representação — a contradição só existe na medida em que há uma prática científica que a desenvolve —, donde agentes dessa prática constituídos como sujeitos nessa prática por essa mesma representação. Nessas condições, falar da adequação do objeto de uma formação ideológica não tem sentido, a questão da adequação só se justifica a propósito da relação entre objeto de conhecimento e objeto real nas ciências. É ainda preciso especificar que essa questão da adequação não pode ser levantada em referência às estruturas de um "sujeito" que a refletiria de um modo kantiano, ela só tem sentido enquanto referência à prática científica e ao desenvolvimento das ciências, lembrando-se que as formações ideológicas concretas que realizam a apropriação da contradição objeto real-objeto de conhecimento fazem parte das condições

históricas precisas nas quais essa prática e esse desenvolvimento podem ocorrer. Em resumo, a questão da adequação só pode ser convenientemente configurada se destacada das condições históricas que a determinam. Senão recai-se sobre a famosa questão da verdade absoluta, questão que substitui a da adequação na filosofia idealista. Como mostrou Lecourt para a dupla tese do reflexo,¹⁸ há uma ordem das questões que deve ser respeitada: a relação entre objeto real e objeto de conhecimento no processo de produção dos conhecimentos científicos é uma relação da adequação-contradição, mas a contradição é primeira na medida em que ela é constitutiva do objeto próprio de uma ciência, a adequação está em segundo lugar e é histórica.

Isso nos leva a precisar a natureza das formações ideológicas cujo lugar no processo de produção dos conhecimentos foi posto em evidência. Digamos para começar que não há necessariamente, em toda formação social, produção de conhecimentos *científicos*. Não se trata aqui de trazer nossa contribuição para as discussões sobre a origem da "ciência moderna" (na Grécia antiga, ou com Galileu, ou com Descartes etc.). Queremos apenas dizer que o processo de produção do conhecimento é suscetível de tomar e tomou formas históricas diversas. Tudo o que se pode dizer é que o processo implica uma certa divisão que decorre da contradição objeto real-objeto de conhecimento, a qual funda igualmente, sem que possa ver aí um retorno à concepção continuísta do desenvolvimento das ciências, a autonomia relativa do processo de produção dos conhecimentos. Pode-se evidentemente colocar de um lado dessa divisão *ciência* e do outro *ideologia* com a condição de reconhecer-se que os dois elementos desse par são suscetíveis de variação simultânea. Não basta dizer que as ciências antigas não são exatamente as ciências modernas ainda que já sejam ciências (a geometria de Thales, por exemplo), pois isso seria ao mesmo tempo colocar-se na posição de precisar partir em busca da essência dessa cientificidade. O que importa é a condição de possibilidade da divisão; o que deve ser levado em conta é o par ciências-ideologias no processo de produção de conhecimento e não apenas um dos dois termos. A

divisão, o par, realizando-se concretamente de maneiras diferentes de acordo com o modo de produção, enquanto sistema constituído das relações de produção e das forças produtivas, que domina a formação social.

Só posso fornecer indicações globais e parciais permitindo entrever aquilo que torna historicamente possível a divisão enquanto produção material e apropriação nas práticas de contradições entre objetos de conhecimento e objetos reais. Sabe-se que nas sociedades feudais a prática científica foi essencialmente iniciada e controlada pela Igreja. Sabe-se igualmente que nas sociedades capitalistas o desenvolvimento das ciências está estreitamente ligado ao da escolarização e às formas específicas que estas tomaram. Essa é uma constatação. Para além dessa constatação diremos que esse vínculo traduz o fato de que, nas formações sociais feudais como nas formações sociais capitalistas, tenha existido ou exista, nas superestruturas ideológicas, um aparelho ideológico de Estado cujo lugar particular entre os outros aparelhos ideológicos da superestrutura está na origem da formação e da reprodução de uma distinção entre o que se convencionou chamar de as *ideologias teóricas* e as *ideologias práticas*. Trata-se ainda aí de um par ou mais exatamente de um tripé *ciências, ideologias práticas, ideologias teóricas*, cujos três elementos devem ser considerados na sua articulação. Examinar como essa articulação acha-se modificada na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, esse seria o objeto de um estudo específico. Contentar-nos-emos aqui, neste momento, em observar que essa articulação, que define os três termos, é determinada pelo modo de produção; de maneira mais específica, ela está ligada à forma subsequente do processo de trabalho, da divisão e da organização do trabalho (sobretudo representada pela oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual), da qualificação da força do trabalho, da intervenção das ciências no processo de produção econômica e na luta ideológica de classe (essa lista não é limitativa).

Sustentaremos que os três elementos do tripé, *ideologias práticas, ideologias teóricas, ciências*, não podem existir

separadamente de tal modo que não poderia haver, se essa posição é correta, produção-reprodução de conhecimentos científicos se as condições da produção-reprodução de uma distinção entre ideologias práticas e ideologias teóricas não estão reunidas. Pode-se além do mais propor uma primeira formulação das posições teóricas que deveriam ser sustentadas a propósito das relações entre ciências e ideologias no processo de produção dos conhecimentos. É possível formular duas proposições a esse respeito:

(1) *As formações ideológicas pelas quais se realiza a apropriação da contradição objeto real-objeto de conhecimento na prática científica resultam de ideologias teóricas.*

(2) *As ideologias teóricas estão ligadas ao que Louis Althusser chama de o Aparelho Ideológico do Estado dominante,¹⁹ a saber, nas formações sociais capitalista, ao A.I.E. escolar (Aparelho Ideológico do Estado es-colar).*

A essas duas proposições acrescentaríamos uma terceira, proposta por Dominique Lecourt.²⁰

(3) *As ideologias práticas imprimem sua forma e seus limites às ideologias teóricas.*

Essas formulações exigiriam especificações, particularmente para articulá-las com a distinção ideologias proletárias-ideologias burguesas (ou ideologias da classe dominante-ideologias da classe dominada). Elas constituem apenas um ponto de partida que vai nos permitir reformular a questão das relações entre linguagem e conhecimento de onde partimos.

Voltemos pelo caminho até agora percorrido. Partimos da questão da pressuposição enquanto reveladora das dificuldades teóricas e práticas com que se depara hoje a lingüística. Para além dessas dificuldades, essa questão nos interessa na medida em que

condensa duas outras questões: (a) a questão da relação entre objeto real e objeto de conhecimento (no exercício de uma ciência particular, a lingüística) e (b) a questão das modalidades de intervenção da linguagem no processo de produção-reprodução de conhecimentos (reformulação da questão de Frege).

Essa condensação é uma configuração absolutamente singular, proporcional ao peso das questões que ela recobre, uma vez que a questão (a) reduplica-se na questão (b) pois esta não pode ser abordada, de um ponto de vista científico, negligenciando-se a lingüística, enquanto, inversamente, a questão (b) faz parte da questão (a) pelo próprio fato da existência da questão (b). É nesse aspecto que o problema da pressuposição nos interessa e aí está a razão de a primeira parte deste trabalho ser consagrada a uma confrontação dos trabalhos lingüísticos sobre a pressuposição. Não se deve esperar, contudo, encontrar nesta primeira parte do trabalho uma nova teoria (lingüística ou outra) da pressuposição: a confrontação dos trabalhos em questão conduz sobretudo a uma desconstrução da noção de pressuposição, desconstrução que permite confirmar o que foi avançado a propósito dos elementos da configuração epistêmica da lingüística (desdobramento da forma sujeito e questão do sentido na sua relação com a materialidade fônica ou gráfica da linguagem) e precisar o funcionamento e a articulação. Um trabalho como este inscreve-se necessariamente dentro de certos limites: ele não permite que se atinjam, como tais, as questões do sujeito e do sentido que, entretanto, a lingüística formula de um certo modo, ao mesmo tempo em que sempre as supõe já resolvidas. As mesmas observações aplicam-se ao trabalho de Frege, do momento em que ele recorre à evidência na questão da referência dos nomes próprios. Poder-se-ia portanto concluir que o que nos falta é uma "teoria do sentido" e uma "teoria do sujeito". Aqui a resposta não tarda. Ela é formulada da maneira resumida por Louis Althusser "como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua uma significação, inclusive as evidências da transparência da linguagem, essa evidência de que você e eu somos sujeitos — e que isso não

constitui um problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar" (*Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, p. 30).

É tão impossível ter uma "teoria do sentido" ou "teoria do sujeito" quanto "teorias de Deus", esses objetos são categorias ideológicas e não objetos de conhecimento. O impasse parece portanto total. De fato, ele indica somente que a lingüística levanta um certo número de questões com uma acuidade que não se encontra em nenhuma outra ciência. Ela nos põe na obrigação de responder a essas questões de acordo com nossos meios teóricos e práticos. Essas questões podem ser configuradas como questões pendentes na análise das relações entre ciências e ideologias, esboçada acima. A questão central aparece quando se diz que o objeto de conhecimento é um objeto material, materialmente distinto do objeto real correspondente. Qual é o "regime de materialidade" desse objeto? Mesma pergunta para o objeto ideológico. Sabe-se que essa não é a palavra nem tampouco o que Foucault chama de "acontecimento discursivo".²¹ Seria efetivamente instaurar um primado da linguagem ou do discurso que tem como conseqüência a exclusão das questões sobre a produção, reprodução e apropriação materiais desses objetos cuja pertinência, entretanto, não se pode negar. Enquanto não fornecermos respostas a essas questões não poderemos controlar o retorno sob diversas formas, com dominâncias empiristas ou idealistas, da ideologia da transparência da linguagem na prática da lingüística. Essa ideologia, enraizada na confusão entre objeto de conhecimento e objeto real, assegura, na lingüística, o liame entre as questões do sujeito e do sentido sob formas tais que está sempre delas se separando para a elas voltar sem cessar. De um certo modo podemos dizer portanto que se trata de assegurar o domínio daquilo que torna possível a apropriação da contradição objeto real-objeto de conhecimento na lingüística. Para garantir esse domínio, pelo menos parcialmente, afirmamos que dispomos hoje de elementos, com a condição de procurarmos por eles lá onde estão, a saber, de um lado nas teorias das ideologias enquanto região do materialismo histórico e, de outro lado, na psicanálise.

Para elaborar o conceito de *inconsciente*, Lacan soube tirar as conseqüências do fato de Freud, desde a ciência dos sonhos, ter sido levado a fazer hipóteses sobre a linguagem que rompessem com a ideologia da sua transparência. Essa ruptura com a transparência da linguagem é uma conseqüência necessária da problemática da psicanálise. Com efeito, embora a psicanálise não seja nem uma "teoria do sujeito", nem uma "teoria das relações entre sujeito e linguagem", mas uma ciência especificada pelo seu objeto próprio, o inconsciente, as noções de sujeito e linguagem nela desempenham um papel essencial: elas fazem parte do que se pode chamar de "sua matéria-prima" teórica. Conhecemos as fórmulas lacanianas: "o inconsciente é um conceito forjado no rastro daquilo que opera na constituição do sujeito" e "o inconsciente é estruturado como uma linguagem". A psicanálise trata portanto o sujeito como um efeito. Mais precisamente, o sujeito que constitui sua matéria-prima é efeito da linguagem. É finalmente essa posição do sujeito com relação à linguagem que põe a psicanálise no lugar de rompimento com a ideologia da transparência. Além do mais, definir o sujeito como efeito exclui tomá-lo como centro, fonte, unidade de uma interioridade etc... Contudo, um problema permanece, que é o de saber se levantando essa relação entre sujeito e linguagem não se está apenas deslocando a questão. Apesar das referências de Lacan à lingüística, que se deve ver bem em que consistem exatamente, a linguagem não é objeto de ciência alguma. De uma certa maneira pode-se dizer que a linguagem desempenha, com relação à psicanálise, um papel análogo ao sentido com relação à lingüística. Onde fórmulas como estas: "a natureza fornece, para ser explícito, significantes e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, fornecem as estruturas e modelam-nas".²² Não se deve superestimar a incidência de uma tal fórmula mas essa história de naturalidade do significante cria realmente um problema. Na segunda parte deste livro, mostra-se como se pode tirar partido da teoria das relações entre significantes e constituição do sujeito, principalmente no que diz respeito aos processos de apropriação e assujeitamento. Mostra-se que, apesar desses elementos, ela deixa pendente a questão da

materialidade dos objetos de conhecimento e dos objetos ideológicos. Essa reserva instaura, como campo de questões, as relações entre ideologia e efeito sujeito, especialmente a propósito do desdobramento da forma sujeito na sua relação com a dicotomia ideologia prática/ideologia teórica. Essa problemática é também abordada na segunda parte deste livro, com aquela dos aspectos da questão do regime de materialidade que concerne às relações entre língua, ciências e ideologias. Reafirmando que a língua não é a ideologia nem o formalismo, a ciência delinea os contornos de um conceito que permite pensar essas relações. A partir de Michel Pêcheux,²³ decidimos designar esse conceito recorrendo ao termo de *discurso*.

NOTAS

¹ Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, p. 25.

² *Ibid.*, p. 27.

³ *Ibid.*, p. 30.

⁴ *Ibid.*, p. 31.

⁵ *Ibid.*, p. 26.

⁶ "A língua não é menos que a fala um objeto de natureza concreta, e esta é uma grande vantagem para o estudo. Os signos lingüísticos, por serem essencialmente psíquicos, não são abstrações, as associações ratificadas pelo consentimento coletivo, e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm seu lugar no cérebro." Saussure, *C.L.G.*, p. 32.

⁷ J. Lacan, "Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", p. 13.

⁸ Sobre a distinção objeto real-objeto de conhecimento, ver L. Althusser, *Lire le Capital*, I, pp. 46-50.

⁹ "Todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se ele veste a forma de sujeito. A *forma-sujeito* é com efeito a forma de existência histórica de todo indivíduo agente das práticas sociais: pois as relações de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte integrante, o que Lenine chama de as relações sociais (jurídico) ideológicas." L. Althusser, "Remarques sur une catégorie: procès sans sujet ni fin(s)", p. 71.

¹⁰ Ainda que não se trate de uma obra de lingüista, o trabalho de R. Balibar e D. Laporte sobre a formação de um francês língua nacional (R. Balibar e D. Laporte, *Le français national*) mostra que a questão de saber o que é o francês ou mesmo *do francês* não é assim tão simples como parece. Os problemas postos pelas classificações em patoá, dialetos, idioletos etc., a própria emergência da noção de idioleto enquanto "língua individual" confirmam que passada a evidência de que o francês existe, que nasceu da união do gaulês e do latim, mais diversos outros elementos, que não é a mesma "coisa" que o alemão, o polonês ou o bambara, a delimitação dos contornos desse objeto não é uma coisa simples. Ver-se-á em seguida que o conceito de *autonomia relativa da língua* permite transformar, de certo modo, os pontos de vista sobre essa questão.

¹¹ Observemos que uma gramática gerativa deveria também dar conta das frases malformadas enquanto resultado dos erros na aplicação das regras de formação. Em um certo sentido, o campo de aplicação de uma gramática gerativa ultrapassa o quadro do todo da língua para, em princípio, estender-se ao todo dos enunciados possíveis bem ou malformados. Ai está um índice do poder do conceito de gramática gerativa com relação a qualquer forma de análise distribucional. Em contrapartida, a questão de saber se o todo dos enunciados possíveis é definível de outro modo

além daquele puramente formal permanece inteira (sobre esse ponto ver J.-Cl. Milner, *Écoles de Cambridge et de Pensylvanie: deux théories de la transformation*). O importante para nós aqui é salientar que o apelo à intuição lingüística na teoria das gramáticas gerativas garantiu empiricamente a existência de uma linha de demarcação sem a qual o projeto de uma certa gramática seria simplesmente inconcebível.

¹² Noam Chomsky e George A. Miller, *L'analyse formelle des langues naturelles*, p. 36.

¹³ A questão de saber se toda formação ideológica é apropriação de uma contradição é no momento deixada de lado.

¹⁴ L. Althusser, "Remarques sur une catégorie: procès sans sujet ni fin(s)" e D. Lecourt, *Une crise et son enjeu*.

¹⁵ D. Lecourt, op. cit.

¹⁶ L. Althusser, "Remarques sur une catégorie: procès sans sujet ni fin(s)", p. 70.

¹⁷ "Não saberíamos sustentar sobre os objetos reais *deus, fé, religião* um discurso que enunciaria cientificamente aquilo mesmo que outros discursos enunciam teologicamente. Deus existe, podemos encontrá-lo a partir de objetos teóricos tais como a compulsão à repetição, a religião enquanto aparelho ideológico do Estado, a análise científica da problemática própria aos discursos teológicos. E é precisamente a partir da análise científica da religião, da divindade etc... que a crítica materialista pode escapar dos dilemas-armadilha: fideísmo-atéísmo, religioso-laico. Dilemas-armadilha, pois os dois termos de cada par são igualmente religiosos, respectivamente positivo-negativo." S. Karsz, *Théorie et politique: Louis Althusser*, p. 65.

¹⁸ Dominique Lecourt, *Une crise et son enjeu - essai sur la position de Lénine en philosophie*.

¹⁹ Louis Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*.

²⁰ D. Lecourt, "Sur l'archéologie du savoir".

²¹ Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*. Ver também a crítica dessa noção em D. Lecourt, op. cit.

²² J. Lacan, XI, p. 23.

²³ M. Pêcheux, *Les vérités de La Palice*.

O SUJEITO NA LINGÜÍSTICA A PROPÓSITO DA PRESSUPOSIÇÃO

INTRODUÇÃO

DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DUAS CONCEPÇÕES DA PRESSUPOSIÇÃO

Mesmo reconhecendo que eles não conhecem bem sua natureza,¹ são sobretudo os lingüistas que hoje se interessam pela pressuposição. Partiremos dessa atualidade da pressuposição. A noção da pressuposição é útil aos lingüistas por várias razões; veremos como, depois de ter indicado o contexto em que isso se dá. Do ponto de vista lingüístico, a pressuposição está estreitamente ligada à teoria da gramática. Enquanto durante um longo período a fonologia ocupou o primeiro plano da cena, a teoria da gramática tornou-se a questão central em lingüística. Para explicar essa mudança de perspectiva, apelou-se freqüentemente para a idéia de uma hierarquia de complexidade crescente das estruturas lingüísticas, indo da fonologia à semântica. Em primeiro lugar os lingüistas ter-se-iam ocupado com toda naturalidade dos aspectos mais simples da língua e, quando o conhecimento destes foi considerado razoavelmente estabelecido, ter-se-ia passado à sintaxe antes de abordar a semântica. Na realidade, por trás dessa idéia de uma hierarquia de estruturas da língua há outra coisa além da

explicação da importância tomada atualmente pela teoria da gramática. Há toda uma concepção de língua, estrutura complexa cujos elementos de base, as "unidades mínimas", seriam os fonemas (ou os traços distintivos de fonemas como o traço sonoro/surdo que opõe em francês *b* e *p* por exemplo), dos quais os outros níveis de estruturas derivariam por combinações: as palavras são combinações de fonemas, as frases combinações de palavras etc... Acrescente-se a isso, como em Jakobson, a idéia de uma escala ascendente da liberdade daqueles que usam a língua: suas possibilidades de escolha seriam quase nulas no nível fonológico, mais importantes no nível sintático e predominantes no semântico. Encontra-se assim redesenhado o lugar da subjetividade dos falantes na língua. Não se trata de negar que as escolhas em questão possam ser eventualmente determinadas, por outro lado, pelas crenças, convicções, opiniões, conhecimentos que cada um divide ou não divide, mas a ordem da linguagem parece depender, pelo menos em um certo nível, daqueles que a empregam.

Ver-se-á mais adiante como, com a noção de pressuposição, encontra-se uma referência semelhante às opiniões, crenças, convicções, conhecimentos etc...² É preciso lembrar que já há aqui uma primeira bifurcação possível caso se permaneça no quadro de uma concepção de língua que deriva da que acabamos de evocar, isto é, se ficamos no quadro do estruturalismo, ou que dele nos afastemos. Em outros termos, é preciso distinguir duas correntes nos trabalhos lingüísticos sobre a pressuposição. Em primeiro lugar uma corrente estruturalista essencialmente representada por Ducrot e em segundo lugar uma corrente transformacionalista originária de Harris e Chomsky. As duas correntes distinguem-se pelo lugar atribuído à teoria da gramática, pois a importância predominante que lhe foi atribuída traduziu-se em uma reviravolta na concepção de língua enquanto hierarquia das estruturas articuladas. A partir de Chomsky a gramática engloba tudo, a fonologia, a sintaxe e a semântica, não se fala mais das estruturas da língua mas dos componentes da gramática (componentes fonológicos, sintáticos e semânticos). Além do mais, e esta é uma mudança fundamental, o componente de base passa a ser a sintaxe, os componentes

fonológicos e semânticos, pelo menos numa primeira concepção da gramática, só fornecem interpretações do que já foi definido no nível sintático. Há aí uma ruptura que, entre outras coisas, torna caduca a idéia de uma escala ascendente da liberdade do locutor no uso da língua, liberdade em que se alojaria sua subjetividade, através do que passariam suas opiniões, suas crenças, suas convicções próprias etc... Nesse sentido, esse projeto de uma teoria da gramática retoma e prolonga a tradição saussuriana na medida em que o corte que funda a lingüística como ciência constitui-se a partir de uma recusa (parcial)³ da subjetividade, como modo de explicação dos "fatos da línguas". De acordo com a fórmula de Chomsky, é a própria linguagem que é criadora e não o sujeito que dela se utiliza. É portanto também a concepção da língua como ferramenta ou instrumento que se acha afastada. Entretanto, já comentamos anteriormente, através da noção de pressuposição, é ainda a subjetividade que, sob diversas modalidades, acha-se reintroduzida nessa teoria da gramática. Portanto, por vias diversas, essa noção acha-se desempenhando um papel análogo nas perspectivas estruturalista e transformacionalista. Isso merece que nos detenhamos por aqui, pois significa que a dificuldade teórica que se mostra dessa maneira passa além daquilo que opõe essas duas correntes da lingüística e as duas concepções da linguagem que as subjazem. Em ambos os casos, o que está em questão é o que se apresenta sob o aspecto das relações da linguagem e da subjetividade com seus corolários, crenças, opiniões, convicções etc... Sem o compromisso de demonstrar o que acaba de ser adiantado, pode-se concluir que a mudança de perspectiva teórica que deveria permitir a saída dessa dificuldade, deve visar o que recobrem as noções de subjetividade, de crença ou de opinião na sua relação com a linguagem, isto é, o que depende de uma teoria do efeito sujeito e dos efeitos ideológicos. Antes de chegar a essa perspectiva examinaremos a problemática da pressuposição na lingüística através das formas específicas que ela toma nas correntes que foram contrapostas.

NOTAS

¹ D. Lightfoot, "Les présupposés dans la grammaire transformationnelle".

² Eis, a título de exemplo, duas "definições" da pressuposição: "Nós reservamos a palavra pressuposição para definir as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado se integre a uma comunicação normal" (Ducrot: "Logique et linguistique", p.18).

... "As pressuposições, isto é, as convicções do locutor a propósito do universo" (Lightfoot, "Les présupposés dans la grammaire transformationnelle", p.183).

³ Claudine Normand, "Propositions et notes en vue d'une lecture de Ferdinand de Saussure"; assim como Haroche, Henry e Pêcheux, "La sémantique et la coupure saussurienne".

CAPÍTULO I

A PRESSUPOSIÇÃO NA TEORIA DA GRAMÁTICA¹

A introdução da pressuposição na teoria da gramática está ligada a uma crítica ao modelo de gramática referido acima. Mais precisamente, o que se contestou no modelo definido por Chomsky em *Aspects of theory of syntax* é a possibilidade de separar o componente sintático e o componente semântico fazendo deste um componente puramente interpretativo. No centro do debate encontra-se a noção de restrição de seleção ligada a essa concepção do componente semântico. Convém portanto lembrar as características essenciais do modelo de gramática em questão.

A gramática definida em *Aspects* por Chomsky deve cumprir dois objetivos:

a) ser capaz de fazer corresponder, por meio de um conjunto finito de regras formais, a qualquer representação fonética de uma frase em um sistema de categorias fonéticas universais uma ou eventualmente várias descrições semânticas dessa frase em um sistema de categorias semânticas igualmente universais.

b) dar conta das propriedades das frases (ambigüidade, relação de sentido, independentes de qualquer contexto, gramaticalidade ou desvio em relação à gramaticalidade) tais como se revelam à intuição lingüística imediata de todo sujeito que fala a língua.

A gramática deve, portanto, permitir a definição, para uma frase julgada incorreta do ponto de vista da língua, de quais são as regras da gramática que foram infringidas. É assim que se explicará que uma frase tal como:

(1) * *a mesa pensa em você*

possa parecer incorreta porque o verbo *pensar* só pode ser adequadamente empregado com um sujeito animado. É preciso lembrar que o desvio em relação à gramática não implica a impossibilidade de atribuição de sentido ou significação a uma frase com essa característica.

O objetivo de uma gramática não é dar conta do sentido ou da significação das frases que podem ser produzidas, mas formalizar o saber lingüístico ou competência de todo sujeito falando uma certa língua, saber ou competência que lhe permita formular, a propósito de toda frase enunciável, um julgamento que diga se essa frase é ou não correta. Isso não significa que não é possível "compreender" as frases gramaticalmente incorretas. Inversamente, é possível que frases gramaticalmente corretas sejam praticamente "incompreensíveis". É o caso, em particular, das frases nas quais é encaixada uma relativa etc... tal como: *o homem que viu a mulher que matou o cachorro que mordeu o guarda que pegou o ladrão que pegou o colar que lhe deu o homem que ela encontrou que o guarda prendeu na estrada que o cachorro etc...*

Vocês conhecem a história. A gramática, tal como a concebe Chomsky, deve poder dar conta de tais frases, mesmo se praticamente elas não são observáveis, pois seu caráter mais ou menos "incompreensível" não é atribuído a uma incorreção gramatical.

Uma tal gramática não pode ser exclusivamente fundada sobre a análise de frases observáveis e, conseqüentemente, ela deve ser um dispositivo dedutivo.

A distinção entre competência e desempenho permite dar conta do fato de que frases "incompreensíveis" possam ser gramaticalmente corretas, e, inversamente, de que frases gramaticalmente incorretas possam ter um sentido ou uma significação. O sentido ou a significação é do domínio do desempenho e o papel do "contexto de situação" na produção e interpretação das frases sempre foi reconhecido, independente do conteúdo de seus termos. O mesmo ocorre com a *representação semântica* que pode ser associada a uma frase e que só deve depender dessa frase.

A representação semântica deve responder a uma única exigência: dar conta do fato de que, independentemente de toda referência a um contexto, possa-se considerar duas frases formalmente diferentes — como semanticamente equivalentes ou, inversamente, que uma mesma frase possa ser interpretada de várias maneiras. Nesse último caso, pelo menos duas representações semânticas distintas devem poder ser associadas a essa frase pela gramática.

Assim a frase:

(2) *Eu vi o homem com binóculo (J'ai vu l'homme avec des jumelles)*

é ambígua na medida em que se pode compreender que alguém viu um homem através de um binóculo ou que alguém viu um homem que usava binóculo. A gramática deve associar a uma frase como essa duas representações semânticas. Trata-se agora de saber em que nível deve operar a diferenciação dessas duas interpretações possíveis da frase. Isso não poderia ocorrer no nível da representação fonética (salvo se se considera que as duas interpretações são diferenciadas por traços prosódicos, no nível da acentuação, o que parece ser o caso em ocorrência).

A hipótese fundamental levantada por Chomsky em *Aspects* é que essa diferenciação deve efetuar-se no nível do componente sintático; o componente semântico é puramente interpretativo, ele associa para cada estrutura de frase definida no nível do componente sintático uma e apenas uma representação semântica. Inversamente, quando duas frases formalmente distintas no nível de sua representação fonética devem ser consideradas como não diferenciáveis no nível da representação semântica, argumenta-se que elas derivam de uma mesma estrutura sintática de base pela aplicação do que se chama uma *transformação*, que não afetaria a interpretação, no que ela depende da língua. Considera-se em geral que isso ocorre, por exemplo, numa frase ativa e em sua forma passiva. Conseqüentemente, é no nível da estrutura sintática profunda (no sentido que acaba de ser lembrado) que a diferenciação das representações semânticas deve ser operada.

É nesse sentido que o componente sintático aparece como o componente de base da gramática.

Se agora voltarmos ao problema das más-formações gramaticais, vemos que estas podem ser de diversos tipos. Seja por provir de uma aplicação incorreta das regras que definem a estrutura profunda, seja pela aplicação de transformações em estruturas profundas que não admitem essas transformações ou de uma aplicação incorreta dessas transformações. Resta um terceiro tipo de má-formação: é aquele que apresenta uma frase tal como a que serviu de exemplo acima, frase na qual um verbo que, gramaticalmente, só poderia ser empregado com um sujeito animado é empregado com um sujeito inanimado. É para dar conta desse tipo de má-formação que Chomsky introduziu a noção de *restrição de seleção*. O componente sintático é tomado como definindo as seqüências constituídas de formantes gramaticais tais como N, V etc... a cada um dos quais está ligado um *símbolo complexo* Q, ele mesmo constituído por um conjunto de traços tais como, para um substantivo, *comum*, *enumerável*, *animado*, *humano* etc. Uma tal seqüência é dita pré-terminal. A cada elemento de uma frase, ou mais exatamente de sua representação

fonética cujos elementos são os formantes gramaticais, é igualmente anexado pelo léxico um *símbolo complexo* C análogo ao precedente. A representação fonética, munida desses símbolos complexos C, é chamada de seqüência terminal. A gramática associa a essa seqüência terminal uma seqüência pré-terminal, isto é, para cada formante lexical corresponde um formante gramatical. Existe uma regra gramatical que estipula que, se o símbolo da seqüência terminal não é idêntico ao símbolo complexo Q do formante gramatical que lhe corresponde na seqüência pré-terminal, então a frase é gramaticalmente malformada e a má-formação resulta da violação de uma restrição de seleção. Por razões técnicas que não desenvolveremos aqui, Chomsky mostrou que no quadro de uma tal gramática a categoria do substantivo é dominante, do ponto de vista da relação, sobre a do verbo e a do adjetivo. De tal modo que, voltando ao meu exemplo, a violação da restrição de seleção traduzir-se-ia pelo fato de que, na seqüência gramatical associada a uma frase, o símbolo complexo correspondendo ao formante gramatical do verbo não comportaria o traço *sujeito animado* que figuraria no símbolo complexo do formante lexical correspondente.

Não se pode confundir os símbolos complexos C e Q com a representação semântica. Na gramática definida em *Aspects*, os traços de seleção que compõem os símbolos complexos são considerados como traços *sintáticos* e não como traços semânticos. A hipótese da natureza sintática dos traços de seleção está conforme à lógica do modelo de gramática com componente semântico interpretativo. Ocorre, contudo, que a posição de Chomsky sobre esse ponto é apresentada em *Aspects* com muito mais prudência do que de um modo geral adotamos. A possibilidade de uma retomada da função das regras de seleção pelo componente semântico está aí expressamente encarada. De um modo mais geral, Chomsky insistiu sobre o fato de que "a relação entre regras sintáticas e regras semânticas não é um assunto esgotado, permanecendo um leque de possibilidades que merecem um exame aprofundado".²

Além do mais a questão das relações entre sintaxe e semântica na gramática não é a única a ser levantada. Ao dizer que

os traços de seleção são de natureza sintática, Chomsky foi levado a diferenciar o caso de frases cuja anomalia pode ser explicada pela violação de uma regra de seleção, daquelas que apresentam uma "incongruência puramente semântica ou pragmática", que pertencem ao componente semântico e devem estar marcadas na representação semântica da frase. *A fortiori* a natureza das "incongruências pragmáticas" não é especificada. Relacione-se a isso uma outra observação, aquela que diz respeito à distinção entre "sistema semântico" e "sistema de conhecimento ou de crenças". Segundo Chomsky, a fronteira entre esses dois sistemas deve ser considerada como tão incerta quanto aquela que separa semântica e sintaxe, pois, observa ele, "como já notamos há muito tempo, os dois sistemas parecem interferir de maneira obscura".³

Seja a frase:

(3) *O homem que morreu ontem bate à porta.*

Qual a natureza da "incongruência" dessa frase? Ela é semântica ou pragmática? Pertence ou não à gramática? Pode-se responder a essas questões de maneira pragmática; se se pode introduzir em algum lugar da gramática uma regra cuja violação explicaria a particularidade de (3) e de frases semelhantes, então essa particularidade pertence à gramática e à competência lingüística. É assim que procede Kuroda a propósito de um outro caso, aquele de:

(4) *Le professeur a épousé Paul.*⁴ (*A professora casou-se com Paul.*)

Essa frase levanta uma dificuldade para a teoria das restrições de seleção. Com efeito, é preciso poder excluir frases como:

(5) *Pierre a épousé Paul.* (*Pierre casou-se com Paul.*)

A primeira solução em que se pensa é a de introduzir no símbolo complexo anexado ao formante lexical que dá "casar-se" um traço de seleção que imponha que o sujeito e o objeto desse verbo sejam de *gêneros* opostos. De fato, a oposição, clássica na gramática francesa, entre *gênero* e *sexo* poderia aparecer como um argumento em favor da tese do caráter sintático dos traços de seleção. Infelizmente, essa restrição exclui tanto (4) quanto (5). Para contornar a dificuldade, Kuroda propôs a introdução de uma transformação de inserção lexical capaz de incluir *na forma de base* traços *semânticos* do tipo (+ masculino) ou (- masculino). No caso de uma frase como (4), uma transformação substituiria em um contexto como *...a épousé (casou-se)* (+ masculino) o traço (+ masculino) vinculado ao formante lexical correspondente a *professeur* pelo traço (- masculino). Essa solução, embora permanecendo no quadro de uma concepção interpretativa do componente semântico, supõe uma reestruturação do modelo de gramática exposto em *Aspects*. Ela supõe uma intervenção do componente semântico no componente sintático. Segundo Kuroda, poder-se-ia caracterizar sobre essa base os casos de pressuposição que pertencem à gramática: o verbo *épouser (casar)* pressuporia um sujeito e um complemento de sexo (e não de gênero) opostos, o que explicaria que em (4) interpreta-se "le professeur" como designando uma mulher e não um homem. O mesmo tipo de solução poderia valer para, por exemplo, "le docteur" ("o doutor", cf. nota (4)) e mesmo, há pouco tempo, para "le commissaire de police" (o delegado de polícia) pois o concurso acaba de ser aberto às mulheres. Contudo, essa solução cria ainda um problema pois não permite excluir, por exemplo:

(6) *Le curé a épousé Paul.* (*O padre casou-se com Paul.*)

É verdade que os casos em que a solução não é aplicável pertencem a uma lista fechada (que é preciso supor como revisável como mostra o exemplo do delegado de polícia). Seria então suficiente indicar no léxico os casos em que a transformação de

substituição do traço é ou não aplicável. A solução aparece então muito pouco satisfatória do ponto de vista teórico pois, entre outras coisas, ela fere seriamente o caráter dedutivo da gramática. Ela torna, mesmo num caso ainda relativamente simples como este aqui, a fronteira entre "sistema semântico" e "sistema de crenças e de conhecimentos" bem permeável. Além disso, os problemas que acabam de ser levantados põem em evidência o liame que existe, nesse tipo de gramática, entre a fronteira que deve separar sintaxe e semântica e aquela que deve permitir a distinção entre "sistema semântico" e "sistema de crenças e de conhecimentos".

Parece haver uma solução para sair desse impasse. Esta consistiria em dizer que a gramática deve comportar regras que permitam formar e analisar (4) assim como:

(7) *Marie casou-se com Paul.*

mas que não é do domínio da gramática especificar em quais casos essas regras se aplicam ou não. Ao introduzir uma distinção entre "sistema semântico" e "sistema de crenças e de conhecimentos", Chomsky reconhece implicitamente que sua concepção da gramática abre lugar para *um externo à língua na linguagem*, para alguma coisa que escaparia à universalidade que fundaria a competência lingüística através da universalidade dos princípios gerais sobre os quais repousariam as regras da gramática, a universalidade da teoria e das categorias fonéticas, a universalidade enfim das categorias semânticas pressuposta pela noção de representação semântica. Para além das divergências que podem aparecer na operacionalização, o projeto transformacionalista de gramática procura empurrar para o mais longe possível a fronteira entre o que na linguagem pertenceria à língua e à competência lingüística e o que constituiria o externo à língua na linguagem. Tal projeto desenvolve-se elaborando uma concepção da subjetividade individual representada pelas opiniões, crenças, convicções etc... Trata-se de uma forma de subjetividade universal análoga àquela que representa a noção de *sujeito epistêmico* em Piaget: "sob o sujeito individual, na sua consciência e sua ideação particular, é preciso considerar as estruturas das

coordenações de ações comuns a todos os sujeitos e são essas coordenações gerais (psicobiológicas assim como mentais) que nós chamamos de o *sujeito epistêmico*".⁵ Essa "definição" do sujeito epistêmico deve ser aproximada de uma daquelas que Chomsky propõe para a competência lingüística: "parece claro que nós devemos considerar a competência lingüística — o conhecimento de uma língua — como um sistema abstrato sustentando o desempenho, sistema constituído pelas leis que concorrem na determinação da forma e do sentido intrínseco de um número potencialmente infinito de frases".⁶ Chomsky precisa que em cada sistema desse tipo, isto é, em cada gramática, "há elementos particulares, idiossincráticos, que determinam uma língua humana específica, e elementos universais gerais, condições que atingem a forma e a organização de toda língua humana e que constituem o sujeito de estudo da *gramática universal*".⁷ Haveria, portanto, três níveis a distinguir, uma base universal (inata), uma estrutura intermediária que, sob a forma de cada língua particular, é uma realização e, enfim, o nível do desempenho sustentado por sua vez pelo segundo, o conhecimento da língua. Cada um desses níveis é pressentido como uma condição de possibilidade do seguinte e cada um deles pressupõe muito mais do que uma realização particular. Assim a base universal deve ser concebida como a base de todas as línguas possíveis, existentes ou não, passada, atual ou vindoura. Do mesmo modo, o desempenho só realiza muito parcialmente a competência que necessariamente o sustenta, uma vez que ele só abranje um conjunto finito de frases, enquanto a competência deve poder, potencialmente, estender-se a um conjunto infinito de frases com o qual o indivíduo só se confronta de maneira extremamente parcial. Chomsky precisa esse ponto a propósito das relações entre *conhecimento e experiência*, afirmando que a organização do comportamento pressupõe um conhecimento potencial que iria sempre muito além daquilo que a experiência como tal pode encerrar.⁸ A noção de subjetividade individual, mas, ao mesmo tempo, as bases universais inatas da competência lingüística, são uma potencialidade de todo sujeito, contanto que esteja apto a falar.

É nesse sentido que se pode falar de uma forma de subjetividade universal, de um sujeito da competência lingüística.

Aqui, é preciso lembrar que as duas concepções da subjetividade que se acham como em confronto pressupõem uma à outra, ou, mais precisamente, que, se a teoria nos apresenta uma forma universal de subjetividade como condição de possibilidade e de existência da subjetividade individual, é na realidade o inverso, a saber, a hipótese individual, sua "evidência", que torna necessária a hipótese racionalista de uma forma de subjetividade universal, no caso, de uma "essência da linguagem humana".⁹ Em outros termos, é porque consideramos um sujeito fonte de comportamento, de conduta, de escolha, de decisões, tendo opiniões, convicções etc... que o problema das condições de possibilidade desses comportamentos, condutas etc..., na medida em que eles são organizados, aparece sob a forma da existência de uma forma de subjetividade universal que representa as propriedades de *todo* sujeito possível, na medida em que ele é capaz de pensar e falar. Assim, não é surpreendente que o que se apresenta como externo à língua na linguagem esteja relacionado com opiniões, convicções, crenças etc... que cada sujeito pode partilhar ou não.

Para contornar as dificuldades com que se depara a realização do projeto de gramática definido em *Aspects* — dificuldades que evocamos apenas parcialmente —, em vez de adotar uma solução do tipo pragmático como aquela exposta por Kuroda, foi proposto que se renuncie à separação entre sintaxe e semântica tal como ela foi definida. Começamos argumentando como McCawley¹⁰ que os traços de seleção não são de natureza sintática, mas semântica. Chegamos a fazer da *representação semântica* a estrutura mais profunda e dela derivar as estruturas sintáticas e as estruturas superficiais.¹¹

A introdução da noção de pressuposição na teoria da gramática foi inicialmente uma característica daqueles que viam nos fenômenos de pressuposição uma prova conclusiva para não se separar semântica e sintaxe.¹² Nessa perspectiva Lakoff¹³ introduziu, relacionada com a noção de pressuposição, uma noção

de *gramaticalidade relativa* que ele propõe como substituta da noção de *gramaticabilidade* elaborada por Chomsky em *Aspects*. Assim, segundo Lakoff, uma frase como:

(8) *O cachorro acha que o gato é mau.*

pressupõe que os cachorros possam pensar. Se partilharmos essa opinião, a frase será julgada gramatical, senão ela será declarada agramatical. A noção de gramaticabilidade está portanto assujeitada à subjetividade individual, dependendo de crenças, opiniões, convicções, conhecimentos etc... que cada um partilha ou não. Do mesmo modo frases tais como:

(9) *A terra gira.*

ou

(10) *O ferro de passar pesa mais quente do que frio.*

seriam julgadas agramaticais por um leitor pré-galileano ou pré-relativista. Ocorre que Lakoff insiste sobre o fato de que essa concepção da gramaticabilidade não implica que o "saber lingüístico" não possa ser separado do "conhecimento do mundo". Ao contrário, segundo ele, os *princípios gerais* que permitiriam emparelhar uma frase e as pressuposições que garantem sua gramaticabilidade fazem parte da competência lingüística e são partilhadas por todo sujeito que conhece a língua. Um dos argumentos mais fortes em favor dessa concepção é a existência de frases apresentando o que seria muito amplamente reconhecido como uma "contradição". Seja a frase:

(11) *Ele foi morto mas não morreu. (ou ele foi morto mas não está morto.)*

Segundo Lakoff, uma tal contradição deve estar marcada na representação semântica da frase.

Consideremos a frase:

- (12) *O ferro de passar é mais quente mas ele não é mais pesado.*

Para um físico que reconhece a validade da teoria da relatividade, uma tal frase apresenta uma contradição cuja natureza não é diferente da que aparece em (11). Contudo, para aqueles que nunca ouviram falar na relação massa-energia, ela é perfeitamente banal. Parece portanto perigoso dizer que a contradição de (11), assim como a de (12) para alguns, faz parte do seu "sentido intrínseco", para retomar os termos de Chomsky. Isso põe em evidência a relação que existe entre a noção de "contradição" como é usada aqui e uma *teoria da enunciação* cujos princípios devem ser formulados. Essa mesma relação, nós a reencontramos em um exemplo tratado pelo próprio Lakoff. Seguindo Searle, ele observa que, quando um juiz lê uma sentença (como cada um poderia fazê-lo se, por exemplo, ela é divulgada em um jornal), ele realiza o que Searle chama de um *ato de linguagem*, isto é, um ato que só pode ser realizado por uma enunciação dentro de certas circunstâncias, no caso transformar um acusado em condenado. Por essas razões, Lakoff considera que a frase:

- (13) *Mesmo não sendo juiz, Jean leu a sentença, condenando assim o homem à prisão perpétua.*

comporta uma contradição proveniente do fato de que o verbo *condenar* pressupõe um sujeito que se considera com o poder de condenar. Ainda, segundo Lakoff, a pressuposição em questão deve poder ser marcada na representação semântica da frase a fim de que a "contradição" de (13) possa ser explicada. A teoria da enunciação que se acha aqui implicitamente introduzida na teoria da gramática foi desenvolvida por Austin e Searle. Ela será longamente tematizada quando tratarmos da teoria da pressuposição proposta por Ducrot. Para concluir sobre esse último aspecto das concepções desenvolvidas a propósito da pressuposição na teoria da gramática,

contentemo-nos em observar que essa teoria da enunciação pressupõe um sujeito enunciador de tal modo que, embora ele só apareça com a noção de pressuposição, é exatamente uma forma de subjetividade que se acha reintroduzida na gramática.

NOTAS

¹ Lamento não ter tomado conhecimento no momento da redação deste capítulo do estudo de Ryszard Zuber, *La structure présuppositionnelle du langage*, Paris, Dunod, 1972. Esse estudo traz precisões interessantes a respeito das relações entre pressuposição, constituintes e transformações. Por outro lado, o leitor encontrará informações complementares em uma série de artigos recentemente traduzidos: Chomsky, *Questions de sémantique*, Paris, Le Seuil, 1975. Enfim certos aspectos "técnicos" da relação entre proposições relativas e pressuposição são desenvolvidos em Henry, "Constructions relatives et articulations discursives", *Langages* 37, março 1975.

² Noam Chomsky, *Aspects of the theory of syntax*, p. 159.

³ *Ibid.*, p. 159.

⁴ Na tradução dessa frase perde-se a particularidade do francês com que joga o autor para encetar sua discussão sobre a necessidade de se excluir frases como (5) "Pierre casou-se com Paul" e as possíveis soluções do problema. *Le professeur* aplica-se tanto para o masculino como para o feminino em francês. Assim diz-se tanto *M. le professeur/le docteur* etc... como *Mme. le professeur/le docteur* etc...(N. da T.)

⁵ Jean Piaget, "Les problèmes principaux de l'épistémologie des mathématiques", pp. 563-4.

⁶ Noam Chomsky, *Le langage et la pensée*, p. 106.

⁷ *Ibid.*, p. 107.

⁸ "Acho que se examinarmos o problema clássico da psicologia, o de dar conta do conhecimento humano, não poderemos evitar o choque diante da enorme disparidade entre conhecimento e experiência. No caso da linguagem, entre a gramática gerativa que exprime a competência inicial do locutor e os dados magros e degenerados sobre os quais foi construída essa gramática." *Ibid.* p. 115.

⁹ *Ibid.*, p. 128.

¹⁰ McCawley, "The role of semantics in grammar".

¹¹ Exemplos de gramática desse tipo são sobretudo propostos por Hutchins, *The generation of syntactic structures from a semantic base*.

¹² Ver David Lightfoot, "Les présupposés dans la grammaire transformationnelle".

¹³ Georges Lakoff, "Presupposition and relative well-formedness".

CAPÍTULO II

DA PRESSUPOSIÇÃO LÓGICA AO ATO DE LINGUAGEM

I

Os contornos da noção de pressuposição utilizados na perspectiva das gramáticas gerativas permanecem bastante imprecisos; ela escapa a uma apreensão intuitiva por causa da roupagem "técnica" que a encobre (ela é definida em relação a certos tipos de más-formações não redutíveis pelas outras regras de gramática). Com Ducrot, encontramos uma noção muito mais diretamente interpretável, o que evidentemente constitui uma vantagem, pois isso dá a ilusão de que se trata de alguma coisa de muito mais concreto, e portanto mais real, mas que pode, evidentemente, ser também uma armadilha.

Ducrot percebeu perfeitamente esse fato e parece-me que, percorrendo o conjunto dos trabalhos que ele publicou sobre a questão na sua sucessão cronológica, a elaboração conceitual efetuada por ele sobre a pressuposição não tem outra finalidade senão escapar das contradições que não deixam de surgir quando a representação subjetiva da noção torna-se prevalente. O ponto de

partida de Ducrot é a noção formada no domínio da filosofia da linguagem (Frege, Strawson) em que ela tinha um conteúdo teórico, relacionado com a teoria da referência, e em contrapartida um sentido "técnico" ligado à questão do campo da negação global de uma proposição complexa. É esse sentido "técnico" que está em questão quando Frege diz que negar:

(14) *Se o ferro fosse menos denso que a água ele flutuaria.*

não significa negar ao mesmo tempo que o ferro seja de fato mais denso que a água, mas apenas a relação entre a densidade relativamente à água e a propriedade de flutuar sobre a água. É pelo menos o que ressalta da confrontação com:

(15) *É falso que se o ferro fosse menos denso que a água ele flutuaria.*

Por outro lado, a mesma análise não se aplica a:

(16) *O ferro é mais denso que a água e não flutua.*

que, do ponto de vista da hidrostática, é uma paráfrase de (14). Em outras palavras, (16) não se comporta do mesmo modo que (14) ante a negação global como mostra a confrontação com:

(17) *É falso que o ferro seja mais denso que a água e que ele não flutue.*

Frege analisa esse fenômeno dizendo que a subordinação em (14) implica uma dependência entre as duas partes da proposição que explica por que não se pode substituir a proposição introduzida por subordinação por uma outra proposição com o mesmo valor verdade como em:

(18) *Se o ferro não fosse oxidável ele flutuaria.*

Essa dependência não existe na "paráfrase" (16) uma vez que se pode fazer a substituição sem mudar o valor verdade da proposição global:

(19) *O ferro é oxidável e ele não flutua.*

Dir-se-á, portanto, para designar essa dependência, que (14) *pressupõe* que o ferro seja de fato mais denso que a água.

Ducrot apossou-se em um primeiro momento do sentido "técnico" da noção de pressuposição, mantendo antes de tudo o critério da negação como meio para pôr em evidência a necessidade de distinguir em um enunciado o que ele pressupõe daquilo que ele põe. Esse sentido "técnico" foi provisoriamente destacado do conteúdo teórico que é a contraparte na teoria da referência em Frege e Strawson. Esse conteúdo teórico foi substituído por uma definição inicialmente muito frouxa de pressuposição. Apoiando-se na idéia de que o que proíbe (18) e autoriza (14) é o fato de percebermos um liame entre o conteúdo das duas partes de (14), liame que está de acordo com a dependência marcada pela subordinação, enquanto em (18) ele não existe. Donde uma das primeiras definições: "Nós reservamos a palavra 'pressuposição' para designar as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal".¹ Uma tal definição é evidentemente muito mais ampla e não se enquadra no sentido "técnico" da noção. Além do mais ela faz do reconhecimento dos pressupostos pelo ouvinte uma condição do emprego normal de um enunciado, enquanto o conteúdo da pressuposição parece que não deve necessariamente ser admitido pelo ouvinte mas fazer o papel de hipótese ou de posição a partir da qual o locutor enuncia alguma coisa. Assim,

(20) *É a crise do petróleo que torna necessário o bloqueio dos salários.*

que pressupõe que um bloqueio dos salários é (em qualquer situação) necessário e enuncia que a causa dessa necessidade é a

crise atual do petróleo, insere-se muito bem em uma comunicação normal sem que a necessidade desse bloqueio seja admitida por unanimidade. Caminhamos assim para uma nova definição que deixa de fazer dos pressupostos condições de emprego normal de um enunciado para transformá-los em elementos do seu conteúdo que têm um modo de apresentação específico, ligado ao seu comportamento na negação (como, aliás, na interrogação e no encadeamento).² Essa passagem, é preciso frisar, é realizada sobre o terreno da interpretação da noção, reconstituída a partir do seu sentido "técnico", em um modelo da comunicação, e não sobre o sentido da teoria (aquela da referência em Frege enquanto lógico) em que ela tinha sido investida do seu conteúdo teórico inicial. Também não é de se estranhar que essa passagem seja acompanhada de uma dissociação completa entre referência e pressuposição, operada também, evidentemente, sobre o terreno da interpretação. Esse ponto é fundamental para o prosseguimento de nossa análise; também estamos obrigados, a qualquer preço, a fazer uma digressão que considere a relação entre pressuposição e referência em Frege.

II

A elaboração conceitual da noção de pressuposição em Frege faz parte do projeto de constituição de uma *Begriffsschrift*, isto é, de uma conceitografia, destinada a remediar as imperfeições da linguagem natural (*Sprache*), ficando entendido que Frege refere-se expressamente sobre esse ponto a Leibniz e à idéia de que basta ter uma boa linguagem para que não seja mais possível dizer ou escrever algo que não seja bem pensado e, portanto, suscetível de ser reconhecido como verdadeiro ou falso. Acessoriamente, o trabalho de construção de uma tal conceitografia, se não permite eliminar as imperfeições da linguagem ordinária, permite, pelo menos, como veremos, dissolvê-las, devolvendo assim a essa linguagem um ar de credibilidade no seu uso controlado.

Para que a conceitografia não seja desprovida de interesse, é necessário que um mesmo "objeto" possa ser designado de várias maneiras, que não fosse para poder escrever que, em um triângulo ABC, a interseção das medianas oriundas de A e de B e das medianas oriundas de B e C são um único e mesmo "objeto". Na terminologia de Frege, dir-se-á que se trata de nomes com *sentido* diferente tendo mesma *referência*. Isso posto, Frege considera que os erros lógicos provenientes do fato de que expressões com a aparência de nome próprio não tenham referência não são menos perigosos que os provenientes da ambigüidade das expressões denunciadas por todos os livros de lógica. A utilização de expressões tais como a "vontade do povo" pode conduzir a abusos demagógicos pois, diz ele: "é fácil estabelecer que em nenhum sentido essa expressão tem referência reconhecida".³ Portanto, uma conceitografia deve ser tal que "cada expressão gramaticalmente bem construída, como um nome próprio, pela ajuda dos signos já introduzidos, deve de fato ter uma referência, e deve ser impossível introduzir novos signos, como os nomes próprios, sem que se tenha assegurado que eles têm mesmo uma referência".⁴

Por outro lado, já o dissemos, a conceitografia deve ser tal que toda proposição possa ser dita verdadeira ou falsa. Frege transporta essa exigência para a precedente, dizendo que uma proposição, do ponto de vista lógico, não passa de uma maneira de nomear o verdadeiro e o falso. Donde a idéia de considerar todas as proposições como expressões de sentido diferente, como nomes diferentes, tendo por referência ou "Verdadeiro" ou "Falso". Se se verificam as exigências formuladas acima, essa maneira de considerar as proposições não introduz dificuldades particulares, ela chega mesmo a apresentar sérias vantagens. É necessário acrescentar ainda que Frege precisa que uma tal exigência só tem razão de ser quando há interesse pelo *conhecimento* pois podemos considerar outros níveis da linguagem, particularmente a *ficção*, na qual a questão da verdade ou da falsidade das proposições não tem sentido, uma vez que esse uso da linguagem não visa o conhecimento mas apenas as representações ou sentimentos despertados pelo sentido das proposições ou, ainda, "as belas

sonoridades da língua". O problema é que, se as línguas devem tornar possível a ficção, elas abrem, pelo mesmo movimento, o caminho para a demagogia (ter escolhido como ilustração "a vontade do povo", isto é, uma noção que concerne à política, não é evidentemente um acaso) e, do ponto de vista do conhecimento, ao erro e à ilusão. A esse respeito, a "linguagem ordinária sofre deste defeito de com ela podermos formar expressões que, do ponto de vista da forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, enquanto, em certos casos, essa determinação falha pois depende da verdade de uma proposição".⁵ Para Frege, essas proposições não estão verdadeiramente contidas nas proposições em que aparecem as expressões gramaticais referenciais correspondentes, que são apenas *vorausgesetzt* por estas, isto é, instituídas antes, preestabelecidas, ou ainda, como de um modo geral se tem traduzido, *pressupostas*.

Do que precede, conclui-se que é para explicar porque a linguagem ordinária é feita de modo que, do ponto de vista do conhecimento, seu emprego possa conduzir ao erro, à ilusão ou à demagogia que Frege introduz a noção de pressuposição. Ela caracteriza, do ponto de vista do conhecimento, o estatuto das expressões gramaticalmente referenciais com relação ao estatuto dos nomes próprios. Quanto a estes últimos, Frege estabelece que "o fato de eles terem ou não uma referência não pode depender de modo algum da verdade de um pensamento".⁶ Enfim, expressões gramaticalmente referenciais e nomes próprios opõem-se na medida em que, para as primeiras, a existência de uma referência depende da verdade de um pensamento enquanto, para os últimos, ela só repousa sobre uma forma de evidência. Para Frege, "a vontade do povo" não tem referência "geralmente aceita", o que significa que a evidência em questão não é identificável com a evidência subjetiva individual (a qual poderia na sua singularidade proceder da ilusão) mas sobre um tipo de consenso. Isso nos leva a considerar, junto do *sentido* e da *referência*, o terceiro termo da teoria da significação em Frege, a saber a *representação* (*Vorstellung*).

Frege convida-nos com efeito a distinguir, além do sentido e da referência de um signo, o que ele chama de sua representação, que é a forma subjetiva individual da significação. Enquanto o sentido de um signo pode ser "a propriedade comum de vários indivíduos" e, por isso, ele não faz parte "do modo da alma individual", a representação deve ser sempre "atribuída a alguém e datada".⁷ Dois indivíduos não podem nunca, efetivamente, ter a mesma representação de um mesmo objeto e, ainda que seja às vezes possível apontar semelhanças entre essas representações, a comparação não pode ser rigorosa, pois "seria impossível reunir essas representações na mesma consciência".⁸ Convém aqui examinar mais minuciosamente como Frege justifica esse caráter irredutivelmente individual da representação, pois aí reside um dos seus pontos fracos. Ele só dá maiores detalhes sobre o que entende por representação nos casos em que o signo pode denotar "um objeto perceptível pelo sentido". Não exclui, contudo, que se possa falar de representações evocadas por um signo que não teria essa particularidade (ele considera o caso do nome próprio *Bucéphale*) e tampouco exclui que as expressões referenciais desprovidas de fato de referência possam dar lugar à representação. Nesses casos, diz apenas que "um pintor, um cavaleiro e um naturalista ligarão sem dúvida representações bem diferentes ao nome 'Bucéphale'".⁹ No caso em que o signo denota um objeto perceptível, a variedade interindividual da representação é concebida como sendo de *natureza psicológica*. Frege esboça uma psicologia da percepção e de sua ligação com as intuições e as representações, que faz intervir as impressões sensíveis e as ações internas ou externas que lhes respondem, bem como as marcas deixadas na alma por aquelas mesmas impressões sensíveis. Se nos referimos a essa psicologia da representação e das intuições, a variabilidade interindividual não pode ter outro fundamento senão a variabilidade interindividual das ações internas ou externas que respondem às impressões sensíveis, isto é, afinal, a individualidade irredutível dos processos do pensamento. Cada indivíduo reage a seu modo ao mundo sensível; diante de um objeto perceptível cada um forma sua representação essencialmente irredutível à de qualquer outro indivíduo; cada signo

evoca na mente do ouvinte uma representação que não pode ser comparada à de nenhum outro indivíduo diante do mesmo signo. Ocorre que o sentido do signo e conseqüentemente sua referência, se ele tem uma, são propriedades não-individuais, e é isso que distingue a representação do sentido e da referência. Mas então sobre o que pode fundar-se essa não-individualidade do sentido e da referência? Certamente não é — dado o que ocorre com as representações — sobre a singularidade empírica do objeto denotado, quando o signo pode denotar um objeto material. Quanto ao sentido, Frege indica duas bases distintas da não-individualidade. Primeiro o fato de que "não se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamento que se transmite de uma geração a outra".¹⁰ Em segundo lugar a idéia de que "o sentido de um nome próprio é dado a quem quer que conheça suficientemente a língua ou o conjunto das designações de que ele faz parte".¹¹ A ligação entre essas duas bases da não-individualidade do sentido — *thesaurus* de pensamentos, comum a todas as gerações e conhecimento da língua ou dos conjuntos de significação — permanece contudo obscura. Quanto à referência, ela é necessariamente não-individual, assim como o sentido, porque a ligação entre o signo, seu sentido e sua referência é regular e não variável, como aquela que une signo à representação. Entretanto, não se pode dizer que essa não-individualidade da referência *decorra* da não-individualidade do sentido, pois vários sentidos distintos podem corresponder à mesma referência. A originalidade da teoria da significação em Frege deve-se ao fato de ele recusar-se a considerar que o sentido seja denominador comum das representações individuais ou mesmo que ele proceda de sua ligação com a referência. Nesse aspecto sua teoria da significação livra-se de todas as marcas das concepções empiristas; principalmente, não é possível reduzir ao triângulo de Ogden e Richards o sistema dos três termos: referência, sentido e representação. Na ausência de outras bases teóricas, as conseqüências dessa posição são que as relações entre sentido e referência permanecem misteriosas e que, para os nomes próprios sobre os quais afinal de contas tudo

repousa, a existência de uma referência e sua identificação só podem ser justificadas invocando um consenso.

Essa dificuldade da teoria da significação em Frege deve ser relacionada com sua concepção das ligações entre conhecimento e ilusão, que se baseia na idéia de que é apenas na e pela linguagem que aquele e esta se misturam, porque as línguas são feitas de tal forma que é possível construir expressões tendo gramaticalmente (isto é, do ponto de vista da linguagem e do sentido) valor referencial enquanto nada garante que elas tenham de fato uma referência. É, com efeito, somente se se reduz unicamente aos nomes próprios a relação entre sentido e referência que se pode conceber que uma conceitografia possa manter o conhecimento ao abrigo da ilusão ou possa ser, para além das palavras, uma linguagem do pensamento cognoscitivo, uma vez que ela é de tal modo organizada que "cada expressão gramaticalmente bem construída, como um nome próprio, pela ajuda de signos já introduzidos, tem necessariamente uma referência" e de tal forma que "não seja possível a introdução de novos signos como nomes próprios sem que se esteja seguro de que eles têm mesmo uma referência". Em resumo, a noção de pressuposição em Frege é inseparável do papel fundamental atribuído aos nomes próprios no uso da linguagem visando o conhecimento quando se concebe que esta só se mistura ao erro ou à ilusão na e pela linguagem.

III

Se voltarmos agora ao trabalho de elaboração conceitual efetuado por Ducrot sobre a pressuposição, nele poderemos distinguir por comodidade três tempos. Primeiro tempo (de que já demos conta): retomada da noção de pressuposição a partir do seu sentido "técnico" (ligado ao fenômeno da negação) e reinterpretção dessa noção no quadro de um modelo da comunicação (representação necessária ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal). Segundo tempo: crítica da concepção precedente que faz da verdade das pressuposições uma

condição para o emprego normal dos enunciados.¹² Essa crítica apresenta-se inicialmente sob a forma de um questionamento do trabalho de Frege considerado como o representante dessa tese. A crítica comporta dois aspectos; um aspecto teórico que nos parece pouco pertinente, pois passa ao largo do conteúdo teórico da noção de Frege, e um aspecto "técnico" que põe em primeiro plano o critério da negação. Terceiro tempo: reconhecimento da insuficiência do sentido "técnico" para dar um fundamento tanto teórico quanto analítico (na produção da análise semântica dos enunciados) à noção de pressuposição e desenvolvimento de uma teoria das relações entre língua e discurso, suscetível de responder a essa insuficiência. Vamos agora examinar o segundo tempo antes de passar ao terceiro que é aquele em que intervêm as noções de atos e jogos de linguagem.

Antes de abrir caminho para nossa necessária digressão sobre a teoria da significação em Frege, base da teoria lógica da pressuposição, dissemos que a transformação a que Ducrot submeteu sua primeira definição da noção foi realizada sem levar em conta o conteúdo teórico inicial desta, valorizando, antes de tudo, seu aspecto "técnico". É isso que precisamos agora justificar antes de tirar as conseqüências, sobretudo porque essa operação, como acabamos de dizer ao definirmos o segundo tempo do expediente de Ducrot, é apresentada como uma crítica a Frege, comportando dois aspectos: um teórico e outro técnico. Começemos pelo aspecto teórico. Enquanto Frege insiste sobre o fato de que a existência de uma referência só tem interesse quando se busca o conhecimento porque "para conhecer" é preciso unir ao pensamento sua referência, isto é, o valor verdade do pensamento, Ducrot considera, entretanto, que sua concepção da pressuposição implica que os enunciados cujos pressupostos não são verdadeiros são, de maneira muito geral, "logicamente inavaliáveis". Toda questão é saber o que quer dizer "logicamente inavaliável". Para Frege isso significa apenas que tais enunciados não têm valor, ou pior, podem causar erro ou ilusão, do ponto de vista do conhecimento ou da ciência. Não é portanto nada surpreendente que, como observou Strawson,¹³ o uso da palavra *falso* em Frege — no que toca à

noção de pressuposição — não corresponda ao uso que habitualmente se faz dela na "linguagem ordinária". É verdade também que, como diz Ducrot, o lógico que adota a tese segundo a qual um enunciado cujos pressupostos são falsos é logicamente inavaliável, "constrói muito mais um conceito de falsidade do que descreve um conceito preexistente".¹⁴ Isso supõe, entretanto, que se chegue ao conceito de "logicamente inavaliável" ou, se preferirmos, ao de decidibilidade. Mas o que acontece com esse conceito de *falso* preexistente, suscetível de se revelar à "intuição lingüística imediata", como escreve Ducrot, desse conceito que bastaria ser descrito e não produzido? Nós, pessoalmente, contestamos formalmente que se possa falar de um conceito preexistente de *falso* e que estaria em ação na linguagem em geral. Voltaremos a esse ponto, pois o que diz aqui Ducrot a respeito da palavra *falso* vale para ele — de um modo geral — para qualquer palavra na qual reconheça uma significação literal, imediatamente apreensível.

O que acabamos de ver a propósito da crítica ao uso da palavra *falso* em Frege e do sentido a dar à tese segundo a qual a verdade dos pressupostos é uma condição da avaliabilidade lógica dos enunciados aplica-se, de uma maneira mais geral, à idéia segundo a qual Frege seria o campeão da concepção que assimila os pressupostos às condições de emprego normal dos enunciados e não aos elementos do seu conteúdo. Do ponto de vista da problemática de Frege, "emprego normal" não tem muito sentido; é preciso esclarecer de que uso se trata. Por outro lado, a posição de Frege quanto a saber se os pressupostos fazem ou não parte do conteúdo dos enunciados (do seu sentido, na sua terminologia) é, apesar do que ele diz quando introduz a palavra *vorausgesetzt*, muito mais sutil do que sugere Ducrot: a questão não é crucial do seu ponto de vista. Mais especificamente, as perspectivas de Ducrot e de Frege são radicalmente diferentes do ponto de vista teórico. Frege não procura, como o pretende abusivamente Ducrot, a lógica na linguagem, ele quer apenas definir *um* uso lógico da linguagem (lógico significando aqui adequado para o conhecimento e para a

ciência). Ducrot, ao contrário, procura na linguagem *uma* lógica¹⁵ que seria ao mesmo tempo uma semântica: o empreendimento pressupõe que uma tal lógica exista, o que não nos parece evidente.

Do que foi dito acima, conclui-se, como havíamos anunciado, que mesmo admitindo que as críticas feitas a Frege, por Ducrot, sobre o plano teórico não são radicalmente incompatíveis com a problemática de Frege e que, levando-se em conta as contradições e os pontos obscuros que a sua formulação mostra, essa crítica passa na sua essência ao largo da problemática em questão — como aliás as críticas formuladas por Strawson e por Russel. Agora, se não nos esquecermos de que Ducrot busca uma lógica na linguagem, compreendemos melhor por que a noção de pressuposição em Frege lhe parece restritiva demais, na medida em que é limitada a certos usos da linguagem. Para estender portanto a noção de pressuposição, Ducrot baseia-se no sentido "técnico" que essa noção tem em Frege, ligada à questão da negação. Isso levou Ducrot a duvidar da ligação entre pressuposição e referência. Sobre esse ponto, notar-se-á inicialmente que não há evidência de que essa ligação seja assim tão estreita em Frege como se tem dito, já que ele mostra qual a relação existente entre o funcionamento das expressões ditas referenciais e, por exemplo, o funcionamento das subordinadas condicionais como em:

(21) *Se Pierre tivesse partido, Jean teria voltado.*

A crítica de Ducrot não está entretanto aí; ela contesta o tratamento diferencial aplicado aos dois tipos de relativas, as restritivas e as descritivas explicativas. Para Frege, quando ela funciona como descritiva, a relativa não introduz pressupostos. Ele toma como exemplo de descritiva o caso em que a relativa refere-se a um nome próprio como em:

(22) *Jean, que sabe que Pierre está aqui, não virá.*

Frege considera que, do ponto de vista da pressuposição, não há diferença entre esse enunciado e o seguinte:

(23) *Jean sabe que Pierre está aqui e não virá.*

Para Ducrot, ao contrário, a aplicação do critério da negação permite distinguir em (22) o que esse enunciado "pressupõe" (que Pierre está aqui) do que ele "põe" (que Jean não virá). Parece-nos que essa conclusão é um pouco apressada e que ela só se baseia sobre uma "intuição lingüística", que aliás nada permite justificar. Pode-se, particularmente, observar que o enunciado:

(24) *É falso que Jean, que sabe que Pierre está aqui, não virá.*

é freqüentemente julgado malformado e é interpretado de maneira variável (o que não ocorre quando a relativa é restritiva). Esse não é entretanto um argumento suficiente. Para maior clareza, é útil considerar os casos em que o estatuto da relativa é ambíguo. Seja por exemplo:

(25) *Os sindicatos que defendem os trabalhadores conclamam à greve.*

Esse enunciado é interpretado de duas maneiras diferentes, se se considera que todos os sindicatos defendem os trabalhadores (de fato ou por definição) e portanto também conclamam à greve, ou que unicamente certos sindicatos conclamam à greve, aqueles precisamente que defendem os trabalhadores, enquanto os outros de fato não os defendem.

Experimentalmente, constata-se que a interpretação de um tal enunciado depende mais da "opinião" de cada um do que da presença ou da ausência de vírgulas ou de uma entonação característica. Além do mais no enunciado:

(26) *É falso que os sindicatos que defendem os trabalhadores conclamem à greve.*

a relativa é maciçamente interpretada como uma restritiva qualquer que seja a entonação ou a pontuação. Esse segundo argumento, apesar de se encaminhar no sentido da posição de Frege, não é ainda decisivo. A questão é saber se a diferença entre os dois funcionamentos da relativa deve-se ao fato de que uma pressupõe o conteúdo da relativa e não a outra ou ainda a outra coisa. Para esclarecer um pouco mais essa questão, é útil analisar as condições nas quais uma relativa pode funcionar como descritiva. Além do caso dos nomes próprios, há duas outras possibilidades. A primeira é aquela em que a identificação da referência é assegurada independentemente do conteúdo da relativa. É o caso, por exemplo, de:

(27) *O menino que você viu ontem, que veio me ver, está de novo aqui.*

Em tal enunciado, há chances de que a segunda relativa funcione como uma descritiva ainda que se possa imaginar condições nas quais as duas relativas desempenhariam o mesmo papel. Vê-se portanto que são as condições de emprego do enunciado que determinam o funcionamento efetivo da relativa como já foi visto em (25).

A segunda possibilidade de funcionamento descritivo da relativa é aquela em que o conteúdo desta pode ser considerado como uma propriedade geral daquilo que é designado pelo grupo nominal a que ela se refere. Nesse caso, a relativa não parece poder desempenhar papel determinativo. É provavelmente assim em:

(28) *Os cães, que são animais, podem ser domesticados.*

pois é pouco provável que esse enunciado seja interpretado como se ele se aplicasse a uma espécie particular de cães, os que são animais, e não aos outros. Se é assim, é porque a animalidade é uma propriedade geralmente reconhecida nos cães. A segunda possibilidade de haver um funcionamento descritivo da relativa não

faz apenas intervir portanto as condições de emprego desta, mas o próprio conteúdo desse enunciado: é preciso que as propriedades enunciadas, via relativa, possam parecer como sendo propriedades universalmente reconhecidas. De que tipo de propriedades pode se tratar a não ser daquelas que procedem de conhecimentos científicos ou daquilo que se mostra como tal, isto é, propriedades consideradas como fazendo parte da *natureza* dos objetos designados (como a animalidade do cão)?

Nossa análise mostra que o modo de funcionamento das relativas não é uma propriedade intrínseca aos enunciados nos quais elas aparecem, mas que ele pode depender do que chamaremos de agora em diante de as condições de funcionamento desses enunciados. Isso nos permite precisar o peso teórico da discussão sobre a relação entre o modo de funcionamento das relativas e a pressuposição. Se admitimos com Frege que é apenas no caso em que a relativa funciona sobre o modo restritivo que há pressuposição, então somos necessariamente conduzidos à conclusão de que a existência ou a não-existência de tais pressupostos pode depender de suas condições de funcionamento e não apenas do enunciado tomado isoladamente. Não é indiferente dizer que os pressupostos fazem parte das condições de emprego, pois isso só tem sentido se se considera que de toda maneira o enunciado comporta pressupostos. Se admitimos que a presença de vírgulas ou de uma entonação característica é interpretada de maneira variável, se admitimos ainda que o critério da negação não fornece um argumento, permitindo estabelecer incontestavelmente que os enunciados em que uma relativa funciona como descritiva comportam uma pressuposição ligada a essa relativa, então não podemos excluir sem uma justificativa que a presença de uma relativa, isto é, de uma propriedade sintática *da frase*, seja somente uma condição necessária e não uma condição suficiente para que haja pressuposição *no enunciado*. Pelo menos nesse caso torna-se possível considerar a presença de uma pressuposição como um modo de funcionamento possível do enunciado e não como uma característica da frase correspondente. Ao afirmar que a pressuposição é de natureza lingüística e não discursiva, é

precisamente o que quer negar Ducrot. Acontece que essa posição não pode apoiar-se unicamente sobre o sentido técnico da noção, tornando-se necessária a intervenção de uma teoria das relações entre língua e discurso. O próprio Ducrot reconhece que as regras de negação, de interrogação e encadeamento que lhe serviram para mostrar a necessidade de se distinguir o que um enunciado põe do que ele pressupõe "não poderiam constituir um procedimento de descoberta que produziria, imediatamente, análises lingüísticas de detalhe"¹⁶ e que, se essas regras "fornecem, a rigor, condições necessárias para que um enunciado seja considerado como pressuposto, seria muito perigoso considerá-las como condições suficientes".¹⁷ É preciso portanto introduzir o terceiro tempo do trabalho de elaboração conceitual da noção de pressuposição realizado por Ducrot.

IV

A noção de pressuposição em Ducrot faz parte de um projeto teórico que visa pôr em evidência a existência *de uma lógica na língua* enquanto, geralmente, as ligações da lógica e da linguagem são concebidas como sendo de natureza exclusivamente discursiva. Essa lógica da língua, que é também concebida como uma semântica, é assimilada, ver-se-á, às regras do jogo instituindo as relações entre indivíduos na linguagem. Nesse sentido ela constituiria também uma *psicologia social da língua*. É por isso que Ducrot afirma que "o fenômeno da pressuposição (...) provoca o aparecimento no interior da língua de todo um dispositivo de convenções e de leis, que deve ser compreendido como um quadro institucional regulando o debate dos indivíduos".¹⁸ Noutro lugar escreve que "se levamos em consideração o fenômeno da pressuposição, e se definimo-lo, ao nosso modo, como um poder jurídico dado ao locutor sobre o destinatário, é preciso então admitir que a ação dos interlocutores uns sobre os outros não é um efeito acidental da palavra, mas que ela está prevista na própria organização da língua";¹⁹ ele acrescenta que, conseqüentemente, a

língua é "bem mais que um simples instrumento para comunicar informações", que "ela comporta inscrito na sintaxe e no léxico todo um código das relações humanas".²⁰

As citações que precedem lembram-nos de que Ducrot assenta sua concepção da pressuposição, enquanto forma de implícito, sobre uma crítica da assimilação da língua a um código, instrumento da comunicação ou meio de manifestar o pensamento por símbolos que o tornam acessível. Mais precisamente, se não é possível considerar que a língua é um código, é que esse modo de representação não deixa nenhum lugar para a necessidade tanto psicológica quanto social de uma forma *consciente* de implícito que deve, necessariamente, poder se manifestar na e pela linguagem. Aí está para ele o papel da pressuposição.

De uma certa maneira, pode-se dizer que Ducrot vira pelo avesso o problema de Frege. Este último procura liberar a linguagem da ilusão e da demagogia que nela se imiscuem devido a certos "defeitos" da linguagem ordinária. Ducrot, ao contrário, parte da idéia de que existe uma necessidade ao mesmo tempo social e psicológica de ilusão e demagogia, conscientemente desejadas, para fazer a hipótese de que a língua deva necessariamente ser tal que torne possível essa produção voluntária de ilusão e de demagogia.²¹

É por isso que Ducrot esboça uma teoria da persuasão e da influência social que não deixa de ter relação com a dos psicossociólogos que quiseram tratar essa questão. Parte da idéia de que "tudo o que é dito pode ser contradito" e que, portanto, "não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los, pelo mesmo movimento, às eventuais objeções dos interlocutores".²² Seria portanto necessário "para toda crença fundamental, quer se trate de uma ideologia social ou de um ponto de vista (*parti pris*) pessoal, encontrar, se ela se exprime, um meio de expressão que não a exponha, que não a transforme num objeto determinável e portanto contestável".²³ Acrescenta que essa crença tem necessidade de se exprimir porque encontra sua "principal força, e sua principal fonte de evidência, no seu perpétuo (re)dizer".²⁴ É

preciso portanto poder dizer sem ter dito, exprimir efetivamente certos conteúdos (crenças, ponto de vista pessoal ou ideologia social) sem para tanto poder ser obrigado a reconhecer que os exprimimos voluntariamente. Seria então preciso não apenas poder codificar os conteúdos — isso é necessário para que eles sejam efetivamente expressos — mas também que eles possam ser codificados de tal maneira que a responsabilidade de tê-los exprimido não possa ser imputável ao locutor. Em outros termos, seria preciso que na manifestação voluntária desses conteúdos fosse apagada sua ligação com o sujeito da enunciação. Mais exatamente, seria preciso conceber um processo de *desdobramento do sujeito da enunciação*, um desses sujeitos sendo identificado ao locutor e considerado como responsável pelos conteúdos formulados, o outro, o duplo do primeiro, não sendo mais identificado ao locutor e tomando, por esse fato, o estatuto de sujeito universal. Compreender-se-ia então que os conteúdos vinculados a esse segundo sujeito da enunciação parecem investidos dessa espécie de evidência que é o atributo do sujeito dito universal, sujeito da ciência ou daquilo que se mostra como tal.

Introduzindo o processo de desdobramento do sujeito da enunciação cujos princípios acabamos de indicar, nós só pensamos em dar uma base teórica para aquilo que de outro modo permaneceria bastante misterioso, a saber, o porquê da eficácia, reconhecida pelo próprio Ducrot, do modo de apresentação específica dos conteúdos, que constitui a pressuposição. É óbvio, entretanto, que invocando esse processo nós introduzimos elementos teóricos que não aparecem na análise de Ducrot e que não provêm mais da teoria psicossociológica da persuasão e da influência, mas da teoria com que se devem relacionar os conceitos de sujeito universal e de identificação, a saber, a teoria das ideologias e das formas de existência da subjetividade. Não é nessa direção que se encaminhou Ducrot, pois seu objetivo é mostrar que a pressuposição é de natureza lingüística, o que significa que os pressupostos devam ser considerados como fazendo parte da significação literal dos enunciados. É aí que intervém a distinção fundamental no quadro de sua problemática dos pressupostos e dos subentendidos.

A distinção entre pressupostos e subentendidos, tal como ela é produzida por Ducrot, repousa sobre uma primeira distinção operada no conjunto das significações que podem estar associadas a um enunciado: a distinção entre *significação literal* e *significação não-literal*. A essa primeira distinção é superposta uma segunda, a do implícito e do não-implícito. Toda a contribuição teórica de Ducrot em relação aos seus predecessores se reduz a formular que, uma vez essas duas distinções admitidas, elas não se recortam, de tal modo que as significações associadas a um enunciado podem ser repartidas em quatro categorias definidas pelo quadro abaixo:

	implícito	explícito
literal	pressupostos	postos
não-literal	subentendidos	conclusões necessárias

Vimos sobre o que se assenta a distinção do implícito e do explícito: sobre a necessidade tanto psicológica quanto social de recorrer ao implícito. O resto repousa sobre a oposição do literal e do não-literal. É precisamente essa distinção que Ducrot identifica com a da língua e do discurso. Ao fazê-lo, ele confere a essa oposição um conteúdo teórico que, ainda que amarrado a concepções anteriores dessa ligação, não deixa por isso de requerer discussão, justamente pelo que essas concepções implicam do ponto de vista da teoria da significação. Voltaremos a esse ponto, portanto, depois de examinarmos sobre o que Ducrot funda a distinção do literal e do não-literal.

De imediato, a distinção em questão aparece como problemática, ao mesmo tempo pressuposta e exigindo justificativa. A distinção é pressuposta quando se diz que para apreender o implícito da pressuposição, considerada como fazendo parte da

significação literal, "não é necessário nenhum expediente lógico ou psicológico de natureza diversa dos mecanismos utilizados para compreender as significações lingüísticas mais elementares"; enquanto o mesmo não aconteceria com as significações que podem estar discursivamente associadas a um enunciado. A distinção é ainda pressuposta quando se diz que a relação de um enunciado com as significações literais é uma relação imediata e estável. O imediatismo dessa relação põe em jogo a relação do sujeito com o enunciado e com a língua. Por essa via, tem-se a hipótese de que uma parte *estável* (isto é, independente dos sujeitos) é suscetível de se mostrar para "quem quer que conheça suficientemente a língua" (para retomar os termos de Frege) ou ainda de se revelar "à intuição imediata" (para retomar dessa vez os termos do próprio Ducrot). Desse modo está justificado o que anunciamos a propósito da discussão sobre o estatuto do conceito de *falso* em Frege, oposto àquele elaborado por Strawson e, depois, por Ducrot (cf. pp. 57-8). Mas, enquanto o sujeito só intervinha em Frege no nível das relações entre o sentido e a referência dos nomes próprios, essa intervenção da subjetividade lingüística (sobre a qual deveríamos dizer, se lhe damos direito de cidadania, que sua natureza é psicossocial) é estendida ao conjunto das relações de significação. Contrastando com a estabilidade e o imediatismo da relação de um enunciado com suas significações literais, as significações não-literais (os subentendidos e as conclusões necessárias) mantêm com o enunciado uma relação mediata e instável. O caráter mediato dessa nova relação seria devido ao fato de que um expediente intelectual ou psicológico precisa intervir, expediente que toma por base as significações literais e assegura a passagem para as significações não-literais e que tem a forma de uma associação de significações ou de uma inferência. Ducrot está sobre esse ponto totalmente de acordo com Searle que escreve: "o discurso figurativo é parasitário com relação ao discurso literal, pois (segundo ele) não é possível enunciar uma frase atribuindo-lhe um sentido figurativo se não temos o sentido literal como base do uso figurativo".²⁵ A única diferença é que onde Searle fala de "discurso literal", Ducrot fala de significações lingüísticas literais. Quanto ao segundo aspecto das

significações não-literais, sua variabilidade decorreria do fato de sua relação com o enunciado desencadear processos psicológicos ou cognitivos que podem variar de um sujeito para outro, em função do contexto e das "circunstâncias da elocução", o que é indicativo de que estamos na ordem do discurso (intervenção da enunciação).

Precisamos esclarecer o quanto antes que não negamos que, nos processos de produção ou reprodução das significações, haja lugar para a distinção entre dois tipos de processos, dois níveis de efeito de significação correspondendo respectivamente ao que no momento designa-se por significações literais e significações não-literais. Mas, por outro lado, contestamos a idéia de que seja possível falar de uma *semântica da língua* cujo processo de constituição está implicitamente contido na própria noção de *significação literal* tal como foi definida por Ducrot, isto é, fantasiada pelas propriedades de imediatismo, estabilidade, acessibilidade direta à intuição lingüística. Essa incidência, ao mesmo tempo que fixa nosso horizonte, reconduz-nos ao caráter problemático da distinção estabelecida por Ducrot no interior mesmo do seu próprio discurso. Até o momento, nos exames do funcionamento dessa distinção, nós nos detivemos nos lugares em que ela é pressuposta; a teoria da significação que encontramos permanece compatível com as inúmeras concepções ainda correntes na matéria, inclusive a concepção nominalista tradicional. Entretanto, em outro lugar, é tomada uma distância com relação a essa concepção quando ele diz que "as significações dos enunciados tomados fora do contexto (portanto significações literais) não constituem de modo algum fatos ou dados, mas resultam de uma decisão livre do lingüista".²⁶ Ao adotar essa posição, Ducrot reata com a perspectiva chomskyniana de uma formalização da intuição lingüística, ainda que não endosse todos os pressupostos adotados no projeto dos transformacionalistas da Escola de Cambridge. Para Ducrot, trata-se de definir o que se pode racionalmente entender por *descrição semântica de uma língua*.

Lembremos, uma vez mais, que para Chomsky uma gramática é um dispositivo que deve satisfazer duas condições:

a) ser capaz de fazer corresponder, por meio de um conjunto de regras formais, a qualquer representação fonética de uma frase, em um sistema de categorias fonéticas universais, uma ou, eventualmente, várias descrições semânticas dessa frase, em um sistema de categorias semânticas universais e

b) dar conta das propriedades das frases (ambigüidade, relações de sentido, gramaticabilidade ou desvio relativo à gramaticabilidade) tais como se revelam à intuição lingüística imediata de todo sujeito que fala a língua.

O projeto de descrição semântica de Ducrot parece, ao primeiro olhar, muito mais ambicioso porque essa descrição é definida como "um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente um enunciado da língua em cada uma das situações em que ele é empregado".²⁷ O caráter particularmente ambicioso do projeto deve-se ao fato de que ele deve operar uma certa análise das situações que nós não compreendemos bem em que consistiria exatamente. O projeto chomskyniano parece mais limitado, pois pressupõe que, através da intuição lingüística, pode-se afastar do contexto e chegar às representações semânticas, sendo que as relações entre estas e as significações não são consideradas como do domínio da gramática mas do domínio da teoria do desempenho. Quanto a Ducrot, ele considera que "aquilo que se chama de ocorrência fora do contexto nada mais é do que uma ocorrência num contexto artificialmente simplificado",²⁸ e que, conseqüentemente, as significações constata- das nessas condições podem impedir que se preveja o sentido efetivamente recebido nos contextos naturais. A divergência entre os dois projetos aparece mais como uma diferença de método (fundada sobre uma apreciação diferente das condições reais de realização do projeto) do que uma divergência de fundo, pois Ducrot supõe, de todo modo, que se pode definir uma significação literal não-contextual. Essa diferença de abordagens explica, igualmente, porque Ducrot rejeita a idéia de que seja preciso estabelecer *a priori* que a descrição semântica dos enunciados que permite prever seu sentido efetivo em cada situação de emprego

deva ser feita através de uma metalinguagem universal (sistema de categorias universais e de relações entre essas categorias). A possibilidade de uma descrição em termos de categorias universais aparece, assim, como sendo um resultado eventual da realização do projeto. Sempre pelas mesmas razões, Ducrot não diz nada sobre a necessidade de representação dos enunciados num sistema de categorias fonéticas universais ou qualquer outra coisa equivalente. Enfim, Ducrot rejeita também como ponto de partida a idéia de que as regras que permitem calcular a descrição da significação sejam — como querem os chomskynianos — finitas. Em compensação, Ducrot mantém a exigência segundo a qual para uma relação de sentido R, intuitivamente percebida entre dois enunciados A e B de uma língua L, deve corresponder uma relação formal R', na metalinguagem de descrição L'. Através de tudo que foi exposto, Ducrot protegeu-se das numerosas objeções formuladas contra aquilo que, mal ou bem, pôde aparecer como exigências arbitrárias do projeto chomskyniano.

Quanto ao projeto de Ducrot, seu caráter aparentemente utópico não é razão suficiente para afastá-lo como hipótese de trabalho capaz de produzir um certo conhecimento dos fenômenos de significação. Ainda aí as únicas razões pertinentes provêm do que sua realização pode incorporar como hipótese sobre a teoria da significação. Ora, é justamente nesse ponto que reencontramos as oposições entre o literal e o não-literal e entre discurso e língua. No momento em que procura tornar mais preciso esse projeto, Ducrot é obrigado a destacar, no conjunto dos conhecimentos necessários para predizer os sentidos de um enunciado nas suas diferentes condições de emprego, um *componente lingüístico* que "atribuiria a cada enunciado, independente de qualquer contexto, uma certa descrição, que chamaremos de significação"²⁹ e um *componente retórico* que teria por tarefa, dada a significação vinculada a um enunciado pelo componente lingüístico e dadas as circunstâncias em que ele é pronunciado, prever o sentido efetivo desse enunciado nessa situação. É efetivamente da maior urgência, considerando o que foi exposto (e aquilo que não se quis levar em conta), tomar as medidas necessárias para não cair na confusão em que se estaria

mergulhado se fosse necessário explicar que o enunciado *Que tempo!* contém as significações de *nós não temos nada a dizer!*, *está fazendo um tempo do cão* etc... Ao fazê-lo, passamos de uma definição sempre pressuposta da oposição entre o literal e o não-literal para uma definição puramente operacional, ligada à exigência de um valor preditivo da significação identificada à sua descrição semântica. O interesse em considerar essa definição operacional é que ela reduz ao mínimo as hipóteses contidas na oposição entre o literal e o não-literal, fazendo aparecer a hipótese fundamental que sustenta toda a teoria da significação que está implicitamente incorporada neste projeto de descrição semântica da língua, a saber, a hipótese segundo a qual *a discursividade só interviria na passagem, nas situações de emprego, da significação para o sentido e de forma alguma no processo de produção e de reprodução das próprias significações*. Essa hipótese, ainda que adequada ao tipo de evidência empírica que adviria, pela intervenção da "intuição linguística", da contemplação da linguagem no seu funcionamento sobre si mesma, não deixa de ser aquela que recusaremos mais adiante. Antes disso, para terminar com as bases teóricas do trabalho de elaboração conceitual realizado por Ducrot sobre a noção de pressuposição, é preciso examinar os efeitos dessa hipótese sobre a teoria da língua e a da significação. É ela que abre o caminho para a assimilação da língua a um jogo que se confundiria amplamente com a existência cotidiana, jogo no qual a pressuposição participaria assimilada a um ato de linguagem, como o movimento de uma peça no jogo de xadrez. É o que veremos agora.

V

Desde o começo da crítica à concepção que assimila a língua a um código, através da qual Ducrot opõe-se a que se ponha todo o implícito do lado discursivo, ele escreve: "deixar-se-á de definir a língua à moda de Saussure, como um código, isto é, um instrumento da comunicação, mas ela será considerada como um

jogo ou, mais exatamente, como impondo as regras de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana".³⁰ Essa tomada de posição é um pouco surpreendente, exatamente na medida em que, em lugares decisivos do ponto de vista do corte que marca sua contribuição teórica aos fundamentos da linguística, Saussure serviu-se da *comparação* da língua a um jogo. A comparação é utilizada por Saussure:

a) no momento em que estabelece a oposição entre o que na linguagem é interno à língua e o que lhe é externo: "é interno tudo que muda o sistema em qualquer grau", portanto não a matéria de que são feitas as unidades (resp. para o jogo de xadrez, a matéria ou a forma material das peças) nem o fato de que a língua tenha passado da Roma antiga à Gália (resp. para o jogo da Pérsia à Europa), mas em compensação o aumento ou a diminuição do número de peças pois isso "atinge profundamente a 'gramática' do jogo";³¹

b) no momento em que opõe diacronia e sincronia dizendo que só contam as posições respectivas das unidades e não o fato de que se tenha chegado a elas por tal ou tal caminho (resp. para a posição das peças sobre o tabuleiro em determinada etapa do jogo e não, ao longo da partida, para o fato de se ter chegado a essa posição por tal ou tal seqüência de movimentos e de jogadas);

c) e, enfim, esse é o ponto mais importante, no momento em que ele define o valor em oposição à significação. Já escrevemos em outro trecho que "o princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o núcleo da ruptura — deveríamos ter escrito *corte* — saussuriana"³² apoiando-nos nas conclusões da indagação epistemológica a que Claudine Normand submeteu o *Cours de linguistique générale*.³³ Acrescentamos que é "esse princípio estreitamente ligado à idéia da língua como sistema que abre a possibilidade de uma teoria geral da língua", sob seus aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, fundando a *autonomia relativa* dessas propriedades com relação à semântica. A esse respeito mostramos também que o corte em questão deixa

fora do seu campo a semântica e que, para tratar dela, Saussure recorre novamente à palavra e ao sujeito, o que está em contradição com o fato de que o princípio lembrado acima tem "como efeito cortar qualquer recurso ao sujeito, quando se trata da língua". Saussure invoca então a instituição social ou remete a questão da semântica para a constituição de uma semiologia enquanto teoria geral dos signos. É uma maneira de dizer que a significação não é exatamente de natureza lingüística. Dessa conclusão, mantemos, pelo nosso lado, que efetivamente a significação não é de natureza lingüística no sentido de Saussure, a não ser na sua relação com a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Em compensação, rejeitamos a idéia de que o princípio de uma solução esteja na procura de uma semiologia qualquer ou na identificação da língua com uma instituição social (no sentido em que geralmente entende-se essa palavra), vendo nessa solução apenas uma máscara destinada a recalcar a necessidade de um recurso a uma teoria das ideologias e do efeito sujeito cujos projetos não poderiam ter sido considerados por Saussure dado que dependiam dos cortes produzidos alhures, na obra de Marx e na de Freud, para ser mais preciso.

O que precede justifica a tomada de posição de Ducrot, com a condição de limitá-la unicamente ao domínio da semântica. Sobre esse terreno é correto dizer que Saussure não chega a ir além de uma concepção da língua enquanto instrumento que permite aos sujeitos "ver seus pensamentos" e comunicá-los. Entretanto, tal interrogação crítica de Saussure não é conduzida por Ducrot para tomar o caminho que acabamos de indicar algumas linhas acima, mas para tomar a frente de uma posição que chamaríamos de totalmente oposta. De uma certa maneira, o que Ducrot propõe é transportar para o domínio da significação a comparação da língua a um jogo, comparação que só caberia na fonologia, na morfologia e na sintaxe, isto é, naquilo que, pela sua relativa autonomia, é forma de linguagem considerada na relação consigo mesma. Ducrot, além do mais, não se contenta com uma comparação que em Saussure pode aparecer como tendo, antes de tudo, apenas um valor didático. Ele identifica efetivamente a língua a um jogo, que não somente regularia as relações interpessoais, na medida em que estas

realizam-se pela linguagem, mas ainda que seria sua própria substância.

Para chegar a tal conclusão Ducrot usa e transforma a teoria dos *atos de linguagem* de Searle, assim como a sua análise da *atividade* realizada durante um jogo como o xadrez.³⁴ Segundo Searle, as regras de um jogo como o xadrez têm uma característica fundamental; elas são *constitutivas* do jogo no seguinte sentido:

a) poder-se-ia imaginar outras regras e portanto outros jogos;

b) sem as regras o jogo não existiria e não seria possível empenhar-se na atividade que consiste no fato de jogar uma partida de xadrez. Para precisar melhor o que ele quer dizer quando afirma que as regras do xadrez são constitutivas, Searle opõe o jogo de xadrez a um jogo imaginário que descreve da seguinte maneira:

*Imaginemos (...) uma sociedade de sádicos cujos membros gostam de se maltratar entre eles gritando nos ouvidos uns dos outros. Suponhamos que para satisfazer essa quedinha eles adotem a convenção de sempre gritar BANG para produzir esse efeito. Nesse caso, como no do xadrez, trata-se de uma atividade implicando uma convenção. Mas, diferentemente do xadrez, a convenção não manifesta aqui regras constitutivas subjacentes. Contrariamente ao caso do xadrez, esse procedimento convencional procura obter um resultado natural.*³⁵

Graças a esse jogo imaginário, Searle pode estabelecer a diferença entre a *natureza constitutiva* das regras e a *forma convencional* graças às quais elas são representadas. Essa distinção é ainda detalhada pela observação de que seria possível dar uma outra forma ao jogo de xadrez, por exemplo substituindo o tabuleiro

por uma seqüência de números e as peças por outros símbolos apropriados e associando a cada símbolo o número correspondente à casa em que a peça seria representada por esse símbolo sobre o tabuleiro. O jogo permanece um "jogo de xadrez" na medida em que, na transposição, conservam-se as regras. Tendo assim caracterizado as regras do jogo de xadrez, dizendo que elas são constitutivas, pode-se dizer que se empenhar numa partida de xadrez implica uma submissão deliberada às regras do jogo de onde os atos realizados no deslocamento das peças sobre o tabuleiro (se nos limitamos ao modelo tradicional) tiram seu valor e seus efeitos. É unicamente na conformação com as regras que os atos realizados podem ser interpretados pelo parceiro como manifestando a *intenção* de entrar com ele na atividade que constitui jogar uma partida de xadrez. A partir daí, concluímos que, para Searle, trapacear não é jogar e não é por acaso, na nossa opinião, que o jogo de xadrez seja escolhido como modelo privilegiado pois, salvo circunstâncias totalmente excepcionais, não se pode nem trapacear nem blefar no jogo de xadrez: é um jogo sem ambigüidade. Isso não significa, porém, que não se possa indagar sobre a estratégia do adversário, mas esta só pode ser concebida como uma seqüência de atos, que, tomados cada um isoladamente, não sofrem da ambigüidade.

Tendo feito essa análise daquilo que é um jogo de xadrez, Searle passa à questão de saber sobre a analogia entre jogo e linguagem. "Falar, diz ele, é adotar uma forma de comportamento regido por regras" precisando que as regras em questão não são "as convenções particulares às quais se obedece ao falar tal ou tal língua", mas as regras subjacentes "atualizadas e manifestadas nas convenções como no exemplo do xadrez".³⁶ Searle precisa justificar inicialmente que essas regras existem realmente e para isso vai basear-se na intertradutibilidade das línguas naturais. Segundo ele, "as línguas naturais diferentes representam aplicações convencionais diferentes das mesmas regras subjacentes",³⁷ exatamente como as formas do jogo de xadrez: a forma clássica e a forma em que o tabuleiro é substituído por uma seqüência de números representam

duas aplicações convencionais diferentes das regras do jogo de xadrez. Em um certo sentido, poder-se-ia considerar que essa concepção das regras encontra uma justificativa na concepção das gramáticas transformacionais que considera que só a estrutura profunda contribui para o sentido e de que além disso ela é universal. Seríamos assim levados de volta aos problemas formulados na primeira parte deste trabalho. Mas as coisas não são tão simples assim, pois Searle considera que a analogia entre a atividade de linguagem e os jogos não se sustenta no momento em que as significações entram em questão. Essa tomada de posição introduz uma contradição na teoria de Searle que Ducrot³⁸ não deixou de observar e sobre a qual teremos que voltar. Por ora, se essa identificação das regras é excluída, de que tipos de regras quer falar Searle? O importante, no seu ponto de vista, é que essas regras definam o que se faz ao falar e, portanto, que o não-submetimento a elas seja equivalente a renunciar a falar; com elas deve ser ou tudo ou nada. É apenas por essa qualidade que elas podem ser constitutivas como as regras do jogo de xadrez. Há todavia uma diferença. Na falta do jogo de xadrez, haveria uma atividade lúdica que poderia realizar-se de diversas maneiras e com relação à qual as regras do jogo de xadrez perderiam relativamente o seu caráter restritivo. Ao contrário, para o jogo que se jogaria ao falar, *se a intenção é significar*, não haveria solução de troca possível. É aí que intervém a noção de *ato ilocucionário* (noção tomada de Austin³⁹) enquanto ato que só se pode realizar falando e por nenhum outro meio, a não ser que se retorne a uma concepção puramente instrumentalista da linguagem (que Searle não parece totalmente decidido a excluir uma vez que ele admite que os atos ilocucionários poderiam ser todos, eventualmente, executáveis fora de qualquer sistema de regras constitutivas. Ele não se detém, contudo, nessa hipótese, mas a eventualidade contemplada deve ser relacionada com a limitação que impõe à analogia entre linguagem e jogo). A noção de ato ilocucionário define-se no interior de uma análise daquilo que se faz quando se diz alguma coisa.

Eis, esquematicamente resumidos, os diferentes tipos de atos que Searle considera que se pode realizar ao dizer alguma coisa:

a) pronunciar uma frase (equivalente a deslocar uma peça sobre o tabuleiro de acordo com as regras de deslocamento das peças sem por isso pretender tomar parte numa partida);

b) significar alguma coisa, isto é, quando se trata de linguagem, realizar um ato tal como: afirmar, ordenar, prometer, formular uma questão, comandar ou qualquer coisa de parecido (equivalente a deslocar uma peça, de acordo com as regras, quando é a sua vez no jogo, e com a intenção de tomar parte em uma partida);

c) procurar produzir, pelo fato de ter significado alguma coisa, certos efeitos sobre o destinatário (pôr o adversário em dificuldade, procurar ganhar a partida etc...).

Se se aceita essa análise do que possa ser dizer alguma coisa, constata-se que a execução de (b) supõe um ato como (a) e que a execução de (c) supõe um ato como (b) e como (a). É o ato correspondente a (b) que chamamos de *ato ilocucionário*, (a) sendo chamado de *ato locucionário* e (c) *ato perlocucionário*. Ora o que distingue (b) de (a) é, segundo Searle, a *intencionalidade* no sentido de que se pode dizer uma frase sem significá-la como quando toma-se essa frase para submetê-la a uma análise lingüística. *Searle faz portanto da intencionalidade do locutor um elemento essencial sem o qual o que é dito não é uma palavra.*

Podemos agora precisar a que tipo de regras Searle faz alusão quando diz que "falar é adotar uma forma de comportamento regido por regras". O ato locucionário é aquele que corresponde ao único nível das convenções pelas quais as regras podem ser aplicadas. O ato perlocucionário caracteriza o objetivo procurado pelo fato de adotar o comportamento em questão e não o próprio comportamento. Apenas o ato ilocucionário é constitutivo e

corresponde à aplicação do equivalente às regras subjacentes do jogo de xadrez. São portanto as regras que regem os atos ilocucionários que constituem a substância específica da atividade de linguagem. Essas regras são para tomar ou largar e só há escolha num segundo nível, entre, por exemplo, dizer *Je promets* em vez de *I promise*,* o que seria aí uma questão de convenção enquanto "o fato de empregar obrigatoriamente certos procedimentos para exprimir uma promessa (numa situação apropriada) é aqui do domínio das regras e não das convenções próprias do francês e do inglês."⁴⁰

Uma vez isso formulado, resta, como já observamos, a hipótese de que para Searle, entre a realização de atos de linguagem e jogos, só pode haver uma analogia parcial pois, diz ele, "as peças de um jogo como o xadrez não têm como característica significar qualquer coisa que seja".⁴¹ Portanto, ele se recusa a identificar pura e simplesmente a língua a um jogo. Isso deve-se essencialmente a duas razões. Primeira razão: no momento de considerar que todos os atos ilocucionários não são executáveis fora da língua enquanto sistema de regras que os constituem, isto é, no momento de afirmar que sua significação só é definível em relação à língua (logo, contida na língua) Searle hesita. Ora, admitir que possa ser assim é renunciar ao caráter constitutivo das regras, conservando-lhes apenas um caráter convencional. Segunda razão: (muito mais fundamental e não independente da primeira) Searle não se decide quanto a considerar que as regras subjacentes, as regras constitutivas possam ser elas também, num outro sentido, tomadas como convencionais. Em outros termos, ele não reconhece o que chamamos de *o arbitrário generalizado* ou *o arbitrário do sistema*, o qual deve ser cuidadosamente distinguido do arbitrário do signo. Ducrot insistiu com razão sobre o fato de que não é o arbitrário do signo que marca o corte saussuriano; segundo ele, é o reconhecimento do arbitrário do sistema expresso em Saussure pela idéia de que a linguagem é uma instituição social e que as regras da

* "Eu prometo" em vez de *I promise* ("eu prometo").

língua são convencionais. A idéia de considerar o signo como arbitrário é bem anterior a Saussure e, isoladamente, ela não nos tira do nominalismo. Mas a identificação da língua a uma instituição social é o ponto fraco da teoria saussuriana; ele procede do antropomorfismo sociológico do seu tempo que constitui a sociedade em sujeito. É a intervenção da "massa falante", "das forças sociais *trabalhando-lhes* (para os sujeitos falantes) a língua", do fato de a "língua não ser livre", do fato de o "tempo gastar a língua como ele gasta os velhos muros". Poderíamos multiplicar as citações que no *Cours de linguistique générale* marcam o caráter pré-materialista da concepção do tempo e da sociedade nas suas relações com a linguagem. Isso já foi feito em outro lugar,⁴² e nós não vamos insistir nesse ponto a não ser para dizer: (1) que a questão das relações da linguagem e das formações sociais permanece em pauta, pelo menos sob forma negativa as línguas não são superestruturas, ainda que não estejam por isso fora da história das formações sociais; (2) o efeito sujeito enquanto efeito material deve ser considerado, de um lado, como um produto da autonomia relativa daquilo que na linguagem é "fato da língua" (no sentido saussuriano). Para nós, portanto, já lembramos acima, não se observa o corte saussuriano no nível do arbitrário do sistema, mas da distinção entre valor e significação, que funda a autonomia relativa da morfologia, da fonologia e da sintaxe e dos efeitos de sentido de que essa autonomia é uma condição de produção. É isso que marca o conceito de língua enquanto condição de conhecimento desses aspectos do funcionamento material da linguagem.

É a partir das posições teóricas que acabamos de lembrar que iremos examinar a última fase da operação que Ducrot realiza identificando pressuposição e ato ilocucionário depois de ter interpretado, baseando-se no arbitrário do sistema, a teoria de Searle. Para Ducrot, é com efeito uma convenção social que confere aos atos ilocucionários seu valor ilocucionário. Para dizer isso, ele critica a teoria dos *performativos* de Benveniste, que explicou o caráter performativo de expressões como *eu prometo* (ao dizer *eu prometo*, não afirmo simplesmente alguma coisa, mas também realizo o ato de prometer) dizendo que ela procede (a) do emprego

do pronome pessoal *eu* pelo qual o locutor mostra-se, ele mesmo, no seu próprio discurso e do presente do indicativo que representa no discurso o momento da enunciação (*eu prometia e ele promete* não são performativos); (b) do fato de que um verbo como *prometer* designa um "ato individual de alcance social" ou ainda de que "os atos denotados por esses verbos sejam olhados como restritivos". Benveniste vê na existência desses verbos, como na existência do pronome pessoal *eu* e do presente do indicativo, a marca da *presença da subjetividade na linguagem*. O que Benveniste define desse modo como subjetividade não é nada além do que a forma passiva de intencionalidade de Searle (e, seja dito de passagem, por nós, não está mais na linguagem do que a intencionalidade porque uma e outra devem ser concebidas como efeito). Ducrot recusa a análise de Benveniste porque, para estender à pressuposição o caráter ilocucionário dos performativos, é preciso que ele separe esse caráter do emprego de morfemas "auto-referenciais" como *eu* ou o presente do indicativo que não se reconhece, *na superfície pelo menos*, em numerosos casos de pressuposição. Sua crítica assenta-se sobre a idéia de que, das duas condições de Benveniste, uma não é necessária e a outra não é suficiente. A primeira condição aparece como não-necessária, desde que se considere, como Austin e Searle, o performativo como um caso particular de ilocucionário enquanto, *na superfície*, os outros ilocucionários não se fazem sempre acompanhar do emprego de morfemas "auto-referenciais". No que concerne à segunda condição, ela não seria suficiente porque há muitos outros atos individuais de alcance social de tal modo que, empregar os verbos que os designam na primeira pessoa do presente do indicativo, não possa ser considerado como a realização do ato em questão. É "*a sociedade* que, segundo Ducrot, intervém para atribuir à fórmula *eu te desafio* um poder particular, para dar a seu emprego esse efeito em que o destinatário 'abaixa a cabeça' (ou, simplesmente, deve confessar-se inferior) se ele não for capaz de acompanhar a ação em questão; com a contrapartida de que, se ele for capaz de realizar tal ato, o locutor terá de reconhecê-lo como seu igual". Esse poder que a sociedade conferiria a certas fórmulas, Ducrot qualifica-

o de jurídico. É desse modo que ele diz que *eu te censuro*, pelo menos quando dito por um superior a um inferior, tem como efeito "deixar o inferior marcado por uma qualificação que, daí por diante, faz parte de sua *personalidade jurídica* (grifo nosso)".⁴³ A partir daí Ducrot formula uma série de definições:

Ação: "toda atividade de um *sujeito* (grifo nosso) quando caracterizada de acordo com as modificações que ela traz, ou quer trazer, ao mundo (compreendendo-se aí modificações trazidas à situação, física ou social, do *sujeito que age* — grifo nosso)".

Ação jurídica: atividade (de um sujeito, portanto) "caracterizada por uma transformação das relações legais existentes entre os *indivíduos* (grifo nosso) concernidos".

Ato jurídico: "caso particular da ação jurídica (...) quando se considera a transformação das relações legais como efeito primeiro da atividade e não como a conseqüência de um efeito logicamente ou cronologicamente anterior".⁴⁴ Isso significa que cometer um crime não é em si uma ação jurídica mesmo se depende da lei, mas o enunciado de uma sentença por um magistrado é, em compensação, um ato jurídico. Portanto, é mesmo a sociedade que confere ao ato sua natureza e não o ato que é, por si mesmo, de natureza jurídica, do mesmo modo que é a sociedade que confere ao ato de dizer *eu prometo* um caráter qualificado e, por isso, jurídico. A definição de ato jurídico só tem portanto como função apagar a intencionalidade ou a subjetividade ligada à ação, tal como foi definida, pois não se julgam intenções: querer a morte de alguém não é um crime mas apenas o fato de ter matado alguém. Em suma, considerando a sociedade enquanto instância jurídica, Ducrot não faz nada mais nada menos do que apagar a subjetividade (passiva) ou a intencionalidade (ativa) que Benveniste (para o performativo) e Searle (mais amplamente para o ilocucionário) tinham introduzido na definição do ato ilocucionário. Ao fazê-lo, Ducrot submete-se à lei da Ideologia (no sentido em que Althusser emprega esse termo em *Idéologies et appareils idéologiques d'Etat...* Althusser, 1970) que determina que *considerar a sociedade como sujeito ou o homem como sujeito são*

apenas duas faces de uma única e mesma operação. Além do mais, ele demonstra uma vez mais, como se ainda fosse necessário, que a ideologia jurídica é a instância dominante da ideologia no mundo de produção capitalista (Althusser, id.).

Através de tudo o que foi dito, é possível dizer que a pressuposição, enquanto ato ilocucionário, é um ato jurídico. Em outras palavras dizer:

É você quem virá.

é *juridicamente*, do ponto de vista da lei da língua, dizer *alguém virá* e, por outro lado, anunciar que o alguém que virá é o *você* a quem o discurso se dirige. A isso pode-se acrescentar que a sanção da infração da lei da língua é a polêmica, na medida em que ela marca a diferença que há entre responder com:

(29) *Não, é Pierre.*

ou:

(30) *Não, ninguém virá.*

ao enunciado precedente.

Para identificar completamente a língua a um jogo cujas regras são regras jurídicas, no sentido em que foram definidas, só falta observar que tudo o que foi dito só se sustenta com a condição de que haja acordo sobre a significação, ou pelo menos sobre uma significação das palavras. É unicamente nessa condição que se pode dizer que:

(31) *Pierre suspeita que Jean virá.*

declara *juridicamente* (= pressupõe) *Jean virá*. Em outros termos, é preciso admitir que a sociedade confere *juridicamente* às palavras uma significação literal. Nesse sentido discutir sobre a significação das palavras é o equivalente a polemizar sobre os pressupostos. Essa é a razão por que pudemos anunciar acima que a distinção da

significação discursivamente derivada e da significação literal é a condição que, sobre o plano teórico, abre o caminho para a identificação da língua a um jogo "que se confunde amplamente com a existência cotidiana". Ducrot o faz sendo mais saussuriano que Saussure na identificação da língua a uma instituição social. É o que lhe permite incluir, sob forma de substância, as significações literais na língua.

Deve-se dizer para tanto que negamos a existência dos dicionários, das escolas, da Academia, dos decretos ou das leis pelas quais legisla-se em matéria de significações e de língua? Não é justamente necessário ver aí a prova da intervenção da sociedade em matéria de língua? Responderemos categoricamente, no que diz respeito à língua, pela negativa. Uma língua não se cria por decretos e a intervenção direta ou indireta do Estado na matéria faz-se pelo intermédio de aparelhos ideológicos de Estado, sobretudo, e de maneira preponderante na nossa sociedade, pela escola. Sendo de natureza ideológica, essa intervenção legislativa do Estado em matéria de língua pode apenas codificar empregos, ela não produz por si mesma significações. Ocorre que o Estado não é a sociedade ou, para falar em termos um pouco mais precisos, a formação social. Evidentemente, não negaremos que os processos pelos quais significações são produzidas e reproduzidas, enquanto *efeitos de significação*, operam no interior da formação social dos diversos aparelhos ideológicos. Mas, justamente, a formação social não é composta de sujeitos; nela só se podem definir *lugares* aos quais estão vinculadas condições de produção e de reprodução de significações.⁴⁵ Desse ponto de vista, não há mais significações literais válidas para todos e essa é precisamente a razão pela qual o Estado, direta ou indiretamente, intervém pelo viés das instâncias (é o que diz o direito) que apresentamos. A intervenção ideológica do Estado não tem efetivamente outra razão de existência a não ser instituir uma unidade fictícia da formação social que se oponha à luta de classes, mascarando-a, para reproduzir as relações de classes e, desse modo, as relações sociais de produção. Voltaremos a todos esses pontos na segunda parte deste trabalho mas é preciso acrescentar ainda que, pela sua intervenção ideológica, o Estado

reproduz "igualmente" trabalhadores e não-trabalhadores como sujeitos ideológicos, mesmo em matéria de linguagem, mas uma das condições de possibilidade e, simultaneamente, um dos limites dessa intervenção é a autonomia relativa da língua, o fato de a língua não ser uma superestrutura. Já o dissemos, mas nunca é demais repetir, essa autonomia relativa é uma das condições de produção do efeito sujeito e como tal ela é necessária para compreender o processo pelo qual os homens, enquanto suportes biológicos, são produzidos como sujeitos da Ideologia e do Estado. Ora, é aí precisamente que encontramos o problema deixado de lado por Ducrot, da necessidade de se levar em consideração as relações da semântica e da sintaxe.

VI

A maneira com que Ducrot criticou a teoria dos performativos em Benveniste não é convincente. O argumento essencial avançado por Ducrot é que há um número de verbos designando "atos individuais de alcance social" de tal modo que o fato de empregá-los na primeira pessoa do indicativo presente não possa ser considerado como a realização do ato que eles designam. Ora, parece-nos que todos os exemplos que nos propõe podem ser interpretados como indo exatamente contra essa tese. Ele nos dá quatro exemplos: *eu te reconforto*, *eu te desprezo*, *eu te estimo*, *eu zombo de você*. De um lado, esses quatro exemplos, ao contrário de *eu prometo*, *eu ordeno*, fazem intervir não apenas o *eu* mas igualmente o pronome reflexivo da segunda pessoa (*tu*). É todavia verdade que se pode dizer *eu reconforto*, *eu desprezo*, *eu estimo*, *eu zombo* sem precisar quem ou o que se reconforta, despreza etc... Designa-se assim a ação que se está realizando. Mas é preciso reconhecer também que só em circunstâncias bastante excepcionais *eu prometo* ou *eu ordeno* podem ser considerados como a realização de uma promessa ou o fato de dar uma ordem sem que se tenha de especificar o que se promete ou se ordena. Aliás isso pode também designar simplesmente a ação que se está

realizando no momento, *eu prometo* (= eu estou fazendo uma promessa) como *eu ando* (= eu estou andando) ou *eu escrevo* (= eu estou escrevendo). Inversamente, não nos parece nada evidente que ao dizer, em certas circunstâncias, *eu te reconforto* não se possa por esse mesmo gesto reconfortar alguém. Do mesmo modo, ao enviar a alguém um telegrama com estas únicas palavras *eu zombo* de você (ou eu estou zombando de você), está-se, sim ou não, zombando do destinatário? Não é, portanto, de modo algum também evidente que, ao dizer *eu prometo*, eu realizo sempre uma promessa, nem que ao dizer *eu te reconforto* não se realize a ação de reconfortar alguém. De resto, o próprio Ducrot indica o papel das "circunstâncias" quando ele trata do exemplo de *eu te censuro*, pois, para dizer que essas palavras são identificáveis com a ação de censurar, é preciso que *eu* seja um superior dirigindo-se a um inferior. Mas então se as "circunstâncias" desempenham um tal papel, pode-se ainda considerar que o caráter performativo ou ilocucionário de *eu prometo* ou de *eu te censuro* faça parte de uma significação literal qualquer desses enunciados? De imediato a presença dos morfemas "auto-referenciais", que é uma característica sintática e semântica, *enquanto efeito de sentido da sintaxe*, retoma sua importância. Ocorre que, em qualquer circunstância, *eu ando* (*je marche*) não poderia (diferenciando-se de *eu falo*, *eu minto*, entre outros) ser considerado como uma maneira qualquer de realizar a ação de andar *a não ser num sentido dito figurado* (*je marche* (*eu ando*) = *eu aceito* ou *eu estou de acordo*). Ora, pode-se observar também que há várias outras maneiras de fazer uma promessa além de dizer *eu prometo*; de modo que as significações que podem estar vinculadas a esse enunciado não lhe são específicas. Ao examiná-lo, não mais de uma maneira isolada, mas no quadro da discursividade, estamos reconhecendo que *eu prometo* pode comutar com outras superfícies. Veremos aparecer como substitutos possíveis de *eu prometo* coisas como *eu me comprometo a, é o meu dever* etc... inclusive expressões que serão julgadas como só podendo significar a mesma coisa que *eu prometo* num sentido dito figurado (em referência ao dicionário). Ora, não somente esses "equivalentes" de *eu prometo* dependerão do

contexto mas também variarão no tempo e em função do lugar em que os enunciados são produzidos ou interpretados. Mas então, *eu prometo* não é tão diferente de *eu ando/je marche* quanto se quis dizer, a não ser que se admita que, por trás de todos os "equivalentes" possíveis de um desses enunciados, há uma significação imanente, um núcleo invariante, o que representaria voltar à tese de um sistema universal dos conceitos, e ao problema da representação semântica.

As mesmas observações valem evidentemente para a oposição *suspeita que/acha que*, com a diferença, todavia, de que essa oposição é codificada nos dicionários. Mas tem-se aí uma razão suficiente para considerar que, em todos seus empregos, *suspeitar que* é diferente de *achar que* pelo fato de seus empregos pressuporem a verdade daquilo que se suspeita? No nosso ponto de vista não, isso só pode ser verdade nos casos em que as condições de produção e de reprodução da significação desses enunciados excluam uma comutação, o que não é verdadeiro em todos os casos. Vê-se agora, portanto, que a concepção da língua em Ducrot casa-se com uma concepção extremamente restritiva da discursividade. Como ele próprio reconhece, ele a reduz, como Kant e Leibniz, a um forma de dedutibilidade. É pelo menos o que se observa quando escreve que "há uma razão suplementar para recusar à descrição dos pressupostos um caráter discursivo, é que, em inúmeros casos (...), o pressuposto não poderia, de modo algum, ser deduzido do posto, ainda que se dê à palavra *deduzir* um sentido bastante amplo".⁴⁶ Nós lhe concedemos suas premissas (que o pressuposto não pode em geral ser deduzido do posto) mas não suas conclusões.

NOTAS

- ¹ Oswald Ducrot, "Logique et linguistique", p. 18.
- ² Id., "Présupposés et sous-entendus".
- ³ Gottlob Frege, "Über Sinn und Bedeutung", p. 117.
- ⁴ Ibid.
- ⁵ Ibid., p. 116.
- ⁶ Ibid., p. 117.
- ⁷ Ibid., p. 106.
- ⁸ Ibid.
- ⁹ Ibid., p. 105.
- ¹⁰ Ibid., p. 106.
- ¹¹ Ibid., p. 104.
- ¹² Bem como da concepção instrumentalista que assimila a língua a um código.
- ¹³ P. F. Strawson, *Identifying reference and truth values*.
- ¹⁴ Ducrot, *Dire et ne pas dire*, pp. 40-1.
- ¹⁵ É pelo menos assim que Ducrot definia seu projeto em 1966 ("Uma vez que nos livramos da idéia de que é preciso reencontrar a qualquer preço a lógica na linguagem, torna-se possível procurar *uma* lógica na linguagem" — Ducrot, "Logique et linguistique"). Ainda que não retomada sob essa forma explícita nos trabalhos mais recentes, a concepção mais ampla da lógica da linguagem exposta desde 1966 encontra-se no nível do componente linguístico no plano do que, de agora em diante, é chamado de "descrição semântica".
- ¹⁶ Oswald Ducrot, *Dire et ne pas dire*, p. 103.
- ¹⁷ Ibid.
- ¹⁸ Ibid.
- ¹⁹ Ibid.
- ²⁰ Ibid.

²¹ Ainda que tenhamos assinalado que Ducrot por outro lado critica a concepção instrumentalista da linguagem, é preciso notar aqui que é exatamente uma volta a uma concepção dessa natureza que é realizada.

²² Oswald Ducrot, *Dire et ne pas dire*, p. 6.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ John R. Searle, "Human communication theory and the philosophy of language", p. 124.

²⁶ O. Ducrot, *Dire et ne pas dire*, p. 112.

²⁷ Ibid., p. 106.

²⁸ Ibid., p. 107.

²⁹ Ibid., p. 111.

³⁰ O. Ducrot, *Dire et ne pas dire*, pp. 4-5.

³¹ Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*.

³² Cl. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux, "La sémantique et la coupure saussurienne", p. 96.

³³ Claudine Normand, "Propositions et notes en vue d'une lecture de Ferdinand de Saussure".

³⁴ John Searle, *Speech acts*.

³⁵ Ibid., p. 79.

³⁶ J. R. Searle, *Les actes de langage*, p. 81.

³⁷ Ibid., p. 80.

³⁸ Oswald Ducrot. Prefácio para a tradução francesa de *Speech acts* de J. R. Searle, p. 20.

³⁹ J. L. Austin, *How to do things with words*.

⁴⁰ Ibid., p. 83.

⁴¹ Ibid., p. 63.

⁴² Ver sobretudo Cl. Normand, op. cit.

⁴³ O. Ducrot, id., p. 72.

⁴⁴ Ibid., p. 77.

⁴⁵ M. Pêcheux, *Analyse automatique du discours*.

⁴⁶ Ibid., p. 24.

CONCLUSÃO

ENUNCIADO, ATO DE LINGUAGEM E PRESSUPOSIÇÃO: O AVESSO DA CONFIGURAÇÃO EPISTÊMICA DA LINGÜÍSTICA

Ao termo do exame das teorias lingüísticas da pressuposição que foi objeto dos capítulos precedentes — exame cuja parcialidade não contestaremos — lembraremos que se as duas correntes da lingüística que recorrem à noção de pressuposição parecem dominadas por problemáticas divergentes, uma concernente às relações entre semântica e sintaxe numa gramática gerativa, a outra às relações entre língua e discurso na linguagem, elas se encontram em inúmeros pontos da sua utilização dessa noção. Em Ducrot, a noção de pressuposição permite desenvolver uma crítica da redução da língua a um código, um instrumento da comunicação ou do pensamento. Todavia, essa crítica está estreitamente ligada à questão da pressuposição cujos limites ela assume. Ela não impede uma volta a um certo funcionalismo na medida em que a base da pressuposição seria a existência na língua de qualquer coisa que tornaria possível uma modalidade de inserção dos conteúdos sob a forma de implícito literal cuja necessidade é justificada pelas considerações de natureza psicossociológica (cf. pp. 74-5). Em um certo sentido a crítica da instrumentalidade fixa-se no que é necessá-

rio do ponto de vista teórico para que se possa considerar a pressuposição como decorrente da língua e não da discursividade.

A teoria das gramáticas gerativas toma também uma certa distância com relação às concepções instrumentalistas da linguagem, pelo menos através da idéia do caráter "criativo" da linguagem. Essa distância é portanto independente da questão da pressuposição. A noção de pressuposição só intervém nessas teorias para dar conta de certos efeitos de significação que só parecem depender da estrutura superficial ou da representação semântica quando é considerada como a estrutura mais profunda. Parece portanto que a noção de pressuposição permite identificar os efeitos de significação de uma natureza particular, ligados ao ato de linguagem como tal. Ora, justamente, ao ligar pressuposição e ato de linguagem, traz-se de volta um sujeito, enquanto origem desse ato, mesmo se se considera que esse sujeito interioriza um sujeito universal que regula a atividade ou se se toma a sociedade como uma instância que rege juridicamente as significações para ele. Mais fundamentalmente, observa-se que a necessidade teórica que determina a assunção da hipótese de um sujeito universal enquanto base da competência lingüística, ou o fato de fazer da sociedade um sujeito exercendo controle jurídico sobre a língua, advém do fato de considerar o indivíduo falante como um simples sujeito, ao mesmo tempo lugar e sujeito dos seus próprios pensamentos. É para explicar como esse sujeito pode funcionar assim que formulamos uma categoria de sujeito universal ou coletivo que seria sua "razão" psicológica ou social.

Para resumir a situação, pode-se dizer que a noção de pressuposição, tal como foi elaborada nas teorias lingüísticas, está ligada a uma concepção da semântica baseada na noção de significação literal. Ora, o que parece demonstrar a existência dos efeitos de pressuposição, é que só poderemos dar conta de certas relações intuitivamente reconhecíveis entre frases em termos de regras sintáticas e de significações literais se alargarmos o domínio destas até o que chamamos de o performativo ou o ilocucionário. Ao dizer que o efeito de significação próprio da pressuposição é um

valor imposto pela sociedade, o que Ducrot procura é exatamente tornar literais esses efeitos de significação. Do mesmo modo, quer o componente semântico seja considerado como o componente mais profundo ou como um componente interpretativo, integrando performativos à representação, estende-se igualmente o domínio das significações literais àquilo que é necessário para dar conta das relações entre frases que parecem escapar ao modelo transformacional clássico. A estratégia é exatamente fazer de tal modo que a pressuposição decorra da língua, e não é surpreendente nessas condições que reencontremos no seu propósito todos os elementos da configuração epistêmica da lingüística, a saber, o desdobramento da forma-sujeito e o problema da semântica. Além do mais, esse desdobramento não foi apenas reconhecido no nível teórico. Fomos levados, a propósito de certas construções relativas, a falar de "desdobramento do sujeito da enunciação". Essa formulação deve ser considerada como provisória e será remanejada na seqüência deste trabalho. O que podemos tentar fazer agora é articular os dois níveis em que vimos funcionar o desdobramento, o nível teórico e aquele da análise de certas construções. Qual é o alcance de tal tentativa? Ele é duplo. Como veremos adiante, trata-se de caminhar na direção de um domínio da contradição objeto real-objeto de conhecimento na lingüística. Trata-se ainda de cernir, na sua estrutura (o desdobramento) e na medida em que eles têm alguma coisa a ver com a linguagem, certos aspectos daquilo que chamamos de *assujeitamento* ou *efeito sujeito*. Que a linguagem tenha algum papel no processo de assujeitamento, parece que não é possível contestar, em particular no que diz respeito aos aspectos ideológicos desse processo. Mas de que forma concreta a linguagem trabalha nesse processo, essa é uma questão a propósito de que se dispõe apenas de elementos fragmentários. O fato de ter reconhecido que o desdobramento da forma-sujeito pode ter uma relação com certas construções é um elemento que podemos levar em conta. A esse respeito, o inventário estabelecido por Ducrot, dos casos sobre os quais podemos levantar a questão da pressuposição, é igualmente alguma coisa de muito preciosa. Resumindo, a propósito do efeito de pressuposição, é importante lembrar que

certas relações entre as frases parecem depender do sentido e não apenas da sintaxe. A questão do suporte desse sentido está levantada e é a essa questão que Ducrot responde ao invocar a sociedade. Se abandonamos uma concepção da semântica baseada numa separação nítida entre semântica e sintaxe e na noção de significação literal ou na noção equivalente do ponto de vista teórico, parece possível mostrar que a pressuposição é um caso particular das relações entre frases que estão na origem da produção e da reprodução das significações. Essa posição coincide em certos aspectos com aquela exposta por Foucault em *Arqueologia do saber*, que considera que as relações entre frases, assim como as relações lógicas entre proposições, ainda que suscetíveis de serem descritas de maneira autônoma, só são concebíveis sobre um fundo de relações de coexistência entre enunciados, no interior do que ele chama de *formações discursivas*. É assim que Foucault afirma que "é no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada".¹ Pelo seu anti-subjetivismo, pela sua insistência sobre o problema da materialidade daquilo que acontece pela linguagem, Foucault desenvolve com a noção de enunciado o que se pode chamar do avesso da configuração epistêmica da lingüística. Em Foucault, no nível enunciativo, não há efetivamente sujeito, mas uma posição de sujeito suscetível de ser ocupada por indivíduos diversos. "Descrver uma formulação enquanto enunciado, escreve Foucault, não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser o sujeito."² Sob o título *L'archéologie du savoir*, o que procura Foucault é, entre outras coisas, fundar uma ciência que tenha um objeto próprio, o discurso, ciência que daria conta da materialidade dos objetos ideológicos e dos objetos de conhecimento, isto é, da materialidade do processo de produção-reprodução das significações. A configuração epistêmica dessa "ciência do discurso" apresenta-se na verdade como sendo o avesso da configuração epistêmica da lingüística na medida em que ela está centrada na materialidade quase circunstancial dos

enunciados e substitui o desdobramento da forma-sujeito por "um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente preenchido por indivíduos diferentes". Notar-se-á que Foucault só procura articular sua noção de discurso com o conceito de língua num sentido muito particular que ilumina justamente a relação entre a configuração epistêmica do objeto discurso e a da lingüística.

O anti-subjetivismo de Foucault leva-o a deixar de lado a questão do assujeitamento, a questão do sujeito. Ora, o fato de escamotear essa questão tem conseqüências muito importantes. Sobretudo, sem ela não se pode pensar a relação existente entre o desdobramento da forma-sujeito e a distinção entre ideologias práticas e ideologias teóricas de que falamos no Prólogo. Além do mais, ela impede que se possa dominar a contradição objeto real-objeto de conhecimento na lingüística, sem apelar para a psicologia ou a sociologia. Por essa razão, desenvolveremos a seguir as indicações dadas no Prólogo, no que toca às relações entre linguagem e constituição do sujeito de um lado e entre ideologia e assujeitamento do outro.

NOTAS

¹ Foucault, *L'archéologie du savoir*, p. 119.

² *Ibid.*, p. 126.

II

SUJEITO, LINGUAGEM E SABER

EM TORNO DA LINGÜÍSTICA

CAPÍTULO I

A LINGÜÍSTICA NO CAMPO E FORA DO CAMPO DA COMPLEMENTARIDADE

O campo da complementaridade

O lugar atribuído ao sujeito nas teorias lingüísticas comanda a posição tomada com relação ao sentido, naquilo que se entende por língua; ele determina a concepção global da gramática e, para além, o tipo de prova assim como os resultados. Isso é verdadeiro mesmo quando o sujeito está encoberto como na lingüística distribucional oriunda de Harris. Como pano de fundo das divergências entre as teorias, perfilam-se concepções diferentes do que se entende por ciência em geral e por cientificidade na lingüística em particular. Tudo isso nos leva a não mais nos limitarmos ao terreno específico da lingüística, para explorarmos os contornos, aquilo que do externo da lingüística opera nas teorias lingüísticas de maneira tão determinante.

Mantendo-nos no domínio das generalidades, observa-se que a lingüística emergiu numa conjuntura científica e ideológica cujos eixos podem ser descritos. Como contraponto à evidência de que a linguagem pode ser enfocada ao mesmo tempo como uma "realidade psicológica" e como "uma realidade social", é inicialmente

psicologia e sociologia que encontramos no contexto da lingüística. Lembremos uma vez mais as referências explícitas de Saussure a Whitney e aos elementos de psicologia, sobretudo através da evocação de uma faculdade geral comandando os signos.¹ Lembremos que as posições teóricas que determinam a elaboração das gramáticas gerativas desembocam sobre uma psicolingüística cuja renovação a partir de Chomsky é notável, enquanto com as posições construídas por Harris a questão da adequação apela para a sociologia (determinação dos "traços das situações sociais").²

Ao mesmo tempo, a lingüística oriunda da gramática histórica e da filologia marca uma ruptura com relação às teorias puramente mentalistas da linguagem, inclusive aquelas que evocam a "mentalidade dos povos".

Tocamos aqui na posição singular da lingüística no campo coberto pelo que, correta ou incorretamente, chamamos de as "ciências humanas" e as "ciências sociais". A própria oscilação que se constata na identificação dessê campo é reveladora. Ela é testemunha de que ele é dominado por uma problemática que designaremos globalmente como sendo aquela da complementaridade e que podemos resumir esquematicamente em uma frase: *do humano, tudo aquilo que não é de ordem do psicológico, é social e reciprocamente*. O que caracteriza portanto essa problemática é que não há hiato entre o psicológico e o social: toda realidade humana é ou bem uma realidade psicológica, ou bem uma realidade social. Segundo as teorias, a ênfase é posta seja sobre o psicológico, seja sobre o social. O psicológico sustenta-se diante do social pela sua relação com a animalidade humana, com o corpo orgânico, de tal modo que o social como realidade autônoma supõe sempre um psicológico, a menos que se absorva no organicismo. Inversamente, só há corte do psicológico ante a animalidade pela referência ao social autônomo, como testemunha *a contrario* o comportamentalismo que afasta precisamente esse corte postulando no psicológico uma passagem contínua do animal ao humano. Em resumo, formular uma realidade social autônoma supõe uma realidade psicológica e

inversamente. Há portanto uma circularidade da dupla realidade psicológica/realidade social.

A linguagem, sendo própria do homem por oposição ao animal, encontra-se numa posição notável no campo da complementaridade. A existência da linguagem é, de um lado, invocada como apoio a uma irreducibilidade do humano à animalidade, isto é, da realidade autônoma da dupla psicológico/social. Ao mesmo tempo, no campo da complementaridade, a linguagem aparece de maneira privilegiada como aquilo que assegura a articulação do psicológico e do social, principalmente em torno da noção de comunicação. Donde os temas bem conhecidos da linguagem enquanto instrumento de comunicação, das relações entre linguagem e socialização, linguagem e desenvolvimento psicológico, linguagem e recorte da realidade (hipótese de Sapir-Whorf, em particular) etc... Mas o que nos importa aqui é que de uma certa maneira não há lugar no campo da complementaridade para a lingüística. Sendo da ordem do humano, a linguagem deve reduzir-se a uma realidade psicológica e/ou social. Sob o domínio da problemática da complementaridade, não há lugar para o conceito de língua e para uma ordem de realidade autônoma correspondente. É, entretanto, nesse campo que a lingüística isola um espaço que rompe a complementaridade e que, por isso, é constantemente contestado, ameaçado de ser encoberto por um ou outro pólo da dupla psicológico e social. Nesse sentido, é, por exemplo, significativo o projeto de uma "psicologia social da linguagem", pretendendo deduzir as propriedades das línguas a partir dos seus mecanismos de comunicação e de suas "leis de interação social". Poderíamos, aliás, multiplicar as ilustrações do fato de a psicologia e a sociologia tentarem e não poderem deixar de tentar absorver ou anexar o objeto próprio da lingüística. Ao mesmo tempo, a lingüística conserva nas suas margens aderências com o campo no qual ela faz seu ninho, isto é, antes de tudo, com a psicologia e a sociologia. Isso está muito claro em Saussure mas também é verdadeiro na lingüística atual, tanto de Harris quanto de Chomsky com as ênfases postas diferentemente sobre um ou outro pólo. Mostramos isso ao

longo da primeira parte deste trabalho centrando-nos na questão sintoma da pressuposição.

A posição singular da lingüística fez com que ela tenha podido aparecer, e apareça ainda, como uma ciência humana ou social piloto, enquanto, ao mesmo tempo, ela está continuamente nesse campo que é contestado na sua autonomia. É verdade que a lingüística, ao conquistar seu direito de cidadania, instala a Linguagem enquanto realidade relativamente independente do psicológico e do social. Admite-se geralmente que haja uma ordem da linguagem relativamente autônoma. É essa situação nova que descreve Lacan num trecho no início de *A instância da letra no inconsciente ou a razão segundo Freud*: "... a dualidade etnográfica da natureza e da cultura está prestes a ser substituída por uma concepção ternária — natureza, sociedade, cultura — da condição humana, em que provavelmente o terceiro termo reduzir-se-ia à linguagem, ou seja, àquilo que distingue essencialmente a sociedade humana das sociedades animais".³

Nós não podemos esgotar o tema aqui pois isso significaria enganar-se sobre a porta real da irrupção da lingüística no campo das ciências humanas ou sociais. Com efeito, se há um lugar para a linguagem como realidade relativamente autônoma nesse campo, se houve uma ruptura na complementaridade e na circularidade da dupla psicológico/social, essa complementaridade e essa circularidade se restabelecem facilmente atuando sobre os três termos em vez de dois. Uma vez mais a noção coringa, é o caso de chamar assim, de comunicação é o principal instrumento desse fechamento do campo da realidade humana. Mas permanece uma questão pendente, lancinante, aquela da ordem de realidade da língua, da sua forma de materialidade.

Podemos dizer agora que são a psicologia e a sociologia que retornam quando surge essa questão e que isso se deve à posição da lingüística no campo da complementaridade. Mas é ainda uma maneira excessivamente abstrata de formular o problema.

Surge aqui uma dificuldade que parece que provém do fato de só podermos conceber a realidade da linguagem através de (1)

uma relação exterioridade/interioridade e (2) como uma "coisa". Relação exterioridade/interioridade, isso pode tomar, por exemplo, a forma: língua como instituição/língua como realidade depositada nos cérebros dos indivíduos. Digamos que, do ponto de vista do sujeito que tematizamos aqui, o exterior é o social (e, para além, o meio físico), o interior é o psicológico. É preciso alojar a linguagem em algum lugar lá dentro, ao mesmo tempo no interior e no exterior. Quanto à realidade da linguagem como "coisa", admitimos que ela não é idêntica a ela mesma no tempo (o latim, o gaulês, o francês etc...) e no espaço (o francês, o alemão, o polonês etc...), mas essa coisa variável no tempo e no espaço seria sempre, aqui e agora, uma coisa. Além do mais essa realidade da linguagem é considerada decomponível em elementos, mas esses elementos são também concebidos como "coisas" (as palavras, as frases etc...). Conceber assim a realidade da linguagem está em relação direta com as operações concretas de comparação, substituição/cominação com as quais operam os lingüistas e com base nas quais Jakobson, ao identificá-las às operações que estariam implicadas na produção de qualquer mensagem, define os dois grandes eixos da linguagem (combinação, contexto e metonímia de um lado; seleção, substituição, similaridade e metáfora de outro).⁴

Como todos aqueles que abordam a realidade da linguagem dessa maneira, Jakobson supõe que o lingüista apenas reproduz e descreve de maneira sistemática as operações que faz espontaneamente, consciente ou inconscientemente, o sujeito falante. Desse ponto de vista, a lingüística seria apenas a explicitação de um saber que possuiria, principalmente sem se dar conta, todo sujeito falante. Esse saber que estaria na origem da evidência da realidade da linguagem é, além do mais, considerado como formulável de maneira reflexiva. A descrição sistemática recorre a comparações, classificações etc... que podemos conceber em toda sua generalidade (o que remeteria a um sujeito do tipo piagetiano), mas que podemos também considerar de maneira restritiva como idêntica às únicas operações que faz o sujeito falando, ou selecionando e combinando os elementos que constituem suas mensagens. Supõe-se que se possa tomar

consciência dessas operações reflexivamente (sobre o modelo, por exemplo, da abstração refletora de Piaget). Por outro lado, o sujeito toma os elementos de suas mensagens em um estoque (o "código" para Jakobson) que não lhe pertence: é o fato da exterioridade. Enfim, a seleção e a combinação das palavras são assujeitadas às restrições que também fazem parte do código e que portanto não são individuais. Essas restrições constituem, para ser preciso, o saber lingüístico do sujeito falante.

A "máquina lógica" ou o "autômato combinatório"

Resumo agora as características do sujeito que se manifestam, a propósito da linguagem, no campo da complementaridade. Esse sujeito é ao mesmo tempo individual, universal e social. Sua dimensão especificamente universal está ligada às operações de comparação, substituição, concatenação que estão implicadas na composição e interpretação de toda mensagem. Essas operações definem esse sujeito como idêntico, em um certo nível, a uma "máquina lógica" que podemos conceber a partir do modelo de uma máquina de Turing (autômato abstrato) mais ou menos especificada. A dimensão propriamente lingüística, e também social ou pelo menos intersubjetiva, desse sujeito é relativa, de um lado, ao estoque de elementos sobre o qual ela opera e, por outro, à especificação da máquina lógica no seu funcionamento sobre esse estoque de elementos. Essa especificação corresponde às limitações a que se submetem a seleção (por exemplo, só os elementos "similares" são substituíveis) e a combinação dos elementos (por exemplo, certos verbos supõem um sujeito animado). Enfim, toda mensagem tem um caráter individual porque representa a escolha de uma produção particular no conjunto de todas as produções possíveis da máquina assim especificada. Donde a idéia de uma "liberdade do locutor"⁵ na qual é possível alojar muitas coisas: a afetividade, as motivações, a criatividade individual (que não deve ser confundida com o que Chomsky chama de a "criatividade da linguagem", que se refere à idéia de que o conjunto das produções possíveis, das mensagens diferentes, é intrínseca e potencialmente

infinito), as crenças, as opiniões etc... Isso constitui a dimensão propriamente individual do "sujeito da linguagem" no campo da complementaridade, dimensão que se pode considerar como constituída na intersubjetividade do social ou somente na individualidade.

No nível de generalidade em que nos colocamos, esse modelo do "sujeito da linguagem" no campo da complementaridade, que descrevemos ao referirmo-nos a Jakobson, vale para todas as teorias lingüísticas, em particular para Chomsky e Harris. Salvo que, independentemente de outras especificações que aparecem depois, Harris não formula a hipótese do caráter subjetivo dessa realidade da linguagem. Entre o caráter discreto e recorrente, portanto isolável e descritível, dos elementos constituintes do ato de fala e o sentido rejeitado no social, só há em Harris uma descrição cujo suporte não é o sujeito falante, mas apenas o lingüista. Saber quais são as propriedades que devemos supor no lingüista, saber se elas têm uma relação com aquelas do sujeito falante, não é seu problema. Ele volta a essa questão apenas indiretamente, no nível do problema da adequação da descrição, confrontando esta com a determinação do sentido pelos "traços de situações sociais". Fora isso, a especificidade das teorias aparece, acabamos de dizer, depois, no nível do problema da especificação da máquina lógica. Isso não tem nada de surpreendente na medida em que, considerada sobre essa base, aí reside todo o problema da lingüística: é essa especificação que define a gramática enquanto sistema de regras particulares. É também nesse nível que se levantam as questões que levam à distinção entre competência e desempenho na perspectiva das gramáticas gerativas, e à da aceitabilidade na perspectiva distribucionalista.

Não voltaremos a esse ponto, pois decidimos situar-nos de agora em diante nos contornos da lingüística e não mais sobre seu próprio terreno, a não ser para frisar o parentesco deste "sujeito da linguagem" com o sujeito piagetiano. A única diferença é que Piaget formula a questão da gênese da "máquina lógica" que regula as

operações concretas do sujeito, isto é, da dimensão universal do sujeito, aquele que Piaget chama de o sujeito epistêmico.⁶

O "sujeito da ciência"

É a questão da posição do "sujeito da ciência" ou do "sujeito do conhecimento" na lingüística que levanta a possibilidade de aproximação do sujeito piagetiano ao "sujeito da linguagem". Harris camufla o problema apelando para um empirismo confesso e sistemático no nível dos princípios. Descritivamente, na medida em que essas categorias emprestadas do neopositivismo lógico podem ser ilustrativas, isso deve ser relacionado com o ponto de vista extensional que ele adota como mostrou Milner;⁷ ponto de vista que o opõe ao de Chomsky, que seria o da compreensão.

Para Chomsky, como para Piaget, o "sujeito do conhecimento" ou "da ciência" é interno ao sujeito individual. Aqui é preciso distinguir dois níveis de especificação da "máquina lógica" a que vinculamos o "sujeito da linguagem". De um lado uma ordem de especificação geral é relativa à linguagem em geral: é o objeto da "gramática universal"⁸ que aparece como um caso particular da máquina lógica, em toda sua generalidade, e define um primeiro nível de contingência, característica da realidade da linguagem em geral. De outro lado, uma segunda ordem de especificação caracteriza cada língua como um caso particular da máquina lógica, especificada no primeiro nível e define um segundo nível de contingência, "idiossincrática" com relação ao primeiro, para retomar o termo de Chomsky. De fato, não há nenhuma razão teórica para se parar em tão bom caminho para tentar recobrir completamente o campo das variações constatáveis da realidade da linguagem no espaço e no tempo, depreendendo subsistemas da língua característica de uma época, de uma região, de um meio social,⁹ ou mesmo de um indivíduo.¹⁰ Em teoria, não há limites exteriores atribuíveis *a priori* à formalização. Na prática, há sempre um resíduo que, na perspectiva das gramáticas gerativas, faz ressurgir as dimensões sociais e individuais do "sujeito da linguagem" pelo viés do desempenho. Já na perspectiva distribucionalista, em que

essa escapatória não tem seu lugar, encontramos-nos na situação de precisar multiplicar as classes e as subclasses ao infinito em função de critérios operacionais.

Na perspectiva das gramáticas gerativas, no pano de fundo do "sujeito da linguagem", em seu fundamento, acha-se postulada uma "máquina lógica" de ordem mais geral que a especificação relativa à linguagem em geral; máquina lógica que é a condição de possibilidade das especificações ulteriores e de sua teorização. É sobre essa máquina que repousa a unidade da teoria e é ela que define na ocorrência a posição do "sujeito do conhecimento" ou do "sujeito da ciência". Na perspectiva distribucionalista, o princípio da unidade da teoria (a qual deve englobar o conjunto das especificações necessárias para produzir a singularidade de todo *corpus* ligado a uma situação e a um meio dados como caso particular de uma generalidade que cobre outras situações e outros meios) conduz a uma situação análoga, salvo que a generalidade totalizante que é assim formulada não é mais apresentada como sendo da ordem da subjetividade do animal humano falante, mas apenas como definindo o ponto de vista da cientificidade e da objetividade com relação à realidade da linguagem. Nos dois casos, trata-se de produzir uma unidade da diversidade dessa realidade. Essa unidade é formulada em referência a uma posição do "sujeito da ciência" que, como em Piaget,¹¹ pode ser considerada como interiorizada pelo sujeito falante ou como exterior a esse sujeito, em um lugar situado fora do alcance da contingência da história. Essa posição do "sujeito da ciência" é definida de maneira puramente formal, mesmo se, como em Piaget, atribuímo-lhe em última instância um fundamento bioneuropsicológico, ou até mesmo biofísico, que traduziriam as estruturas lógico-matemáticas, ou um fundamento na existência de uma "relação absoluta e necessária das coisas, tanto nos fenômenos próprios aos seres vivos quanto em todos os outros".¹²

Essa configuração do "sujeito da ciência" serve para ilustrar o que se pode chamar de *a função totalizante do formalismo*. Totalizante naquilo que, para fundar a ordem da linguagem numa

realidade, seja ela objetiva, ou seja ao mesmo tempo subjetiva e universal, essa função opera uma ruptura no campo da complementaridade do social e do psicológico, deixando intacto aquilo que recobre a complementaridade desse campo, a saber, a dimensão histórica. Não qualquer dimensão da história; não aquela em especial que está incluída na definição do sujeito epistêmico de Piaget, história genética que procede de níveis em níveis, sendo ao mesmo tempo a condição necessária e suficiente do nível seguinte, sua causa eficiente, uma vez formulado um núcleo funcional universal característico da ordem humana. Essa história, ou mais exatamente essa gênese (e/ou arqueologia) decorre de uma concepção historicista (história causa de si, existência de um "sujeito da história" representado pelo núcleo funcional) do processo de produção do conhecimento. A dimensão da história à qual faço referência é aquela que se acha formulada no conceito de "luta de classes". Esse conceito é totalmente ocultado pela complementaridade do campo definida pelos pólos do psicológico e do social, na alternância que faz passar da produção da sociedade, baseada nas relações entre os sujeitos, à produção dos sujeitos pela sociedade em que eles devem ocupar um lugar.

Se a configuração do "sujeito da ciência" no campo da complementaridade culmina num formalismo totalizante, eu afirmo, a despeito do paradoxo que se possa ver aí nesse momento que isso decorre, em primeiro lugar, do fato de essa configuração passar ao largo da dimensão da história formulada pelo conceito de "luta de classes"; dimensão da história que a complementaridade tem por função ocultar.

A crítica ao formalismo na lingüística está, no essencial, para ser feita; tanto no próprio terreno da lingüística, do interior desta,¹³ quanto do exterior, isto é, do nosso ponto de vista aqui. Eu me contentaria em situá-lo na sua relação com a problemática da complementaridade. O formalismo, cuja origem alguns remontam à idéia de língua como todo e princípio de classificação, marca incontestavelmente uma passagem para o materialismo da complementaridade. É, com efeito, a idéia de língua como todo e

princípio de classificação que sanciona *a posteriori* a ruptura da lingüística com a gramática histórica e a filologia sustentada por uma concepção continuísta da história. É também essa idéia que marca *a posteriori* a ruptura com a gramática universal e racional, reflexo das leis do pensamento. Ela representa, nas formulações de Saussure, a posição do conceito de língua e libera as condições de um estudo concreto de uma realidade da linguagem na sua diversidade e sua materialidade. Mas, vimos, há limites nessa ruptura, limites ainda vigentes na lingüística de hoje, a despeito do que pensam todos aqueles que dizem que remontar a Saussure é voltar ao dilúvio. Quaisquer que sejam as contribuições científicas incontestáveis das teorias recentes, elas não impedem o (re)fechamento do campo que fez explodir o conceito de língua. Ora, paradoxalmente, é com a colaboração do formalismo, pela configuração de um "sujeito" da ciência ou do conhecimento, que se opera, a partir desses limites, o (re)fechamento do campo.

É absolutamente exato que o sujeito da linguagem chomskyniano, o da competência, marca uma ruptura em relação a um certo sujeito do campo da complementaridade, aquele que, para ser breve, podemos chamar de o sujeito comportamental. Mas se, além do mais, Chomsky chegou a dizer que "a investigação lingüística leva a postular estruturas e princípios mentais que não são apenas *inconscientes*, mas para além dos limites de natureza introspectiva possível",¹⁴ se para explicitar o que ele entende por competência ele afirma que "cada um de nós dominou e se representou internamente um sistema de gramática que atribui descrições estruturais a essas frases, nós utilizamos esse saber *sem estarmos conscientes* ou mesmo sem que seja possível estar consciente no decorrer da produção dessas frases ou na sua compreensão quando elas são produzidas pelos outros",¹⁵ tudo isso não deve, porém, levar a supor, apressadamente, convergências. Piaget também, vimos, fala de *inconsciente* cognitivo. Ele afirma explicitamente que a evidência completa das coordenações gerais da ação, que são as atividades do "sujeito epistêmico", implicaria uma "regressão epistemologicamente sem fim", pois seria necessário retornar de nível em nível de generalidade cada vez maior, até o

plano biofísico, para atingir as coordenações "iniciais". Ele vê nesse processo até mesmo o fundamento do acordo da matemática com o real, partindo do princípio que as estruturas lógico-matemáticas são construídas a partir das coordenações mais gerais das atividades do sujeito, as quais se fundam em última instância, acabamos de ver, sobre coordenações orgânicas. Portanto, há mesmo uma certa convergência entre o sujeito psicológico piagetiano e o sujeito da linguagem chomskyniano, convergência que aliás já encontramos e que apenas acabo de tornar mais precisa. Mas deve-se dizer a partir daí que o inconsciente (ou a inconsciência?) de que se trata aqui e lá tem alguma coisa a ver com o inconsciente freudiano? Deixarei por enquanto essa interrogação em suspenso para enfatizar que é no nível da configuração de um "sujeito da ciência", pelo viés da hipótese de uma interiorização de um saber¹⁶ no *indivíduo* (saber ao qual se reduziria estruturalmente todo saber lingüístico concebível (Chomsky), ou mesmo todo saber concebível em geral (Piaget)), que a possibilidade de uma articulação entre psicologia e lingüística encontra-se restabelecida. Que esse saber esteja fora do alcance da consciência individual¹⁷ na atividade da linguagem ou na atividade em geral, é secundário. Porém é útil observar que essa configuração de um "sujeito da ciência" coincide com a volta à confusão entre objeto real e objeto de conhecimento, ou pelo menos ao desconhecimento da sua natureza contraditória (natureza mental dos princípios que estão na base da gramática e fundamento orgânico dos princípios gerais do saber que regula a atividade humana). Argumento aqui que a configuração de um tal "sujeito da ciência" é sempre acompanhada por uma forma de redução do objeto de conhecimento ao objeto real.

Quanto ao papel do formalismo no exterior da lingüística, foi claramente caracterizado por Pierre Raymond cujas observações citarei aqui *in extenso*:

...o formalismo lingüístico, que de imediato ajudou o mecanismo do pensamento, apóia-se, antes, sobre um conceito fundamental, o da

*linguagem. Esse regulador universal de todas as palavras possíveis fornece um modelo de escolha para um materialismo rápido do pensamento: campo dos pensamentos regidos por uma matriz ausente, que não passa da combinatoria de suas coerências com o material de signos disponível. E entretanto esse formalismo nos atormenta com muitas dificuldades: ele nos faz esquecer que as palavras são históricas e não possíveis; ele dá a ilusão de que um tal sistema fecha os pensamentos, tornando problemática sua evolução que afirmamos, entretanto, ser contínua e produzida pelo individual que ele dirige; ele nos leva ao confronto com essa dificuldade inaudita de um sistema que escapa a todas as esferas de uma sociedade e ao mesmo tempo é constantemente moldado por suas forças; ele se apresenta como um intermediário universal, nos moldes dos valores da moral burguesa: graças às suas regras todos os discursos reais comunicam, assim como o homem é por toda parte portador da lei moral, e o mal-entendido é apenas um acordo velado convidando o pedagogo à redundância: como o mal não é nunca diabólico, o ideal de harmonia venceu antecipadamente todas as contradições.*¹⁸

Como já indiquei, Raymond aqui não critica tanto o formalismo na lingüística quanto sua expressão fora da lingüística, no campo da complementaridade. Frisa assim o papel desse formalismo no (re)fechamento desse campo e sua relação com o encobrimento nele, da dimensão da história, formulada pelo conceito de luta de classes. Com a introdução de estruturas lógico-matemáticas, através de uma certa exploração da matemática, é mascarado o problema da modalidade de existência do objeto da

lingüística e, para além, do objeto de toda ciência relativa a esse campo. Na medida em que a dimensão da história da "luta de classes" não tem lugar na problemática da complementaridade, isso equivale a prover-se dos meios para escamotear essa dimensão, sob o risco de se ter de apelar para todas as formas de reformismo sociolinguístico para restabelecer a coerência. É enfim introduzir nesse campo, com o apoio da individualidade, um princípio de permanência e universalidade que constitui aí um "sujeito da ciência" e que encarna uma concepção ainda abstrata, idealista, de objetividade da verdade científica. Deixo claro que não se trata de denegar todo fundamento para uma aplicação da matemática no campo coberto pela complementaridade, inclusive na lingüística. O que ponho em questão é uma exploração ideológica dessas relações de aplicação que decorre do fato de elas serem concebidas numa confusão entre objeto real e objeto de conhecimento; eu diria até para estabelecer e justificar essa confusão. Daí decorre uma concepção abstrata da objetividade científica.

O buquê invertido

A verdade não é abstrata, ela é concreta, diz Lenine.¹⁹ O que dizer sobre isso? Uma passagem do posfácio da segunda edição alemã de *O Capital* permite entrever a resposta de maneira particularmente compreensível. Marx escreve: "...enquanto burguesa, isto é, enquanto ela vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas exatamente a forma absoluta e definitiva da produção social, a economia política só pode continuar uma ciência se a luta de classes permanece latente ou só se manifesta por fenômenos isolados. Tomemos a Inglaterra. O período em que essa luta ainda não se desenvolveu aí é também o período clássico da sua economia política. Seu último grande representante, Ricardo, é o primeiro economista que deixa deliberadamente o antagonismo dos interesses de classe, a oposição entre salário e lucro, lucro e renda, o ponto de partida de suas pesquisas. Esse antagonismo, na verdade inseparável da própria existência das classes na sociedade burguesa constitui-se, ele o formula ingenuamente, como a lei

natural, imutável, da sociedade humana. Seria atingir o limite que a ciência burguesa não ultrapassará".²⁰ Marx diz: "A economia política só pode continuar uma ciência se a luta de classes permanece latente ou só se manifesta por fenômenos isolados"; isso significa que a economia política burguesa é uma ciência que a partir de um certo momento deixa de sê-lo; que tudo aquilo que tinha todos os atributos da objetividade e da verdade científica perde-os. Não é porque essa verdade teria sido apenas uma aparência de verdade escondendo uma outra verdade absoluta e escondida, mas porque a realidade foi transformada, não por uma causalidade interna às suas estruturas, operando como a condição necessária e suficiente da sua transformação, mas pelo desenvolvimento da luta de classes. Ora, a luta de classes, se ela pressupõe exatamente a divisão em classes, e portanto relações de produção que determinem essa divisão, não é por isso o efeito de uma estrutura. Ela é de ordem política. Situar o conceito de classes nessa dimensão é expor-se à objeção de instituir lá, sob a categoria do político, um sujeito da história, causa primeira. Sabe-se que é aqui que Marx se separa de Hegel afirmando, sobre a base do princípio materialista do primado do ser sobre o conhecimento, que não se poderia antecipar as transformações materiais da realidade e que, no campo da luta das classes, toda especulação sobre as formas específicas da realidade humana, sobretudo sobre o que seria a história, numa sociedade comunista, só pode ser desprovida de qualquer fundamento científico. Podemos, portanto, dizer que nada sabemos do que poderia ser o materialismo histórico assim como a economia política. Tudo o que se pode dizer é que o conceito de "luta de classes" representa a posição da objetividade e da verdade científicas no que diz respeito à história concreta dos homens concretos no campo dessa luta de classes. É uma objetividade e uma verdade prática, concreta, que visa a realidade não como uma substância ou uma coisa, fosse ela reduzida a uma estrutura puramente formal, mas enquanto *processo* material.

A contribuição decisiva de Marx para a teoria do processo de produção do conhecimento científico deve-se à relação que ele estabelece entre a forma-sujeito do político e a forma-sujeito do

conhecimento científico.²¹ No campo da complementaridade, essas duas formas-sujeito estão separadas na neutralidade da Ciência; Marx estabelece o princípio da subordinação da segunda à primeira e, ao mesmo tempo, o processo de produção do conhecimento científico cai no campo da luta de classes.

A consequência imediata desse princípio é que a posição do "sujeito da ciência" não é a posição de um "sujeito universal", permanente, do qual se poderia dizer que, nos seus limites, seu fundamento é mental ou orgânico, mas a posição de um sujeito histórico, assujeitado à divisão em classes. É somente a partir desse princípio que se pode conceber que o materialismo histórico não saberia representar para a classe dominante uma verdade científica, objetiva, concreta, que ele só é assim para uma classe bem determinada, a única suscetível de usá-lo numa transformação prática. Do ponto de vista da classe dominante o "sujeito da ciência" do campo da complementaridade representará a posição da objetividade e da verdade científicas e conhecemos o papel que é atribuído à linguagem na reprodução dessa complementaridade. O materialismo histórico supõe uma posição de sujeito da ciência que rompa com esse sujeito permanente, eterno, seja no fora-do-lugar da verdade ontológica, ou por sua gênese no modelo do sujeito epistêmico piagetiano, integrando o processo de produção do conhecimento, concebido como autônomo com relação à luta de classes.

Que isso não signifique cair na armadilha da distinção entre "verdade absoluta" e "verdade relativa" (o fato de que a verdade científica seja concreta não significa que ela seja relativa). Parece-me que podemos compreendê-la recorrendo à "experiência do buquê invertido" utilizada por Lacan a propósito da tópica do imaginário.²²

Isso supõe que "guardaremos nosso julgamento crítico e que não iremos tomar o andaime pelo próprio edifício" como nos convida Lacan antes de tirar seu próprio partido teórico ao citar Freud.²³

Lembremos esquematicamente o que é essa experiência do buquê invertido cuja descrição Lacan encontrou em *Optique* de Bouasse. Trata-se de uma montagem ótica utilizando um espelho esférico côncavo. No centro esférico desse espelho, isto é, no centro da esfera na qual a calota é recortada, é colocada uma caixa em que se pendura, de cabeça para baixo, um buquê de flores. O buquê não é visível ao espectador colocado em frente do espelho mas a caixa é aberta do lado do espelho de tal modo que o buquê constitui um objeto para o espelho. Sobre essa caixa está colocado um vaso de flores vazio. Se o olho do espectador está numa certa região do espaço delimitado por um cone (o campo do espelho visto do centro em que se encontra o vaso e em que se forma a imagem real do buquê), então aparece em cima do vaso vazio a imagem real do buquê colocado dentro da caixa e não visível diretamente ao espectador, como se o buquê real estivesse no vaso (extraída a pequena diferença do astigmatismo do espelho). Se o olho sai do cone, o buquê desaparece.

Imaginemos agora que a superfície do cone, ainda que toda imaterial, seja uma fronteira intransponível. Então, do exterior do cone a realidade inteira se reduz ao vaso. Não há outra realidade e tudo aquilo que seria tomado como sendo da realidade, mas que não cairia no campo dessa realidade aí, só pode ser qualificado de imaginário, no sentido de fictício, ilusório, exatamente como a "vontade do povo" para Frege. É isso que se passa no campo da complementaridade da realidade social e da realidade psicológica. Tudo o que não é, de imediato, da ordem dessa realidade, ou lhe deve ser redutível ou então não passa de pura fabulação. Não é muito diferente se nos refugiamos no interior do cone: a imagem sendo real, ela faz parte da realidade do mesmo modo que o vaso. O que obriga a considerar essa imagem como tal, e portanto super-lhe um lugar-outro (o real que aí se mostra); é a travessia da superfície do cone que a faz aparecer ou desaparecer sucessivamente. As coisas complicam-se pelo fato de esse aparecimento/desaparecimento se dar a partir do vaso funcionando como base de acomodação, mas também como realidade permanente com relação a uma realidade que aparece e desaparece.

Isso leva-me à distinção de três estados. Um primeiro estado no qual nos refugiamos no exterior do cone, estado portanto em que toda realidade se reduz ao vaso, sendo que tudo aquilo que tem relação com a existência de um buquê de flores no vaso só pode decorrer da fabulação, de uma alucinação sem nenhuma causa objetiva. O segundo estado seria aquele em que nos colocamos no interior do cone mas em que a realidade da imagem do buquê é pensada na continuidade daquela do vaso, sem passar dessa imagem real ao buquê real do qual ela é imagem. Um terceiro estado em que, supondo-se que não se possa ir constatar a presença do buquê na caixa, passamos contudo dessa imagem real ao real que nela se mostra ao fundir-se na ótica geométrica. Observemos, de passagem, que só o terceiro estado dá conta cientificamente da existência material da imagem real do buquê visível em cima do vaso.

Proponho o seguinte: as concepções da objetividade e da verdade científicas, que decorrem da exploração do formalismo lógico-matemático e da configuração de um "sujeito da ciência" que tem como base a individualidade no campo da complementaridade, podem ser caracterizadas em correspondência analógica com o estado 2, exatamente como a economia política de Ricardo com relação ao materialismo histórico. Se justamente nos referimos de novo à passagem citada de *O Capital*, tudo parece ter acontecido como se Ricardo, diferentemente dos economistas que o precederam, tivesse entrevisto a realidade da luta de classes, mas a tivesse pensado na continuidade da economia política clássica, enquanto lei natural, imutável da sociedade humana. Em outros termos, tudo se passa como se no estado 2, as concepções da verdade e da objetividade científicas resultassem da extensão daquelas que correspondem ao estado 1, estabelecendo ao mesmo tempo uma continuidade (teórica) entre esses dois estados. Permanecemos no campo da ciência, mas a extensão supõe, entretanto, dado o caráter teórico da continuidade que ela estabelece, a distinção do "sujeito individual" e do "sujeito da ciência", sob forma de uma interioridade eventualmente "inconsciente" na individualidade do sujeito. A extensão atinge, efetivamente, uma realidade que pode não ser "visível", isto é, uma

realidade que pode estar fora do alcance da consciência individual em seus atos. Ocorre que essa realidade "invisível" é pensada na continuidade da realidade "visível", como decorrente de uma mesma ordem de verdade. Ora, no estado 1, a verdade e a objetividade científicas, aquelas que devem ser relacionadas com o "sujeito da ciência" e não com o "sujeito individual", só podem ser permanentes, eternas, imutáveis como a realidade que aí se mostra e como a verdade científica aristotélica. Efetivamente, no estado 1, o vaso a que se reduz toda a realidade poderia ser tomado como dependente de um conhecimento todo perceptivo, suscetível de estar enraizado na animalidade do homem, no funcionamento de seus órgãos sensório-motores. Não há nenhuma razão para deixar o terreno firme de um certo materialismo, aquele que se restringe estritamente às realidades universalmente e empiricamente constatáveis, "visíveis" para todo sujeito, eventualmente pelo entroncamento de alguns aparelhos. Podemos mesmo admitir que esses sejam aparelhos formais, jogos de escritura puramente formais, regidos por regras que não pertencem necessariamente à linguagem mas podem pertencer a outros jogos,²⁴ com a condição de que a utilização desses aparelhos suscite o acordo universal na sua relação com a realidade empírica.

Essa exploração do formalismo parece-me caracterizar bem a posição epistemológica de Harris. Esse materialismo aí, eventualmente dublado por um formalismo empírico, não tem nenhum problema com a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento. São realidades empiricamente distintas que é preciso pôr de acordo. Ele só encontra seu limite na impossibilidade de definir os critérios desse acordo do qual ele é totalmente dependente (ver o problema da adequação em Harris surgindo com a questão do sentido).

A passagem para o estado 2 supõe que se saia desse materialismo aí. Ante uma realidade que aparece/desaparece, é preciso dar um fundamento prévio para a possibilidade de uma verdade e de uma objetividade científicas que permaneça concebida nos moldes daquela que prevalece no materialismo correspondente

ao estado 1. Esse fundamento da certeza dessa verdade e dessa objetividade científicas encarna-se num "sujeito da ciência". Que, por outro lado, o sujeito individual possa falhar, ser um mau operário, cair no erro, produzir frases agramaticais do ponto de vista da sua própria competência lingüística, essa é uma outra história. É preciso alojar bem em algum lugar o erro, o engano, a ficção etc... Que o sujeito da linguagem não seja fiel à sua própria competência lingüística, é algo que impõe a noção de desempenho com a qual a psicologia e a sociologia do campo da complementaridade reencontram todos os seus direitos.

Falta compreender por que é a concepção da verdade e da objetividade do estado 1 que é estendida para o estado 2. De uma certa maneira, a experiência do buquê invertido representa-o analogicamente pelo fato de a imagem do buquê ser real, e não virtual, como nossa própria imagem num espelho. Essa imagem pode ser captada numa tela. Fora seus aparecimentos e desaparecimentos, sua realidade parece da mesma ordem da do vaso. Mas isso não explica evidentemente nada. Para ir mais longe, é preciso considerar o que implica a passagem do estado 2 ao estado 3, isto é, levantar a questão dos meios para remontar da imagem do buquê, ao buquê do qual ela é a imagem real. Com relação ao problema levantado pela passagem da economia política burguesa ao materialismo histórico, pode-se dizer que na passagem do estado 2 para o estado 3, para a "experiência", a ótica geométrica funciona como um equivalente da ciência da história cujos fundamentos estão formulados em *O Capital*. Aí é preciso reconhecer que o texto que citei põe-nos diante de uma dificuldade. Ele nos leva a entender, com efeito, que é o desenvolvimento da luta de classes que, tornando evidentes os efeitos anteriormente latentes desta, impõe a necessidade de uma crítica da economia política burguesa. Tudo se passa como se a verdade e a objetividade científicas da economia política burguesa caíssem *a posteriori*, diante dos fatos, na classe de verdade e objetividade relativas, contingentes, conjunturais. Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, Marx sustenta, por outro lado, que a história não é nada além da história da luta de classes. Em outros termos, a dimensão da

história no campo coberto pela economia política burguesa tinha sido durante um tempo semelhante ao buquê invisível, mesmo sob a forma de imagem, como na região 1. Essa realidade da luta de classes, ainda que invisível, não deixa de ter sido a própria realidade histórica, por inteiro. Podemos encontrar um equivalente a isso na nossa "experiência", pelo fato de o olho, em um certo nível, funcionar também segundo as leis da ótica geométrica (daí decorre a possibilidade de ver imagens virtuais). Podemos dizer desse fato que as leis da ótica geométrica não dizem mais exclusivamente respeito à relação do buquê com sua imagem real, mas também àquilo que produz a evidência da realidade do vaso. Do mesmo modo, o conceito de luta de classes e, através dele, o materialismo histórico interessam não apenas ao período a partir do qual os efeitos da luta de classes tornam-se patentes, mas à história em geral, na medida em que só podemos conceber a história como a história das sociedades de classes.

Esse ponto é fundamental, pois sem isso é o materialismo histórico que parece depender de uma ordem de verdade e objetividade relativas, contingentes, conjunturais, ligada a um período histórico dado (o que aliás é freqüentemente sustentado pelos ideólogos burgueses ou reformistas). A economia política burguesa mostra-se, hoje, bem viva. Podemos afirmar que assim permanecerá enquanto a burguesia continuar como a classe dominante. Em outras palavras, o fato de que ela tenha deixado de ser científica não é evidente para todo mundo. Uma situação semelhante não é própria de um domínio em que a dimensão do político seja também manifesta. Isso não quer dizer que essa dimensão não esteja realmente presente no domínio de que vou falar agora, mas, justamente, geralmente achamos que ela não tem nada a ver com isso. Conta-se que um dia em um congresso de física um amigo de Max Planck procurava convencer um outro físico, adversário ferrenho da teoria da relatividade, do erro de suas teses. Irritado pelos esforços, em vão, do seu amigo, Max Planck tê-lo-ia chamado de lado e dito mais ou menos isto: "Hoje em dia, não se procura convencer um físico não-relativista, espera-se que ele morra!" Eu transponho: não convenceremos jamais a burguesia do

caráter errôneo, de agora em diante não-científico, da economia política burguesa; a economia política burguesa cessará definitivamente de estar correta no dia em que as relações de produção capitalistas deixarem de ser as relações de produção dominantes. Se é assim, é porque a economia política burguesa representa a posição de objetividade e de verdade científicas do ponto de vista de suas posições de classe: ela é nos seus princípios adequada à realidade, vista a partir de suas posições. Ora, dizer que a economia política é adequada à realidade do ponto de vista das posições de classe da burguesia, é, como Marx frisou, indicar claramente que posições materialistas estão representadas nessa economia política.²⁵

Do ponto de vista da burguesia a luta de classes não corresponde a nenhuma realidade prática, concreta; ela só pode ser concebida de um ponto de vista teórico, abstrato, como é o caso em Ricardo. Mas dizer que para a classe operária a luta de classes remete a uma realidade prática, concreta, não é ainda explicar por que foi necessário esperar até o meio do século XIX para que a necessidade teórica do conceito de "luta de classes" se impusesse. Se acreditamos em Marx, o real da luta de classes existe bem antes que as relações de produção especificamente capitalistas tornem-se dominantes em qualquer tipo de formação social. A única resposta que me parece possível dar aqui à questão que se acha assim formulada é a seguinte: só nas *condições materiais de existência* determinadas pela dominância das relações de produção especificamente capitalistas que os conhecimentos que impõem a necessidade do conceito de "luta de classes" representam conhecimentos necessários prática e concretamente para a classe dominada, única suscetível de usá-los numa transformação prática no antagonismo de classes e na transformação das condições materiais de existência de massas.

Parece-me que está aí o único meio de romper definitivamente com toda idéia que decorre mais ou menos diretamente daquela que supõe que, por uma sede de conhecimento, que seria própria do Homem, este seria levado a produzir todos os

conhecimentos científicos que lhe é materialmente possível produzir numa certa conjuntura. São produzidos apenas conhecimentos científicos que são prática e concretamente necessários numa certa conjuntura e essa necessidade histórica não tem nada de universal; ela é relativa às posições de classe.

Eu diria que esse não é só o caso do materialismo histórico, mas também dos conhecimentos científicos que foram produzidos ao longo da subida ao poder da burguesia e sob sua hegemonia no Estado, conhecimentos cuja produção deu lugar ao que chamamos de "a revolução científica burguesa". Ocorre que, por outro lado, toda produção de conhecimento supõe que as condições materiais (ao mesmo tempo econômicas — desenvolvimento das forças produtivas, divisão do trabalho etc... ideológicas e políticas —, relações de forças entre classes antagonistas e científicas) dessa produção sejam reunidas, mas essas condições só são suficientes na sua relação com a necessidade histórica cuja dimensão acabo de indicar e que as inclui.

A partir do que foi dito emerge uma nova concepção da verdade e da objetividade científicas, enquanto necessidade prática do teórico, em que venham a coincidir o possível e o necessário historicamente. Essa subordinação do teórico ao prático implica uma revisão da relação entre o "sujeito da ciência" e o simples sujeito. Efetivamente, no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social o sujeito, no caso o "indivíduo-sujeito", é subordinado ao "sujeito da ciência". Isso é verdadeiro para o indivíduo-sujeito da psicologia piagetiana na medida em que a atividade desse sujeito é regulada nos seus princípios pelo sujeito epistêmico que lhe é subjacente. Isso é também verdadeiro para o sujeito da linguagem chomskyniano na medida em que a competência lingüística representa os princípios que regulam a atividade da linguagem do sujeito no desempenho. Tudo isso como uma posição antiempirista, em reação contra uma certa forma de materialismo mecanicista (transportado das ciências ditas da natureza); a configuração de um sujeito, tendo como base a individualidade orgânica no campo da complementaridade, está de

acordo com uma subordinação desse sujeito a um "sujeito da ciência" ou "sujeito do conhecimento" no qual se encarna o lugar da objetividade e da verdade científicas. Há uma verdadeira virada da ordem da determinação do prático ao teórico que está ligada à posição dominante do aparelho ideológico de estado escolar nas formações sociais capitalistas.²⁶

O "sujeito da linguagem" e o "sujeito múltiplo"

No materialismo histórico, a ordem de determinação do prático ao teórico é restituída, não por princípio, mas na medida em que ela se impõe com os conceitos que a especificam como ciência. Nessas condições levar em conta a dimensão da história, aquela da luta de classes, na lingüística, supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social. A lingüística construiu seu domínio no campo da complementaridade rompendo com o historicismo da gramática histórica e da filosofia e em rompimento igualmente, mas apenas parcial e sempre contestado (do interior da lingüística como do seu exterior), com o indivíduo-sujeito desse campo. Sua ligação com esse campo perpetua-se seja por intermédio da concepção do "sujeito da ciência" ao qual se refere explicitamente (e que toma emprestado desse campo), seja pelo viés de um formalismo empírico que o faz reaparecer no nível dos postulados de base e da adequação das descrições formais. A questão do sentido, aquela da semântica, tornou-se o núcleo das dificuldades teóricas e práticas com que se depara hoje a lingüística. Essa questão do sentido, as teorias lingüísticas tentarão evacuar por todos os meios, mas sem nunca conseguir; como mostra a questão da pressuposição na medida em que esta demonstra de maneira sintomática a impossibilidade de se construir uma sintaxe eliminando toda referência ao sentido. Aí está o aspecto teórico do problema, mas a questão do sentido, vimos, faz ressurgir com ela a questão do sujeito, o que constitui uma espécie de experimentação no teórico, demonstrando praticamente *a contrario* a subordinação da forma-

sujeito da ciência (aquela do teórico) à forma-sujeito simples sobre a qual parece residir a chave do problema.

Efetivamente, a categoria de "sujeito da ciência" ou de "sujeito do conhecimento" é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas etc... Querer transformar por ela mesma a forma-sujeito da ciência, constitutiva das ideologias teóricas nas quais e sob as quais se realiza a prática científica dos linguistas, não tem estritamente nenhum sentido: não se modificam por elas mesmas as condições de produção da evidência, mesmo sendo científica.²⁷

Há uma ordem necessária, a da necessidade prática do teórico, a que está subordinada essa evidência. Essa ordem indica que o problema situa-se do lado daquilo que parece completamente material, do lado da forma-sujeito simples, ancorada nas ideologias práticas e que é também aquela do campo da complementaridade, aquela que faz da individualidade orgânica o suporte do sujeito, do indivíduo um sujeito por natureza.

Está portanto claro que o problema está centrado antes sobre a questão do sujeito que sobre o sentido, que não se trata de esvaziar essa questão (retomando, por exemplo, um materialismo mecanicista), que devemos passar por ela apesar da sua aparência idealista ou antropologista. Ora, a forma-sujeito simples não é mais transformável por ela mesma do que a forma-sujeito da ciência. Eu disse que ela está ancorada nas ideologias práticas,²⁸ e não mudamos as ideologias assim. Mais precisamente, a forma-sujeito "indivíduo-sujeito", a que apresenta o sujeito como interioridade da individualidade orgânica, é a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas. Ela foi constituída principalmente a partir da noção de sujeito das ideologias jurídico-políticas burguesas, através das noções de representatividade jurídica individual, de direito político individual, de propriedade privada individual transmitindo-se à filiação orgânica do indivíduo etc... A noção

jurídica de sujeito, inerente a essas noções do direito burguês, foi constituída como sujeito de natureza nessas ideologias práticas, fazendo pelo mesmo movimento das relações jurídico-políticas da democracia e do direito burguês relações naturais e universais entre "indivíduos-sujeitos". Ao mesmo tempo, o caráter dominante da instância jurídico-política das ideologias práticas burguesas fazia dessa forma-sujeito, "sujeito de natureza" ou "indivíduo-sujeito", a categoria de todas as ideologias práticas burguesas.²⁹

A identificação entre sujeito e indivíduo (enquanto corpo orgânico, objeto natural)³⁰ é a base de uma concepção teórica de uma subjetividade natural e irredutivelmente individual, ao mesmo tempo que universal, que é aquela do campo da complementaridade. Querer transformar por ela mesma essa noção de "sujeito" é tão sem sentido quanto querer transformar a noção de "sujeito da ciência" que dela decorre. Não é na prática teórica que se transformam as ideologias práticas dominantes, mas é na luta de classes, especificamente sob seus aspectos políticos e ideológicos, que elas são transformadas.

Ora, o desenvolvimento da luta de classes em todas as formações sociais capitalistas, o fato de que em certos países a luta de classes foi politicamente organizada porque o movimento operário munuiu-se de organizações políticas e sindicais, tiveram por corolário o desenvolvimento no interior das ideologias dominantes, mas rompendo com elas, de formações ideológicas *políticas* nas quais as posições da classe operária estão representadas. Essas formações ideológicas estão constituídas em torno de uma forma-sujeito, a do "sujeito coletivo" (a célula, a seção sindical, o partido, as massas etc...) que rompe com a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas.³¹

Essa forma específica sujeito é a base de uma concepção teórica da subjetividade não delimitada pelo individualismo orgânico do corpo humano mesmo se, para além de toda repressão exercida fisicamente sobre esse corpo, os indivíduos são atravessados por ela até no seu corpo orgânico. Assim como a produção de formações ideológicas

proletárias, organizada em torno dessa forma-sujeito "sujeito coletivo", foi uma das condições políticas e ideológicas prévias ao corte epistemológico que se encontra na obra de Marx, parece que podemos afirmar que a apropriação dos conceitos do materialismo histórico numa prática científica faz intervir necessariamente essa forma-sujeito (em que se reconhece a impossibilidade de separar uma tal prática científica de uma prática política no quadro do movimento operário). Assim também o conceito de Ideologia, que resiste a toda redução a um sistema de idéia ou de representação individual.

Justamente por não poder ser definido em termos de sistema de idéias ou de representações individuais, ou como matéria de tais sistemas de representações, o conceito de ideologia marca sua relação com os conceitos de "classes" e de "luta de classes" e sua diferença específica com a noção de ideologia de Destutt de Tracy. O conceito não é a palavra, o que autoriza todas as sinuosidades da palavra, e seu retorno ao campo da complementaridade como substituto do campo da representação (Durkheim: representação individual/representação coletiva).³²

A posição do conceito pode ser reconhecida nas teorias enquanto diferença entre duas noções: a noção de ideologia dos "ideólogos" (Destutt de Tracy, Cabanis, Volney etc...), formulada em referência à forma-sujeito do campo da complementaridade e em referência a uma psicologia da alma; e uma noção de ideologia formulada em referência à forma-sujeito "sujeito coletivo". A passagem de uma para a outra noção é a marca da apropriação do conceito, a diferença, a irredutibilidade de uma noção à outra mascarando a relação de constituição/contradição que liga a segunda à primeira. Reconhece-se aqui o trabalho do conceito, não enquanto entidade isolada, mas enquanto processo de ligação com outros conceitos; no caso aqueles de "classe" e de "luta de classes".

Isso leva-nos à questão do sujeito e do sentido. Enunciar que a apropriação do conceito, isto é, a formulação de uma noção que cai no âmbito desse conceito, implica uma noção de forma-sujeito equivale a fazer do sentido um efeito ao mesmo tempo

ideológico e subjetivo. Considerar assim o sentido indica que ele não pode estar relacionado com a forma-sujeito "indivíduo-sujeito", ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais nos quais esse sentido se constitui como efeito, não se dão com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras. São justamente aquelas que podem ser relacionadas com uma mesma forma-sujeito "sujeito coletivo", cujas condições materiais de existência será preciso definir.

Nesse plano podemos buscar apoio em uma outra subversão do sujeito do campo da complementaridade, aquela que se opera na psicanálise em relação direta, como sabemos e procuraremos explicitar, com a questão da linguagem. As referências à "experiência" do buquê invertido que desenvolvi acima não são um efeito do acaso. Se há uma coisa que emerge de toda experiência analítica é que a dimensão do inconsciente, como a da ideologia, não é da ordem da individualidade. Ao mesmo tempo, se não queremos fazer da ideologia uma espécie de inconsciente coletivo (o que de alguma maneira, com pequenas diferenças terminológicas, traduziria um retorno ao campo da complementaridade) e do inconsciente uma espécie de ideologia individual, será necessário mostrar e explicar a diferença entre a subversão do sujeito da complementaridade estabelecida pelo conceito de inconsciente e aquela formulada pelo conceito de ideologia. O fato de que Marx e Freud tenham sido os agentes de tais subversões deveria talvez ser explicado pela marca que, para além das suas diferenças, lhes é comum, a saber: o fato de ambos pertencerem à comunidade judia que os colocou materialmente — um e outro — em posição de ruptura com as ideologias práticas dominantes e, por isso mesmo, com as ideologias teóricas dominantes. Essa posição de ruptura recobre outra coisa, a saber: as relações do teórico e do prático no materialismo histórico e na psicanálise não são reguladas pelo modelo do que prevalece nas

ciências da natureza e que foi importado pelo campo da complementaridade.

Numa certa medida, no materialismo histórico como na psicanálise, é impossível contornar a contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, o que implica que o materialismo histórico e a psicanálise devam constituir no seu próprio campo a teoria de sua prática científica, em vez de recusá-la na filosofia ou na história das ciências. Essa singularidade tem uma outra consequência: o fato de a psicanálise e o materialismo histórico não encontrarem lugar na universidade. A universidade faz parte do aparelho ideológico do Estado escolar, que regula as relações do teórico e do prático. Isso explica que o materialismo histórico e a psicanálise não possam ser disciplinas universitárias, que eles devam situar-se ao mesmo tempo, com relação à universidade de um lado, enquanto lugar atual de constituição e de representação das ideologias teóricas que tornam materialmente possíveis as apropriações na prática teórica da maior parte dos conhecimentos científicos adquiridos. E de outro, em posição de ruptura com ela, pois a forma das relações entre o prático e o teórico que é constitutiva do aparelho escolar (separação do processo de produção econômica) é contraditória com a forma de relações que o desenvolvimento do materialismo e da psicanálise enquanto ciências supõe.

Dizer que o materialismo histórico, como a psicanálise, supõem a relação entre o teórico e o prático, que não podem contornar a contradição objeto real/objeto de conhecimento, não implica apenas que ambos não possam ser objeto de um ensino nos quadros e formas que prevalecem no ensino universitário (ver as reflexões de Lacan sobre o "discurso da Universidade" e o "discurso do Mestre"). Isso tem igualmente por consequência o fato de que as práticas científicas que lhes são próprias não são redutíveis àquelas correntes nas "ciências humanas". Numa certa medida a lingüística já tinha marcado uma tal ruptura e vimos psicólogos contestar a cientificidade da lingüística em nome dos critérios do experimentalismo. Mas tudo isso constitui ainda aspectos periféricos,

secundários, de uma conseqüência muito mais fundamental da subversão da forma-sujeito "indivíduo-sujeito" do campo da complementaridade. Essa subversão implica uma reviravolta da forma-sujeito "sujeito da ciência", que podemos reconhecer na relação de constituição da psicanálise com o discurso da histórica, como na relação de Marx com a economia política burguesa na medida em que esta diz, nos seus princípios, a verdade do ponto de vista da burguesia. Eu digo relação de constituição e contradição pois ela situa o lugar do discurso da histórica em um lugar-outro fora do indivíduo-sujeito ou fora da sociedade erigida como sujeito de natureza, o lugar do discurso da economia política burguesa.

A relação do "sujeito da ciência" com o "indivíduo-sujeito" no campo da complementaridade procede da contradição entre objeto de conhecimento e objeto real e do seu encobrimento na apropriação *teórica* dessa contradição através de uma volta que põe no indivíduo-sujeito o fundamento do "sujeito da ciência" ou do "sujeito do conhecimento". O que acontece então com a forma-sujeito "sujeito da ciência" no materialismo histórico e na psicanálise?

Digamos inicialmente que essa forma-sujeito cessa justamente de aparecer como sendo uma forma-sujeito autônoma, ao mesmo tempo interioridade do indivíduo-sujeito e seu fundamento na ordem do conhecimento. Ela é reconhecida enquanto efeito específico, o que chamamos de um desdobramento da forma-sujeito, desdobramento de que resulta a forma-sujeito constitutiva de ideologias teóricas da prática científica. Essa é a base da crítica do sujeito piagetiano por Lacan.³³

Mas isso não nos diz nada do que ocorre exatamente com a posição do sujeito no materialismo histórico e na psicanálise, questão que não saberíamos resolver em algumas palavras. Observa-se ainda aí um ponto comum (a saber, que a categoria de sujeito não está neles representada sob a modalidade do desdobramento) e uma diferença. Do ponto de vista do materialismo histórico, o desdobramento constitutivo da forma-sujeito "sujeito do conhecimento" é, lembro, um efeito ideológico particular, ligado às

formas específicas da reprodução, qualificação e divisão do trabalho que determinam a produção-reprodução de uma distinção entre ideologias práticas e ideologias teóricas (pelo viés sobretudo da posição dominante nesse processo de um aparelho ideológico de Estado sobre os outros, o aparelho escolar nas formações sociais capitalistas). Quanto ao próprio processo de produção-reprodução do conhecimento científico, enquanto processo histórico, é um processo sem sujeito (nem fins). Isso não significa, precisemo-lo ainda, que a realização material, concreta, desse processo não acione formações ideológicas nas quais a categoria de sujeito é representada sob uma forma ou outra. Essas formações ideológicas estão ligadas às condições materiais, historicamente específicas, com relação às quais o processo de produção do conhecimento tem uma autonomia *relativa*, pelo fato de manter com ela uma relação de constituição (nesse sentido as formações ideológicas em questão são um aspecto das condições necessárias para a produção de tais ou tais conhecimentos) e de contradição (na medida em que esse processo opera sobre essas formações como sobre uma matéria-prima que ele transforma). É, afinal de contas, o que justifica a expressão "produção de conhecimento"; toda produção implicando do ponto de vista materialista não uma criação *ex nihilo*, mas a transformação real, prática, de uma matéria-prima num processo material. A autonomia do processo de produção de conhecimento não tem por fundamento o real enquanto tal: ele supõe uma transformação da relação de conhecimento com esse real. Ele não tem mais como suporte um sujeito que o interiorizava como tal (desde os primórdios da ciência grega, por exemplo). Ele só supõe agentes, constituídos como agentes desse processo, enquanto processo material nas formações ideológicas específicas. Não existe um todo unificado dessas formações ideológicas: elas são atravessadas pela contradição de classe, precisamente aquilo que exclui a possibilidade de que elas possam ser concebidas como interiorizáveis por um sujeito que as unificaria na sua extensão ou sob sua compreensão. Em suma, toda noção de "sujeito da ciência" ou de "sujeito do conhecimento" deve ser considerada como sendo

um efeito ideológico particular (suscetível de tomar diversas formas históricas), resultando de um desdobramento da forma-sujeito.

Se agora voltamo-nos para a psicanálise, encontramos-nos ante uma formulação que o próprio Lacan reconhece que pode passar por um paradoxo, formulação que enuncia que o sujeito sobre o qual opera-se em psicanálise só pode ser o "sujeito da ciência".³⁴ Lacan precisa insistindo sobre a importância "de se ressaltar primeiro — e como um fato a distinguir da questão de saber se a psicanálise é uma ciência (se seu campo é científico) — o fato, precisamente, de que sua práxis não implica outro sujeito senão o sujeito da ciência".³⁵ Deixo momentaneamente de lado aquilo que justifica essas formulações, para lembrar que o sujeito da ciência de que se trata aqui é aquele cuja emergência Lacan situa no procedimento cartesiano e mais especificamente no momento do *cogito*. Lacan observa que esse procedimento "na sua origem e no seu fim não vai essencialmente em direção da ciência mas em direção da sua própria certeza".³⁶ Conseqüentemente, "ele está no princípio de alguma coisa que não é a ciência no sentido em que, desde Platão e antes, ela foi objeto de reflexão dos filósofos da ciência mas *A* ciência — com ênfase sobre este *A* e não sobre a palavra ciência —; *A* ciência, aquela na qual estamos presos, que forma o contexto da ação de nós todos no tempo em que vivemos, e da qual não pode escapar o próprio psicanalista, porque ela faz parte de suas condições, é *A* ciência, esta aí".³⁷

Não há portanto, mais, motivo para dúvidas: o sujeito sobre o qual operamos na psicanálise seria o sujeito que supõe a ciência moderna, o sujeito da certeza cartesiana revisável no seu fundamento. O fato de Lacan ter se arriscado a formulá-lo, apesar de todas as acusações de idealismo que uma tal afirmação não poderia deixar de suscitar, merece que nos detenhamos, sobretudo, porque dissemos em outro momento que toda noção de "sujeito da ciência" deveria ser tomada como efeito ideológico resultante de um desdobramento da forma-sujeito de toda ideologia.

As múltiplas referências de Lacan ao "sujeito da civilização científica" na medida em que esse sujeito seria, à exclusão de

qualquer outro, aquele que interessa à psicanálise, podem ser entendidas de duas maneiras distintas. De uma parte, a citação a que me referi acima indica bem que não temos a escolha das noções, da matéria-prima; que essas noções, especialmente aquela de *ciência*, fazem parte da realidade "no tempo em que vivemos". É também o que traduz a afirmação de Althusser: "A ideologia não tem exterior". Em particular, as formações ideológicas em que são representadas as posições da classe operária não são o exterior das ideologias dominantes: elas se desenvolvem no seu interior investindo as posições materialistas que aí se representam numa relação de constituição/contradição já mencionada.³⁸ A partir daí poderíamos ser levados a dizer que esse "sujeito da civilização científica" que diz especificamente respeito à psicanálise não é nada mais do que o sujeito constituído na relação particular do processo de produção do conhecimento com o processo de produção econômica, sob a determinação das relações de produção capitalista. Seria então, especificamente, o sujeito do desdobramento, revisado no seu funcionamento, restituindo sua ordem de determinação material e histórica.

É preciso aqui tomar cuidado para não se deixar levar pelas palavras, precipitando-se sobre essa conclusão que pode não ter nenhum outro efeito além de operar uma nova exclusão da questão do ser. Não cheguei aqui a levar tão longe a articulação do materialismo histórico e da psicanálise para fazer aparecer melhor em que ela tropeça. O que escapa radicalmente do paralelo que acaba de ser desenvolvido é que o inconsciente freudiano é correlativo da dependência do sujeito diante da ordem da linguagem.³⁹ Aqui que é preciso situar o sentido profundo da irrupção da lingüística no campo da complementaridade. Mesmo se não há limites para todas as tentativas de reconstituição desse campo, a posição do *conceito* de língua, *nos seus princípios*, só é compatível com a sua subversão. Também é fundamental não tentar operar essa reconstituição contentando-se em substituir o psicológico pelo inconsciente, e o social pelo ideológico. Com efeito, uma vez rejeitada toda assimilação das ideologias por sistemas de

idéias ou de representações mentais (socialmente determinadas ou não), é ainda possível sugerir que a ideologia é da linguagem.⁴⁰

Já mencionei que o formalismo encontra aqui matéria para se estabelecer. Mas isso é afinal secundário. Em compensação, que da ideologia como linguagem, ao inconsciente como linguagem (eu digo *linguagem* e não *língua*), possamos fechar o círculo, isso, sim, é que constitui realmente um problema. Essa questão choca-se com o que Lacan lembra, depois de Marx, depois de Lenine, sobretudo, a saber, que a linguagem não é pura e simplesmente uma superestrutura. É também o que lembra, por exemplo, Elizabeth Roudinesco:

*... a linguagem é irreduzível à ideologia, e assim a relação do sujeito com a linguagem não se superpõe à do sujeito com a ideologia. Entre o sujeito da linguagem e o sujeito do assujeitamento ideológico está em ação uma defasagem que confirma que a linguagem não pertence ao domínio da superestrutura.*⁴¹

Talvez não seja necessário chegar a formular de um modo tão decisivo que a linguagem não pertence ao domínio da superestrutura. O que entendemos por linguagem, de um modo muito geral, tem certamente alguma coisa a ver com as superestruturas. Desse modo, a formação de uma "língua nacional"⁴² é um processo histórico no qual a dimensão do político não é secundária. Mas acho-nos aqui num terreno escorregadio, pois nós não sabemos o que é a linguagem, cientificamente falando. Não há conceito de linguagem em que, se preferirmos, a linguagem, não seja por si só objeto de alguma ciência constituída, em que seja apenas matéria-prima. A relação da linguagem com as superestruturas só pode ser pensada cientificamente a partir da lingüística em primeiro lugar, a partir da posição do conceito de língua. De lá, pode-se demonstrar de maneira concreta, precisa, que uma revolução que tem como conseqüência a valorização das novas relações de produção não implica *ipso facto* o nascimento de um

esperanto qualquer.⁴³ Em outros termos a lingüística *demonstra* que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação. É precisamente nesse sentido que, nas condições políticas, ideológicas e científicas atuais, o conceito de *língua* pode representar os princípios de uma apropriação científica.

Há, portanto, como diz Roudinesco, uma defasagem. Mas isso é suficiente para justificar uma distinção entre um "sujeito da linguagem" e um "sujeito do assujeitamento ideológico", para sugerir, como o faz Raymond, que o materialismo dialético deve pensar uma "teoria do sujeito múltiplo"?⁴⁴

Falar do "sujeito do inconsciente", do "sujeito da ideologia", do "sujeito da lingüística" pode ser entendido de duas maneiras. Seja fazer da noção de sujeito um conceito, mas não há mais conceito de sujeito do que conceito de linguagem: o objeto da psicanálise enquanto ciência não é o sujeito, é o inconsciente. Falar do "sujeito do inconsciente", do "sujeito da língua", do "sujeito da ideologia", pode ainda ser entendido como quando falamos da "história da luta de classes", na medida em que essa é a única história real sobre a qual se pode agir, excluindo qualquer outra (a ponto de se considerar que as sociedades ditas "sem classes" são também consideradas "sociedades sem história"). Mas então os três sujeitos de que acabamos de falar seriam exclusivos uns dos outros a menos que se reconstitua de uma maneira ou de outra o campo da complementaridade. Situação paradoxal que se deve ao fato de os conceitos de inconsciente, de língua e de ideologia operarem, todos os três (*é claro, não exclusivamente*), sobre a noção de sujeito e também sobre a de linguagem. Isso pode servir de pretexto para se tentar, por esse viés, sua articulação, mesmo que a posição respectiva desses conceitos exclua essa articulação. Reencontramos aqui o que já observamos, isto é, que o materialismo histórico, bem como a psicanálise e a lingüística, não podem contornar a contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, não podem

deixar de se apropriar, no seu próprio desenvolvimento, da questão epistemológica que lhes é específica.

Isso dito, não se deveria concluir, sob o pretexto de que seria um retorno ao antropologismo, que é preciso pura e simplesmente evacuar o sujeito, como uma simples ilusão. A questão do sujeito é tão pertinente quanto a da linguagem. É porque a questão da linguagem foi levada a sério, recusando sua redução pura e simples a uma realidade psicológica, social ou outra, que a lingüística marcou uma passagem para o materialismo no campo da complementaridade. Esse campo é o das ideologias teóricas dominantes sob o qual operam, numa relação de constituição/contradição, as práticas científicas próprias à psicanálise, à lingüística e ao materialismo histórico. É essa relação de constituição/contradição que se encontra marcada na referência comum da psicanálise, da lingüística e da teoria das ideologias às noções de sujeito e de linguagem. Nessas condições, o que cada uma dessas posições científicas pode demonstrar, no que diz respeito ao real que se mostra, através dessas noções, na sua historicidade e sua materialidade, não poderia ser indiferente às outras. Disso depende que a questão lingüística seja formulada fora da referência ao campo da complementaridade. Disso depende também a formulação adequada da questão do papel da linguagem no processo de produção e apropriação do conhecimento, considerando o desdobramento da forma-sujeito não apenas na perspectiva da relação do processo de produção-reprodução do conhecimento com processo de produção especificamente econômico, mas também na sua relação com a linguagem.

NOTAS

¹ *Cours de linguistique générale*, pp. 27-30.

² O outro pólo psicologia ou sociologia está sempre representado: postulado de base abrangendo as limitações humanas no domínio da comunicação para Harris e o papel dos sistemas de crenças e de conhecimentos em Chomsky.

³ J. Lacan, *Écrits*, p. 496.

⁴ R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, pp. 43-67.

⁵ *Ibid.*, pp. 47-8.

⁶ Cf. a menção acima, p.36. Encontramos o mesmo tema desenvolvido na seguinte passagem: "... de níveis em níveis, as estruturas construídas não são de modo algum criações *ex nihilo* porque elas não são obras de um sujeito individual nas suas decisões livres ou arbitrárias; elas são determinadas pelas atividades de um sujeito epistêmico, isto é, pelo núcleo funcional comum a todos os sujeitos individuais. Essas atividades consistem em coordenações gerais da ação (engavetamento, e ordem etc...), o que significa que elas são subordinadas a um funcionamento tão permanente e tão resistente que pode ser o funcionamento vital nas suas características mais gerais" (*ibid.*, p. 577).

Acrescento, todavia, que no campo da complementaridade o sujeito piagetiano caracteriza-se pela insistência sobre o pólo psicológico em detrimento do pólo social. O que Piaget procura construir é exatamente um sujeito universal, independente das variações sociais ou históricas. Isso não significa que esse sujeito universal não tenha uma história, mas essa história é a história de um "sujeito do conhecimento" que resulta de uma relação dialética entre o ser vivo, composto de "aparelhos" que determinam — *do interior* (causalidade estrutural) — sua relação com o meio físico externo, composto de "fenômenos" (causalidade externa), através da transformação do meio pelo ser vivo (Cf., por exemplo, a gênese das estruturas lógico-matemáticas).

Essa especificidade do sujeito piagetiano deveria matizar o que afirmo por outro lado, a saber, que o sujeito piagetiano é, nas suas grandes linhas, representativo do sujeito do campo da complementaridade. Acrescentaria enfim que a dimensão individual do sujeito é bem identificada por Piaget com a afetividade, sobretudo pelo viés da distinção entre "inconsciente afetivo" e "inconsciente cognitivo" tal como esta é formulada quando Piaget afirma: "Sim, a afetividade ou suas privações podem ser causa de aceleração ou retardo no desenvolvimento cognitivo e Spitz já o demonstrou em suas célebres análises. Mas isso não significa que a afetividade engendre, nem mesmo modifique, as estruturas cognitivas, cuja necessidade permanece intrínseca. De fato, os mecanismos cognitivos ou afetivos permanecem sempre indissociáveis ainda que distintos, e isso é óbvio uma vez que uns decorrem de uma energética e os outros, de estruturas (Piaget: "Inconsciente afetivo e

inconsciente cognitivo" in *Problèmes de psychologie génétique*, p. 52). A posição de Piaget está em completa contradição com a tese freudiana da subordinação, por princípio, dos processos secundários aos processos primários (Cf. M. Safouan, *De la structure en psychanalyse*, pp. 19-36).

⁷ J. Cl. Milner, op. cit.

⁸ Cf. Milner, op. cit., pp. 32 e ss.

⁹ Cf., por exemplo, os trabalhos de Labov.

¹⁰ Existe atualmente uma corrente como essa na pesquisa literária.

¹¹ "... Considerando a sucessão histórica das invenções e das demarcações metodológicas, assiste-se efetivamente a um processo geral de evolução orientado no sentido da interiorização com relação a um sujeito." J. Piaget, op. cit., p. 562.

¹² Claude Bernard, *Introduction à la médecine expérimentale*, I, 1-3, citado por D. Leeman, "Distributionnalisme et structuralisme", p. 26.

¹³ Cf. A. Culioli, "La formalisation en linguistique".

¹⁴ N. Chomsky, "Réponses au questionnaire de la R.T.B.", p. 158.

¹⁵ N. Chomsky, "La forme et le sens dans le langage naturel", p. 134.

¹⁶ Trata-se verdadeiramente de um saber ou mais exatamente de um "saber fazer" concebido como um simples saber? Levantar essa questão é voltar à questão que acaba de ser suspensa.

¹⁷ Sempre na linha da nossa questão, comentemos, de passagem, que o inconsciente freudiano não está para além da consciência.

¹⁸ P. Raymond, *Le passage au matérialisme*, pp. 53-4.

¹⁹ *Matérialisme et empirio criticisme*.

²⁰ K. Marx, *Le capital*, livro I, tomo I, p. 24 (citado por D. Lecourt, *Sur l'archéologie du savoir*, p. 132).

²¹ Cf. Michel Pêcheux, *Les vérités de La Palice*, 4ª parte.

²² J. Lacan, "La topique de l'imaginaire"; *Le Séminaire*, livro I, pp. 87-103.

²³ S. Freud, *L'interprétation des rêves*, pp. 455-6.

²⁴ P. Raymond, op. cit., p. 51.

²⁵ Tomemos novamente cuidado para não cairmos na armadilha da oposição "ciência burguesa"/"ciência proletária". *O capital* não substitui a economia política burguesa; ele extrai dela as posições materialistas; essa extração não se faz nos moldes de uma eliminação de uma gangue. Ela supõe a produção de novos

conhecimentos a partir de posições de classes distintas daquelas que estão representadas na economia política de Ricardo, por exemplo. Esse processo é claramente descrito por Louis Althusser: "De todo modo, e sem antecipar sobre os estudos que devem ser feitos para compreender a dialética *contraditória* da formação de Marx e da elaboração de sua obra, ocorre o seguinte: a ciência marxista da história não tem, de acordo com o esquema *racionalista* clássico, progredido em linha reta, sem dificuldades nem conflitos internos, e de moto próprio, a partir do 'ponto de não-retorno' do 'corte epistemológico'. Há realmente um 'ponto de não-retorno', mas, para não voltar atrás, é preciso avançar, e para avançar, quantas dificuldades e lutas! Pois se é verdade que Marx teve que passar sobre posições teóricas de classes proletárias para fundar a ciência da história, ele não passou nem de repente, nem de uma só vez, nem para sempre. Seria preciso *elaborar* essas posições conquistando-as sobre e contra o adversário. A batalha filosófica desencadeada continuou, portanto, no próprio Marx, na sua obra: em torno dos princípios e sob as espécies dos conceitos da nova ciência revolucionária, que era um dos investimentos. A ciência marxista só conquistou seu terreno pouco a pouco, na luta teórica (luta de classes na teoria), em relação estreita e constante com a simples luta de classes. Essa luta durou toda a vida de Marx, continuou depois dele, no movimento operário, onde perdura até hoje: luta sem fim" (*Resposta a John Lewis*, p. 59).

²⁶ Em relação direta com as formas específicas da divisão e da qualificação da força de trabalho, sob a determinação dominante das relações de produção capitalistas.

²⁷ É claro que podemos agir sobre a metodologia, mas é sempre, afinal de contas, para tornar uma prática adequada ao que determina, previamente, a evidência da verdade e da objetividade científicas numa certa conjuntura.

²⁸ O que não significa que nas transformações ideológicas que decorrem de ideologias práticas (morais, políticas) só encontremos formas-sujeitos simples, mas a categoria de sujeito (simples) é a categoria constitutiva das ideologias práticas.

²⁹ Sobre todos esses pontos, ver B. Groethuysen, *Origine de l'esprit bourgeois en France*; L. Althusser, "Idéologies et appareils idéologiques d'Etat"; B. Edelman, *Le droit saisi par la photographie (éléments pour une théorie marxiste du droit)*. É a origem jurídica dessa noção de sujeito que Duerot reencontra com a idéia de língua como instituição jurídica, seu rigor obrigando-o, sobre o terreno crítico em que se colocou, a remontar das ideologias teóricas às ideologias que lhes atribuem suas formas.

³⁰ Ainda que a individualidade do corpo orgânico tenha se tornado, com relação à filiação genética, e às múltiplas relações orgânicas do corpo com o seu meio, quase tão problemática quanto a do sujeito.

³¹ Cf., um pouco mais adiante, cap. II e M. Pêcheux, *Les vérités de La Palice* (4ª parte). Esclareço imediatamente que essa forma-sujeito "sujeito coletivo" não é só representada nas formações ideológicas consideradas. Ela aparece também nas formações ideológicas práticas burguesas, mas ela é a forma específica da categoria de sujeito constitutiva das formações ideológicas políticas da classe operária.

³² Cf. M. Pêcheux; Cl. Haroche; P. Henry; J. P. Porton, *Un exemple d'ambiguïté idéologique: le rapport Monsholt*.

³³ "Ele (Piaget) não nos traz nada sobre a criança, pouco sobre seu desenvolvimento, pois falta aí o essencial, e a lógica que ela demonstra — quer dizer, a criança de Piaget —, na sua resposta aos enunciados que em série constituem a prova, é uma lógica que nada mais é do que aquela que presidiu a enunciação deles com fins de prova, isto é, a lógica do homem da ciência em que o lógico, não nego, na oportunidade recobra o seu valor."

³⁴ Lacan, *Écrits*, p. 858.

³⁵ *Ibid.*, p. 863.

³⁶ Lacan, *Le Séminaire*, livro XI, pp. 209-10.

³⁷ *Ibid.* Lembro que essa referência a Descartes está de acordo com uma revisão do fundamento do sujeito cartesiano, revisão que se anuncia com Freud a partir do fato de que no sonho, no sintoma, no *lapsus*, nos sem-pares de uma conduta aflora um pensamento cuja articulação é fugidia (é um outro que pensa no meu sonho pois não posso compreendê-lo; é *minha* língua que bifurca quando digo *Pierre* mas queria dizer *Paul* etc...). Um pensamento está portanto presente sem ter que ser pensado, um pensamento tão certo quanto dois e dois são quatro — pensamento cujo fundamento sendo um "fato" escapa-me do mesmo jeito — age mesmo no sentido do engano. O sujeito cartesiano é o sujeito de uma certeza, da evidência da realidade atual do meu pensamento. O sujeito de Freud é também o sujeito de uma certeza, o da evidência de um pensamento que ao mesmo tempo que o assujeita parece-lhe habitar fora dele. Mas para que Descartes possa fazer desse sujeito uma certeza, um sujeito da ciência, é preciso a garantia de um Deus nada enganador sobre o qual repousa todo o peso da verdade, especialmente das "verdades eternas" como dois e dois são quatro, na medida em que essas verdades são assim porque Deus assim o quer. Ao entregar assim a verdade nas mãos de Deus, Descartes funda o sujeito da ciência moderna — e o do formalismo — pois a partir daí "poderemos começar a brincar com as pequenas letras da álgebra que transformam a geometria em análise — a porta está aberta para a teoria dos conjuntos — podemos tudo nos permitir como hipótese de verdade" (*Ibid.*, p. 37). A verdade é apenas uma questão de adequação das hipóteses a uma verdade estabelecida anteriormente pela vontade de Deus: nos seus princípios a certeza é fundada antes de todo pensamento. A esse ponto de vista o inconsciente freudiano contrapõe que Isso pensa antes que o sujeito entre na certeza e que é da realidade desse pensamento que escapa, que pode advir a certeza do sujeito quando no seu ser.

³⁸ Que deve, em particular, retomar as rupturas operadas na constituição das formações ideológicas burguesas em desenvolvimento com relação às ideologias dominantes do feudalismo.

³⁹ Cf. *Scilicet*, 2/3, "Le clivage du sujet et son indetermination".

⁴⁰ Cf. J. -P. Faye, *Théorie du récit e Langages totalitaires*.

⁴¹ Elisabeth Roudinesco, *Un discours au réel*, p. 53.

⁴² Cf. R. Balibar e D. Laporte, *Le français national*.

⁴³ Cf. Lacan, *Écrits*, p. 496.

⁴⁴ "Não é um indivíduo que manipula sons ou grafos ou seus traços, mas um sujeito múltiplo, sujeito lingüístico, sujeito desejanter, sujeito de sistema de valores, talvez filosófico, que age; o fato de que o sujeito seja posto em cena, efeito de linguagem, dos desejos ou dos valores, ilusão, não impede em nada sua funcionalidade..." (Raymond, *op. cit.*, p. 52). Essa tomada de posição deve ser compreendida como reação contra um formalismo empirista e racionalista no qual o materialismo durante um tempo, e talvez ainda hoje, pensou encontrar refúgio. Formular o sujeito como ilusão, passando sob silêncio a materialidade histórica desta (ou destas) "ilusão(ões)", é ficar aquém do que supõe uma tomada efetiva da questão do sujeito do ponto de vista do marxismo-leninismo hoje.

CAPÍTULO II

O SUJEITO E O SIGNIFICANTE

Para situar o sujeito com relação ao significante é preciso retomar os elementos teóricos que dizem respeito à linguagem, à fala, ao discurso — através do que a prática analítica permite vivenciar. Esse é um dos aspectos essenciais do trabalho realizado por Lacan, ainda que esses elementos teóricos tenham sido de algum modo "pressupostos" por Freud. Sua formulação efetuou-se sob a égide de uma referência constante à lingüística, a Saussure principalmente, e a Jakobson. Essa referência foi pretexto de múltiplas controvérsias: da parte dos psicanalistas, considerando que ela conduz ao privilégio da dimensão do que Freud chama de *representação* em detrimento das dimensões do *afeto* ou das *pulsões*; e da parte dos lingüistas, que não reconhecem aí as suas criações. É que o empreendimento lacaniano responde tanto a uma questão teórica quanto a uma urgência prática: a de reencontrar o caminho em que Freud foi conduzido pela histórica, ao deixá-la falar segundo seu desejo. Esse caminho fez da análise uma *experiência de discurso*. Os elementos teóricos que nos interessam aqui encontram sua necessidade, senão seu *apoio*, mais nos desenvolvimentos da teoria do inconsciente do que na própria lingüística. Na análise lidamos com o sujeito enquanto falante e

desejante. Aparentemente, a fala não supõe necessariamente a linguagem na medida em que ela inclui o silêncio, na medida também em que a fala é manifesta no cachorro, pelo menos nas suas relações com o homem, por todos os tipos de mímicas que não estão exclusivamente centradas sobre a necessidade,¹ na medida ainda em que a criança tem a palavra bem antes... de falar. Trata-se, como dizemos, de uma "fala não-verbal", que tem seu lugar na análise, mesmo se esse lugar parece deliberadamente restrito na prática padrão da cura, pelo uso do famoso divã. As condições materiais em que se pratica geralmente a análise parecem portanto favorecer com insistência a "fala verbal" em detrimento da "fala não-verbal". Todavia, não é necessário apressar-se para chegar a essa conclusão, pois Freud pressentiu, rapidamente, que por mais verbal que ela seja, a fala verbal pode ser apenas fala ou ter primeiro que ser entendida como tal.

Tomemos a interpretação dos sonhos, "via real da análise", diz Freud. O que o analisando fornece primeiro é uma descrição do sonho, semelhante ao relato de um acontecimento de que ele seria testemunha. Trata-se aí de uma palavra verbal que nós temos um pouco rapidamente a tendência a assimilar a um "texto", que seria não-escrito. Deixo de lado o fato de que o analisando fornece também associações sem as quais não há interpretação possível, o fato também de que não se interpreta um sonho isoladamente, mas em relação com outros sonhos ou outras coisas que foram ditas.² Deixo também a questão de saber se a interpretação do analista, qualquer que seja ela, deve ou não ser comunicada ao analisando e sob que forma. Examinemos em que consiste a interpretação do sonho tal como foi iniciada por Freud. Ela visa primeiro depreender desse "texto" (o conteúdo manifesto) um outro "texto" (os pensamentos latentes). Trata-se de uma operação que Freud compara à decifração de um enigma, a uma tradução de uma língua para outra (a dos conteúdos para a dos pensamentos latentes). Outras comparações foram sugeridas, principalmente aquela que assimila a interpretação ao restabelecimento de um texto "censurado" pela censura; o censor não tendo se contentado em apagar certas partes do texto, para embaralhar mais as pistas, teria

substituído algumas palavras por outras ou por algumas frases. Essa última maneira de encarar a interpretação enquadra-se bem na redução do relato do sonho ao seu texto, pois esse relato e os pensamentos latentes que o subtendem se dão na mesma língua. O estatuto do sonho propriamente dito, sua relação com o seu relato e com os pensamentos latentes permanecem bastante imprecisos. Falei de descrição comparável ao relato de um acontecimento que o analisando teria testemunhado. Não se trata de um acontecimento como outro qualquer; aquele que sonha sabe perfeitamente que se trata de *seu* sonho e não de um acontecimento puramente externo a ele mesmo. Freud insiste sobre isso: fora de episódios delirantes, aquele que sonha sabe que sonha mesmo quando sonha. Além do mais, ele reconhece no sonho um já visto, já escutado, já pensado, já dito por *ele*, pelo menos em parte. Freud insiste também sobre esse ponto: o processo do sonho não cria nada, opera sobre uma matéria-prima preexistente, que ele transforma. A esse respeito o que diz Freud dos sonhos em que aparecem discursos ou cálculos é particularmente esclarecedor:

O trabalho do sonho não é um cálculo certo ou errado; ele se contenta em empregar números que aparecem no pensamento do sonho e podem servir de alusão a elementos não representáveis; emprega-os sob a forma de um cálculo. Ele utiliza para seus fins os números da mesma maneira que todos os outros elementos: imagens, imagens verbais, palavras, nomes ou discursos. Pois o trabalho do sonho não saberia tampouco criar discursos. Na medida em que discursos e respostas aparecem nos sonhos, que eles sejam sensatos ou insensatos, a análise mostra, a cada vez, que o sonho só faz reproduzir fragmentos de discursos realmente realizados ou escutados que ele toma emprestado aos pensamentos empregando-os ao seu modo. Não apenas ele os extraiu do

seu contexto e quebrou-os, tomando um fragmento, desprezando outro, mas ainda fez novas sínteses, de modo que os discursos do sonho que parecem inicialmente coerentes, dividem-se, na análise, em três ou quatro pedaços. Nesse novo emprego, o sentido que as palavras tinham no pensamento do sonho é frequentemente abandonado: a palavra recebe nele um sentido inteiramente novo.³

Por essa passagem, vê-se que são os pensamentos latentes do sonho que fornecem os "materiais" do sonho. Uma vez depreendidos, esses pensamentos latentes podem ser reconhecidos, por aquele que sonhou, como aspiração, voto, temor, lembrança que já foram conscientes. Pode também ocorrer que se trate de aspiração, voto, temor etc., que nunca puderam ser reconhecidos como seus por aquele que sonha e pertencem ao registro do que Freud chama o pré-consciente. De um modo mais geral Freud diz explicitamente que no momento do sonho os pensamentos latentes do sonho são pré-conscientes e que só podem tornar-se conscientes mascarados no sonho, alucinados. A questão que se configura então é, evidentemente, a de saber por que se passa assim, por que os pensamentos latentes não aparecem claramente no sonho. Na *Interpretação dos sonhos* Freud dá a essa questão dois tipos de respostas que, se não são contraditórias, são contudo de duas ordens totalmente distintas.

O primeiro tipo de resposta apresentada é que o mascaramento por que passam os pensamentos latentes na elaboração do sonho é devido às propriedades da "língua dos conteúdos" do sonho, a qual, comparada com a língua dos pensamentos do sonho, apresentaria um "defeito de expressão", segundo os próprios termos de Freud. Esse "defeito de expressão" é caracterizado por Freud por uma analogia em que compara a situação da língua dos conteúdos do sonho com a dos pensamentos do sonho, a das artes plásticas, pintura e escultura, e a da poesia:

Esse defeito de expressão está ligado à natureza do material psíquico de que o sonho dispõe. As artes plásticas, pintura e escultura, comparadas com a poesia, que pode se servir da palavra, encontram-se numa situação análoga: lá também o defeito de expressão é devido à natureza da matéria utilizada por essas duas artes, no seu esforço de exprimir alguma coisa.⁴

Especificamente, os pensamentos do sonho "revelam-se de ordinário como um complexo de pensamentos e de lembranças construídos de uma maneira muito complicada e apresentando todas as propriedades das seqüências de idéias que nós conhecemos durante a vigília".⁵ A formulação desse complexo de idéias supõe conjunções, os "quando", "porque", "do mesmo modo que" etc., que o sonho não tem nenhum meio de representar como tais e que ele só pode dar conta recorrendo a artifícios (sucessões no desenrolar do sonho para as reações causais, justaposições para a alternativa, aproximação ou fusão em unidade com a semelhança, o acordo, o contato tanto para a contradição como para a oposição etc.). Não importa que se encontre aqui uma concepção muito tradicional do que é uma língua, concepção em que aflora um certo logicismo e que faz da língua uma ferramenta para a expressão de um pensamento que existe independentemente dela. Isso não reduz em nada o fato de que as indicações dadas por Freud podem conduzir à interpretação, mas não é aí que tocamos no essencial da descoberta freudiana: é no outro tipo de resposta dada por Freud para explicar o mascaramento dos pensamentos latentes.

Esse segundo tipo de resposta procede de um princípio totalmente distinto daquele que se assenta nas hipóteses que dizem respeito às condições de acesso à consciência dos pensamentos durante o sono. Esse segundo princípio aborda o mascaramento dos pensamentos latentes sob um ângulo diferente daquele que aparenta. Se o sonho é realmente um estado transitório entre o sono e a vigília, se ele tende a prolongar o estado de sono contra

uma tendência ao despertar, isso não é suficiente para explicar por que há o sonho, nem o que ele produz. Sobretudo, isso não explica aquilo que Freud desde muito cedo identificou, a saber, a relação entre o sonho, uma conduta ímpar, o lapso, o chiste e a neurose, ou melhor, as neuroses e psicoses (cf., por exemplo, as considerações sobre o futuro das "representações de palavras" na esquizofrenia estudada em *A metapsicologia*). Tocamos aqui realmente na dimensão do inconsciente freudiano. Freud é um irredutível defensor da unidade do que chamamos de a atividade psíquica; ele se opõe a toda idéia de uma dualidade de essência ou de natureza entre inconsciente e consciente: ele propõe sua relação como uma relação material. Também, se os processos que dependem propriamente do inconsciente só parecem acessíveis nos estados tais como aqueles que enumerei sucintamente (através daquilo que Lacan chama de um efeito da *ponta do desejo*), ocorre que eles subjazem a toda atividade psíquica, que todo pensamento é primeiro inconsciente antes de ser consciente, ou melhor, que o que chamamos de pensamento é um substituto do desejo alucinatório que nele se realiza⁶ para desconhecimento daquele que se concebe mestre do *seu pensamento*. Tal é o sentido da descoberta freudiana na medida em que ela rompe com toda idéia anterior de inconsciente. Para voltar ao mascaramento dos pensamentos latentes no sonho, a segunda resposta de Freud é, sabemos, que todo sonho é a realização de um desejo. Lembro que isso não é óbvio, pelo menos pelo fato de haver sonhos de lembranças traumáticas, os pesadelos. Além do mais, o que pode significar aqui "realização"? Entre as necessidades cuja marca podemos encontrar nos pensamentos latentes, Freud menciona a sede, a fome, a necessidade sexual vivida durante o sono, no próprio momento do sonho. Mas o sonho não estanca a sede, não sacia, não satisfaz propriamente nenhuma necessidade somática identificável do ponto de vista fisiológico. São essas e outras objeções que nos obrigam a pensar que o desejo que se realiza no sonho é de uma outra ordem, diversa daquela que podem eventualmente exprimir os pensamentos latentes que estão representados no sonho. O que se impõe para Freud é que:

...os impulsos do desejo, restos da vida consciente da véspera (são) de importância secundária para a formação do sonho. Eles não contribuem mais para o seu conteúdo do que as sensações ativas durante o sono⁷

e que: "... o desejo consciente não suscita o sonho a não ser quando ele é capaz de acordar um outro desejo, inconsciente e do mesmo teor pelo qual ele se vê fortificado".⁸

São esses desejos inconscientes que se realizam no sonho, entendendo essa realização no sentido material e não no sentido de uma realização imaginária, figurada, do que justamente não se realiza, o acontecimento que o sonho parece descrever. A existência no homem de tais desejos inconscientes foi relacionada, tanto por Freud como por Lacan, à falta de coordenação motora do animal humano ao nascer, ao seu estado de pré-maturação no nascimento. Os desejos inconscientes cuja singularidade Freud, pouco a pouco, depreendeu têm isso de particular: eles são indestrutíveis, por assim dizer imortais; Freud escreve:

Eles (os desejos inconscientes) partilham com todos os outros atos psíquicos verdadeiramente inconscientes esse caráter de serem indestrutíveis, isto é, de só pertencerem ao sistema inconsciente. Esses atos constituem vias trilhadas para sempre, sempre atuantes e que acarretam a excitação inconsciente cada vez que ela os reinveste.(...) Os fenômenos que dependem do sistema pré-consciente são destrutíveis num sentido totalmente diverso. É sobre essa diferença que repousa a psicoterapia das neuroses.⁹

Dizer que os desejos são inconscientes não significa apenas que eles não têm o atributo da consciência (desse ponto de vista, outros desejos são inconscientes, os desejos pré-conscientes que, por

exemplo, só têm acesso à consciência pela interpretação do sonho), mas precisamente que eles são indestrutíveis e, conseqüentemente, não poderiam ser saciados como o pode ser uma necessidade fisiológica:

A pulsão (Trieb) recalcada não deixa nunca de pedir sua completa satisfação, que consistiria na repetição de uma satisfação primária; todas as formações substitutivas e reativas, todas as sublimações são impotentes para pôr um ponto final no estado de tensão permanente, e a diferença entre a satisfação obtida e a satisfação procurada constitui a força motriz, esse aguilhão que impede o organismo de se contentar com uma satisfação dada, qualquer que seja ela, mas, para empregar a expressão do poeta, "que o empurra sem descanso, para frente, sempre para frente" (Fausto, I).¹⁰

Indestrutível ou imortal, isso não significa outra coisa além de infantil ("o desejo representado no sonho é necessariamente infantil"), isto é, constitutivo do psiquismo humano como tal. É o que indica a idéia de repetição de uma satisfação primária. O desejo inconsciente é um certo real que se repete não apenas no sonho ou no sintoma, em tudo aquilo que traz a marca patente de *ponta do desejo*, mas ainda através de todas as variações do imaginário, todos os remanejamentos do eu (*moi*) e das identificações, isto é, através de tudo o que se pode chamar de atividade individual. Mesmo que esse real não seja legível diretamente, que essa repetição não apareça imediatamente sob a diversidade (real) dessa atividade, nada altera o fato de que toda análise demonstra a realidade. Ao mesmo tempo, a indestrutibilidade e o caráter infantil dos desejos inconscientes põem a questão do seu objeto. Só se pode conceber o desejo inconsciente, no modelo de um desejo de objeto, se e somente se esse objeto é dado como fundamentalmente

perdido. Isso cria evidentemente um problema quanto à materialidade desse objeto. Por outro lado, se a esse nível o objeto está a ponto de desaparecer, isso indica que estamos tocando na questão do sujeito.

É aqui que a referência à lingüística toma sentido. A lingüística demonstra que no discurso ou na fala alguma coisa se repete materialmente. Essa alguma coisa não são palavras enquanto realidades fônicas ou gráficas, as quais, ainda que não sejam quaisquer, não determinam o que se repete materialmente. (Não podemos deduzir a fonologia da fonética, a gramática da análise empírica das distribuições de superfície — é preciso pelo menos um modelo de distribuição e... um informante, eventualmente o próprio lingüista, que se põe então na posição de ocupar o lugar do "sujeito da ciência".) O que se repete não são, tampouco, significações que, por serem tomadas ora por literais, ora por figuradas, não parecem mais do que evanescentes. O que se repete, sabe-se desde Saussure, são diferenças, isto é, relações, o que Saussure nomeia por *significante*. Apenas as diferenças ou relações podem se repetir *ne varietur*, mas não as substâncias ou as formas; ainda que essa repetição, essa volta do mesmo, só se realize pelo viés de substâncias e formas. O fato de os foneticistas não terem às vezes outra preocupação além de demonstrar a realidade fonética do fonema, sua intenção declarada não tira em nada o interesse científico do seu trabalho, mas não modifica em nada também o fato de que o que eles sistematizam como realizações fonéticas dos fonemas não tem nada a ver com o seu valor.¹¹

O conceito de *língua* não tem outra função além de permitir que se pense o registro da materialidade do que se repete realmente no discurso ou na fala enquanto fala verbal ou discurso verbal (ou gráfico) para além de todas as variações de forma ou de substância. O desejo inconsciente implica também uma repetição, uma volta do mesmo sob as diferenças. É isso o real do desejo inconsciente e nada mais. Todavia, é preciso situar essa repetição no nível em que a distinção entre fala verbal e fala não-verbal perde todo sentido mesmo se, na prática analítica, é na fala verbal que ela

é identificada, mesmo se a prática da análise é apenas uma experiência de discurso. Se é assim, é porque tudo isso está ligado à questão da finalidade da análise, que é a de conduzir a um reconhecimento (que só pode ser parcial: a análise não tem fim) do desejo inconsciente através de repetições que ele impõe, sob uma forma em que ele possa ser assumido, enquanto referível a um *eu* (*je*): "eu apenas fui isto para tornar-me o que *eu* (*je*) posso ser".¹² Isso supõe a fala verbal e explica o lugar privilegiado que lhe é dado na análise.

O desejo inconsciente realiza-se no sonho, mas, precisamente, ele não é reconhecido sob a modalidade que acabo de indicar. Aquele que sonha toma-se ao mesmo tempo por "autor" do seu sonho e como testemunha desse sonho como se se tratasse de um acontecimento a que ele teria assistido (e eventualmente participado). Entre essas duas posições há uma espécie de corte que contribui para o freqüente estranhamento inquietante do sonho, para a angústia que ele pode suscitar. É apenas na relação com seus pensamentos latentes que podemos reconhecer a marca do desejo inconsciente: é nessa relação que ele se realiza e é essa relação que se repete e não o sonho ou seus pensamentos latentes. Nesse nível, não mais do que no nível do significante saussuriano, a distinção do verbal e do não-verbal não tem sentido: é o nível do significante, aquele que Lacan chama de o *simbólico*. O simbólico não é a linguagem. Seria preciso dizer sobretudo que a linguagem é simbólico realizado, com a condição de concebê-lo simplesmente como um certo registro de materialidade em que se podem inscrever, materialmente, as relações de significante com significante e não sob a modalidade do verbal e do não-verbal. É preciso acrescentar que, se a linguagem é do simbólico realizado em formas e substâncias, estas não têm nada a ver com a identidade simbólica dos significantes.

Já chamei a atenção diversas vezes para as dificuldades que levanta todo recurso à noção de linguagem. Mas dificilmente saberíamos passar sem ela, o que nos obriga a dizer claramente que não podemos escapar completamente das suas dificuldades. A noção

de linguagem deve ser tomada como matéria-prima e não poderia haver avanço materialista sobre a questão da linguagem que não se constitua de uma ruptura com relação às oposições entre *forma e substância* ou entre *mecanismo e conteúdo* tão caras, nos dois sentidos da palavra, a toda psicologia assim como a toda semântica do sentido literal e do sentido figurado. É na medida em que rompemos com essas oposições que podemos evitar a armadilha do formalismo (denunciado por Raymond como mencionei no capítulo precedente) e do reducionismo. Está aí o sentido de Saussure. Dizer que a linguagem é o simbólico realizado não é reconstituir sob uma nova forma as oposições em questão, do mesmo modo que o conceito saussuriano de língua não a reintroduz pela referência à linguagem ou à fala. A relação entre língua e linguagem em Saussure não é uma simples oposição: é uma relação definida. A língua é a lei da linguagem enquanto linguagem verbal: não é nem forma nem substância, mas um objeto de conhecimento. Definir a relação do simbólico com a noção de linguagem supõe, contudo, uma outra coisa: *o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito*.

A questão da interpretação dos sonhos pode ainda permitir-nos precisar esse ponto. Em um sentido, o sonho contém seus pensamentos latentes (o que é apagado conserva no sonho a marca do seu apagamento). Se assim o consideramos, podemos dizer que sonho é linguagem, exatamente linguagem do desejo inconsciente. Efetivamente, vários discursos nele se misturam (o sonho e seus pensamentos latentes): o sonho é lugar da relação entre esses discursos, o lugar da relação realizada. É, volto a lembrar, nessas relações que se cumpre o desejo inconsciente, que ele se realiza. Ora, essas relações devem ser concebidas enquanto relação de significante a significante passando por cima das relações de significantes a significados. É o sentido da comparação do sonho com um enigma. Ao mesmo tempo, essas relações produzem efeitos de significados próprios, tal como uma metáfora ou uma metonímia: elas significam o desejo inconsciente. Em resumo, o sonho é linguagem na qual, fora da interpretação e da transferência, a fala não é liberada,¹³ está em sofrimento, pois não é ainda fala de

nenhum sujeito. Isso dito, os sonhos não são feitos para ser interpretados do mesmo modo que o real inicialmente só está ali para ser conhecido. Em compensação, a *possibilidade* da interpretação atesta alguma coisa. Ela supõe um trabalho que não é redutível a uma análise lingüística ou correlação estrutural do relato do sonho com ele mesmo, com o relato de outros sonhos ou com outras coisas ditas. Ela não é também redutível a uma combinação de análises estrutural e lingüística a partir do modelo de análise do poema "Les chats" de Baudelaire por Jakobson e Lévi-Strauss. Para dissociar sonhos de pensamentos latentes, é preciso reencontrar a marca do desejo inconsciente, isto é, de um certo real. Não há outro meio de consegui-lo senão dando voz a esse desejo (o que indica bem que é aquele que sonha que realiza a interpretação, o analista devendo, no máximo, acionar as molas do desejo inconsciente através da transferência e, eventualmente, acionar suas próprias associações, e, em certos casos, concluir como pode). O desejo inconsciente opera sobretudo pelo viés das "associações livres", que só são "livres" porque sua determinação é inconsciente e a única que poderia impor as associações pertinentes, por mais absurdas que elas possam parecer àquele para quem elas surgem. Sob essas associações livres, é preciso ver como se dão as relações de significante a significante. O que determina essas relações, o lugar da sua inscrição indestrutível enquanto relações a se realizarem, é exatamente o que na tópica deve-se pensar sob o termo de inconsciente (esse lugar é o que Lacan chama de O Outro com maiúscula). A possibilidade da interpretação dos sonhos atesta a existência do inconsciente. É verdade que todo trabalho da interpretação é apenas um deslocamento no imaginário. Efetivamente, Freud é bastante explícito sobre esse ponto; os pensamentos latentes do sonho são pré-conscientes. Se os pensamentos latentes podem exprimir um voto ou uma aspiração perfeitamente conscientes no estado de vigília, é preciso admitir que, no momento do sonho, eles são pré-conscientes e que é assim que eles se manifestam no sonho. Se eles vêm mascarados no sonho, é, lembro ainda, como efeito do desejo inconsciente, sem o qual eles não poderiam dar lugar ao sonho; e o trabalho desse desejo opera

sobre significantes (registro do simbólico). Como pré-conscientes, esses pensamentos pertencem ao registro do imaginário, de maneira que do sonho aos pensamentos latentes há um deslocamento no imaginário — por um trajeto inverso ao daquele do trabalho de elaboração do sonho — ao menos quanto ao seu ponto de partida e seu ponto de chegada (mesmo se a interpretação permanece sempre parcial). O trabalho de interpretação opera contra o recalque apoiando-se sobre o recalque (o que é necessário para que o desejo inconsciente entre efetivamente em jogo). Entre o ponto de partida e o ponto de chegada, reconhece-se a marca de um certo real que só se manifesta na diferença. Os pensamentos latentes do sonho não são objetos do desejo inconsciente no sentido em que se poderia dizer que esse objeto é causa desse desejo; eles (os pensamentos latentes) são apenas o objeto ocasional, a matéria-prima da realização desse desejo. De uma maneira iluminada, Lacan comparou o trabalho de interpretação ao trabalho que se deve realizar para sustentar uma mentira ou um erro.¹⁴ Uma mentira ou um erro só podem *ser sustentados* com a condição de cernirem de perto a verdade. Mais ainda, o desenvolvimento da mentira ou do engodo é uma verdadeira realização da verdade que eles encontram a cada esquina e que devem evitar. Para o erro é um pouco mais complicado, pois de uma certa maneira a verdade, no erro, escapa e ninguém sabe o que deve ser evitado. Isso abriga a possibilidade de que a verdade surja, de certo modo por erro sobre o erro, e é isso que Lacan prevê ao sustentar que é da natureza da verdade propagar-se sob forma de erro. Há nesse momento mais do que uma analogia com o que se passa na interpretação dos sonhos e mais geralmente na análise. Em toda realização do desejo inconsciente há um engodo intrínseco, irredutível, já que o objeto pelo qual o desejo realiza-se não é nunca o objeto visado. Entre aquilo que no imaginário é posto na posição de objeto do desejo e o que visa o desejo inconsciente há sempre uma defasagem.¹⁵ Na neurose pode-se dizer que há mais do que esse engodo irredutível, há propriamente erro sobre o desejo e que é para a verdade sobre o real desse desejo que é preciso voltar. Isso supõe que essa verdade possa ser reconhecida como tal, tida como certa, o que não

poderia decorrer de nenhuma demonstração, mas sim do fato de que um certo remanejamento das identificações imaginárias oriente para que o erro sobre o desejo seja trazido de volta ao engodo irreduzível precedente. Aqui se depreende uma função essencial do imaginário no homem, sua função de logro, sua função de não-conhecimento.

Só existe erro porque existe o simbólico, porque existe a linguagem. Isso quer também dizer que só há verdade porque há o simbólico, a linguagem. O meio mais curto de captar essa questão parece-me ser a volta à análise das diferenças da função do imaginário no homem e no animal como as caracterizou Lacan. A diferença essencial é que a função do imaginário no animal é adequada ao seu objeto enquanto ela é totalmente diversa no homem. A consequência da adequação do imaginário ao objeto no animal é que, se ele pode ser enganado, ele não pode *se enganar*. Isso é muito claro, e retomo aqui os exemplos de Lacan, da "linguagem das abelhas", pois é impossível que uma abelha indique a uma outra abelha pela sua dança a localização de uma flor que não existiria e que ela própria não tivesse localizado. Sabemos que, se a flor, entretanto, foi cortada, pode ocorrer a morte da segunda abelha no local, já que foi de certa forma programada para encontrar lá aquilo que, não existindo mais, não existe. Por ter sido enganada, essa abelha morre, mas ela não se enganou: ela foi lá onde deveria ir. No animal a inadequação do imaginário em face do real pode ser mortal. Tudo é muito diferente no homem que não somente pode ser enganado como também e mais ainda pode *se enganar*. Podemos até dizer que o poder *se enganar* salva-o visto que ele pode assim enganar seu desejo inconsciente que não poderia satisfazer-se plenamente. Ao mesmo tempo pode ser sua perdição, e até conduzi-lo a se matar pelos sofrimentos que desencadeia sua discordância com sua própria realidade. Entre essa sobrevivida e essa morte há o *sujeito* que representa o *se do se enganar*.

Quero mesmo dizer o sujeito, e não o indivíduo já que se pode ver naquilo que ao mesmo tempo aproxima e distingue a função do imaginário no homem e no animal, naquilo que permite

ao animal humano sobreviver à sua prematuração específica ao nascer, o ponto em que a subjetividade articula-se com a individualidade orgânica. O fato de a criança na anorexia do recém-nascido parecer se comportar como a abelha seria uma indicação desse fenômeno. A sobrevivida parece depender de uma inscrição pela qual se acha antecipada a redução da falta de coordenação motora do nascimento, inscrição que é a raiz da estruturação simbólica. O imaginário no homem é originalmente marcado no canto do simbólico. É o que faz com que o desejo inconsciente seja irreduzível às necessidades e que a função do imaginário no homem não seja nunca totalmente adequada ao seu objeto. Se é exatamente aí o ponto em que a subjetividade articula-se com a individualidade orgânica, é preciso acrescentar, logo, que é também aí que elas se separam, pois suas vias divergem, mesmo considerando que a subjetividade humana supõe uma certa organização cerebral. O "erro central" da psicologia não é tanto o de deixar o terreno do materialismo, do qual ninguém está definitivamente ao abrigo, mas justamente o de estar ao lado desse terreno — fazendo coincidir em tudo *indivíduo e sujeito* —, de deduzir a materialidade do pensamento (enquanto distinta do real pensado) da organização cerebral e de uma materialidade que nela se inscreveria pelo entroncamento dos órgãos sensório-motores, pelo desenvolvimento genético ou aprendizagem condicionada.¹⁶ O que aqui está em questão é a própria idéia da *individualidade dos processos de pensamento*, da sua conexidade. A sede do pensamento não está mais na cabeça do que o sentido está nas palavras, mesmo se as palavras têm alguma coisa a ver com o sentido, como a organização cerebral com o pensamento. De uma certa maneira, pode-se dizer que a psicologia só faz retomar para ela a função de não-conhecimento do imaginário no homem, que é não-conhecimento do real do desejo inconsciente, como também do real em geral, pelo fato do efeito (des)realizante e de (des)locação devido à irrupção necessária do simbólico. A relação do imaginário com o real no homem passa sempre pelo simbólico. Se é verdade que somos apenas corpo, esses corpos são atravessados pela linguagem. Ora, a ordem da linguagem, enquanto materialidade, e não enquanto

noção, não é redutível nem ao individual nem ao coletivo. Essa é ainda uma lição de Saussure. Ele atribui à língua uma atividade de classificação e de associação — que se exerce segundo dois eixos indissociáveis (relações paradigmáticas e associativas em Saussure, eixos da metáfora e da metonímia em Jakobson) — e que não é a atividade de sujeito algum, individual ou coletivo. Para Saussure, a língua é uma instituição social *diversa das outras* (o importante é o *diversa das outras*). Isso supõe uma faculdade de linguagem que é uma faculdade mental *diversa das outras* já que sua lei é a da instituição.

Entre esses dois pontos em que observamos um dos aspectos da contradição inerente à constituição do objeto de conhecimento da lingüística encontra-se a posição do conceito de língua. Ainda que a língua só se manifeste pela fala (atividade individual), ela pode ser estudada nela mesma e é ela que faz a unidade da linguagem. A língua ultrapassa sempre a atividade individual da fala pela qual ela se manifesta de tal modo que nenhuma fala, não importa o que pensemos, não é propriamente fala de um indivíduo. Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado mesmo se o que Chomsky chama de "criatividade" é potencialmente infinita. Quanto àquilo que articula o já dito ou já escutado de toda fala ou de todo enunciado, não é exatamente a sintaxe, tem raiz no inconsciente, não no sujeito. Para ser exato, não há propriamente processo imaginário. Tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, Isso pensa fora dele. Ele é apenas o suporte de um sujeito do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso. Pois o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho e de testemunha deste. Como observa Safouan, "não é sem violência para o pensamento (*esprit*) que o sonho, tomado na perspectiva freudiana, impõe a distinção entre o sujeito que fala *verdadeiramente* (aquele que trabalha no sonho) e aquele que se pode chamar do 'locutor' ou o 'moinho de

palavras', aquele que nos traz acordado esse sonho mesmo".¹⁷ Ele está dividido como aquele que cometeu um lapso: não é ele que o fez, é a sua língua que bifurcou etc... Mas é preciso o sonho, o lapso, a conduta ímpar, a neurose ou a psicose para que apareça. Fora disso eu me penso espontaneamente como origem dos meus pensamentos, dos meus atos e das minhas palavras. Confesso que é bastante difícil admitir que foi um outro que escreveu este livro, que ao escrevê-lo eu era um outro. Entretanto, modéstia à parte, é exatamente a isso que nos introduz Freud com o sonho sobre a monografia botânica.¹⁸ Lembro aqui o relato desse sonho tal como ele nos foi relatado por Freud:

Escrevi a monografia de uma certa planta. O livro está diante de mim, viro precisamente uma página em que tem um encarte de um quadro colorido. Cada exemplar contém uma espécie da planta seca como um herbário.

O trabalho de interpretação realizado por Freud sobre esse sonho, e cujos pontos de apoio podemos reconstituir através das associações que o viabilizaram, demonstra que a frase "*vejo o livro diante de mim*" é uma citação de uma carta de Fliess ("seu livro sobre os sonhos ocupa-me bastante, vejo o livro diante de mim"). Sob o disfarce da monografia botânica, o sonho mostra que Freud toma como seu o desejo de seu amigo Fliess, desejo de que ele, Freud, tenha acabado a *Traumdeutung* (*A interpretação dos sonhos*). O *eu (je)* das duas primeiras frases do texto designa, portanto, dada a citação da carta de Fliess, não Freud, mas Fliess. Freud, ao fazer o relato de seu sonho, designa-se como sendo um outro, que representa Fliess, ao mesmo tempo que ele próprio. É precisamente o que esconde o relato na primeira pessoa. O importante aqui não é que Freud tenha feito uma citação da carta de Fliess, que ele tenha de algum modo reproduzido quase ao pé da letra uma frase dessa carta. O importante é que haja um sonho e que nesse sonho Freud veja-se no lugar designado pelo *eu (je)* da carta de Fliess, o lugar de Fliess como se fosse ele, Fliess, que

tivesse escrito a *Traumdeutung*. Esse sonho e o fato de que no discurso comum *eu (je)* seja automaticamente, salvo estilo indireto e citação explícita, identificado como designando aquele que fala servem-me de pretexto para introduzir a idéia de que a ilusão pela qual nós nos pensamos como fonte dos nossos pensamentos, das nossas palavras e dos nossos atos tem qualquer coisa a ver com a *sintaxe*. Para ser preciso, com a existência da *sintaxe*.

Do que foi dito até agora, mantenho que é pelo viés de uma discordância congênita que a linguagem, enquanto simbólico realizado, exerce seu poder de tomar nossos corpos, que tem como consequência o fato de a função do imaginário no homem, comparando-o com o animal, estar propriamente subvertida. Há portanto alguma coisa de totalmente específico da linguagem que Freud tentou cernir ao distinguir representação de palavras e representação de coisas afirmando que "a representação consciente engloba a representação de palavra e a representação de coisa correspondente, a representação inconsciente é representação unicamente de coisa".¹⁹ Isso nos leva a abordar o que é específico à linguagem, contrastando linguagem e imagem.²⁰ Observemos primeiro que a negação é impossível na imagem. Não há na imagem uma não-coisa, por exemplo, não-árvore ou não-homem. A imagem, mesmo que seja tão abstrata quanto o quadrado branco sobre fundo branco de Malevitch, com a condição de permanecer como imagem, é sempre imagem de alguma coisa. Entretanto, a ausência existe na imagem, mas apenas como parte faltante (por exemplo, a ausência de pênis sobre o desenho de um homem nu). O mesmo ocorre com o acréscimo. Isso supõe que a imagem funcione na co-presença de uma outra imagem, constituindo o que se poderia chamar de "imagem completa". O desmembramento da imagem em partes corresponde à possibilidade de uma substituição de partes de uma imagem por outras de uma outra imagem, porém o produto não constitui em geral uma imagem mas um produto singular que não representa nada. É claro que existem os camponeses antropomorfos, os homens e mulheres, frutas e legumes de Arcimbaldo, mas nesses casos há antecipação da "imagem completa" na qual se dissolve a singularidade dos componentes. A mesma observação vale para o

retrato-robô; contudo as colagens de Max Ernst não constituem propriamente imagens. Por outro lado, não há também ainda o equivalente propriamente dito daquilo que no discurso chamamos de percurso, representado, por exemplo, por uma expressão como *todos os homens*. Não há também universal ou genérico na imagem. Não adianta eu querer fazer um desenho o mais esquemático possível de uma árvore ou de um homem, eu terei para o universal, mas terei sempre em mãos, no máximo, um homem qualquer ou uma árvore qualquer. Enfim o atemporal não existe na imagem como tal, talvez porque a imagem está, ela mesma, fora do tempo (mesmo a imagem cinematográfica). Lacan insiste sobre o fato de que não se deve confundir reprodução e repetição. A repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples reprodução no idêntico. Na imagem, salvo talvez no nível do que chamamos o traço do desenhista ou o toque do pintor, não há repetição mas apenas reprodução mais ou menos fiel, mais ou menos parcial (ver o "jogo dos sete erros"). É chocante constatar que tudo o que acabo de dizer coincide com o que Freud nos diz da língua dos conteúdos do sonho. Eu diria que na minha opinião não há *sintaxe* na imagem, mas no máximo uma morfologia. Agora observemos que a questão de saber se a imagem cai ou não no campo do simbólico é uma questão quase sem sentido, pois o que vou mostrar é que a imagem como tal supõe a linguagem porque a relação da imagem com o que ela representa, enquanto coisas distintas, supõe a realização verbal do simbólico.

Efetivamente, é absolutamente claro que a semelhança perceptiva não é suficiente para fundar a unidade pensada da coisa e da sua imagem e que essa unidade pensada supõe aquilo que caracteriza a função imaginária no homem, na medida em que ela inclui os efeitos da realização verbal ou simbólica. No animal, dada a adequação do imaginário ao objeto, ou bem a imagem é a coisa mesmo ou então não tem nenhuma relação com ela. Aqui ainda é preciso tomar cuidado com certas constatações levantadas por Lacan. A reação do pequeno chimpanzé diante de sua imagem no espelho, o fato de que ele se volte no momento em que constata a inanimidade, é uma primeira confirmação. É ainda o que ressalta do

que Lacan lembra a propósito da passagem, na linhagem do gafanhoto peregrino, da forma solitária para a forma gregária. Ou bem a imagem animada, detendo um certo número de traços específicos do gafanhoto, é tomada pela mesma coisa, um outro gafanhoto, e desencadeia o mesmo comportamento, ou bem ela é tomada como não tendo nenhuma relação e não desencadeia nada. Nós não poderíamos negar que a semelhança perceptiva tenha um papel decisivo. Mas o que é significativo é que isso funcione pela lei do tudo ou nada no animal. Não há propriamente imagem para o animal. No momento em que a imagem não aparece mais como a própria coisa ela deixa de ter relação com a coisa, nenhuma relação mais específica do que uma outra coisa. Não há unidade pensada da coisa e sua imagem, não há diferença sob uma relação, não há repetição propriamente dita. Se admitirmos que a existência da imagem como tal, a relação da imagem com a coisa que isso supõe, necessita a linguagem, então isso esclarece a questão da similitude de forma perceptível de todos os objetos que parecem representar de maneira privilegiada o *falus* no sonho, a famosa serpente sobretudo, com um pênis. Devemos, com efeito, dizer que o que conecta *nesse caso* o pênis à serpente não é tanto a sua semelhança de forma perceptível, ou mesmo de comportamento na criação, mas o *falus* enquanto significante. Esquecemos um pouco rapidamente que a serpente é *dita* perigosa como por definição. Isso poderia contar muito mais do que todo o resto nessa história. Pois, afinal de contas, se a serpente é vista como tendo uma relação com o pênis, é enquanto coisa solta. Portanto é a castração que se significa no sonho. Isso não poderia ocorrer sem angústia, que a perigosa serpente é bem adequada para suportar para que o sonho possa ocorrer e o desejo inconsciente possa realizar-se.²¹ Essa ponta não prova evidentemente nada; ela permite apenas entrever que é o deslocamento do significante que determina o jogo, mesmo se o significante supõe sempre o significado. Devemos considerar como estabelecida a idéia de que é, necessariamente, pelo viés do imaginário que o simbólico exerce seus efeitos estruturantes sobre o sujeito, as identificações imaginárias que isso supõe estão

inteiramente presas aos reagrupamentos e às disjunções que o desejo inconsciente impõe enquanto constituído pelo simbólico.²²

Reencontramos aqui o primado do simbólico sobre o real e o imaginário, primado que não se deve confundir com um primado da linguagem. Lembro que o simbólico não é a linguagem (ou o discurso). Esse primado do simbólico só tem sentido com relação à constituição do sujeito e à sua reestruturação. Reencontramos também esse primado a propósito do problema da identificação, problema-chave para tudo o que concerne ao imaginário. Toda identificação supõe uma identificação do significante a ponto de termos podido dizer que toda identificação é identificação do significante.²³ Antes de ser identificação disto ou daquilo, ou da imagem disto ou daquilo, por exemplo imagem de si, enquanto objeto do desejo, antes de ser identificação a isto ou àquilo ou à imagem deste ou daquele (os pais, os educadores etc...), toda identificação é identificação do significante:

*...todas as identificações especulares que se exercem na linha do eu(moi)-ideal e que fazem saltar o sujeito de captura estão inteiramente presas a uma outra identificação, recalcada, simbólica, não especular, aquela que é constitutiva do ideal do eu(moi)...*²⁴

É isso que significa do ponto de vista da identificação e da estruturação do imaginário o primado do simbólico. O ideal do eu representa as "coordenadas imaginárias" do inconsciente.²⁵ Ele é o modelo, o limite das aspirações do eu que devem ser situadas no nível do eu-ideal. É porque há desprezo sobre o que ordena o desejo inconsciente que é preciso que haja identificação com o outro (pais, educadores etc...), enquanto suporte da Lei, para que esse desejo encontre sua ordem no imaginário, mesmo se os objetos que o realizam são os do eu-ideal. Retomem o sonho da monografia botânica no qual o desejo que está em operação na redação da *Traumdeutung* se significa como desejo de um outro pelo viés de uma identificação a um outro, operada sobre a base de uma

confusão sobre o *eu(je)*. A distinção entre o eu-ideal e o ideal do eu é o que representa no imaginário a barra que separa o significante do significado. Ela é a marca da inadequação do imaginário ao objeto no homem. Podemos dizer que na neurose há uma discordância entre o eu-ideal e o ideal do eu que é também discordância entre o imaginário e o simbólico, ou ainda entre o registro do significante e o do significado. Por causa dessa discordância, o real do desejo escapa, o que não significa que só o real do imaginário subsista, mas apenas que a inadequação do imaginário ao objeto é levada ao extremo. Pois o inconsciente naturalmente estende sempre seu império sobre o imaginário, mas a discordância do eu-ideal e do ideal do eu faz com que ele exerça seus efeitos no sentido de um reforço da relação imaginária com o outro, em detrimento da relação simbólica, e no sentido da captura do eu-ideal, pela relação especular com o objeto. Ao contrário da psicose na qual a própria tomada do simbólico é gravemente perturbada, a neurose é aberta à mediação simbólica. O que a análise realiza é justamente privilegiar, de maneira quase exclusiva, essa relação.

Da discordância que ilustra de maneira dramática a neurose e a psicose, destaco aqui, no que diz respeito à relação do sujeito com a linguagem, que o ideal do eu representa a face inconsciente do imaginário, sua face invisível, e ao mesmo tempo aquilo que comanda — pelo viés do simbólico — a relação com o outro, enquanto relação simbólica, isto é, enquanto relação intersubjetiva e não enquanto relação entre indivíduos. Essa divisão do sujeito e do outro como sujeito está subordinada à divisão interna desse sujeito, a do Eu e do Outro, divisão que marca a dominação da linguagem enquanto relação do simbólico e que só pode ser reconhecida na fala. O eu-ideal, ao contrário, é a face visível do imaginário, aquela em que o sujeito é identificado aos seus objetos e a ele mesmo como objeto, a despeito da inadequação do imaginário ao objeto. O indivíduo, pelo sujeito que o habita e o ultrapassa, torna-se aí causa de si, "autor", assim como testemunha de seu sonho, de seus lapsos, de seus chistes, de suas condutas ímpares, como de todos os seus pensamentos e atos. No nível do eu-

ideal, o Outro parece abolido, o outro é sempre um outro, isto é, um objeto ou um indivíduo. Mas justamente o Outro, o inconsciente, continua aí, mesmo se não é visível enquanto tal. Quanto mais ele é invisível, mais ele se faz presente, à espera de ser realizado. Ele insiste e impõe sua lei em toda atividade individual.

Agora gostaria de mostrar que há uma relação entre o que chamei anteriormente de "desdobramento da forma-sujeito" e essa divisão entre o eu-ideal e o ideal do eu que caracteriza a tópica do imaginário humano pela sua dependência com relação ao simbólico.

O "desdobramento da forma-sujeito" não tem nada a ver com um desdobramento qualquer da "pessoa". Voltemos ao sonho da monografia botânica que permite demonstrá-lo. No discurso comum, "eu" é automaticamente identificado com o que se designa por "aquele que fala" enquanto indivíduo, animal humano falante (deixo ainda de lado o caso do discurso dito indireto e da citação explícita). O que mostra o sonho da monografia botânica, ou melhor, sua interpretação, é que isso não é nada natural. Eu diria que no discurso comum "eu" funciona como uma metonímia do que nele se formula pela expressão "aquele que fala". É isso que ocorre quando Freud conta para si seu sonho e relata-o nos termos em que o fez para nós. Contudo, a interpretação mostra que esse "eu" é também outra coisa, que é Fliess que fala ou, mais exatamente, aquilo que representa Fliess no imaginário pelo viés de uma identificação que deve ser situada na linha que vai do ideal do eu ao eu-ideal uma vez que Freud reconhece no desejo de Fliess sua própria lei. "Eu" então aparece como uma metáfora do "eu" do discurso comum, metáfora adequada para significar e cumprir o desejo inconsciente que se insinua, para além do desejo de Freud de acabar o livro que escreve. Há portanto aí a superposição de uma metáfora e de uma metonímia ou ainda a projeção de uma metáfora sobre o eixo da metonímia da qual Lacan reconheceu a figura apagada no *cogito* cartesiano. A interpretação, pelo jogo de associações, desdobra essa figura, impondo a necessidade da distinção entre "*sujeito da enunciação*" e "*sujeito do enunciado*". É, efetivamente a confusão do "sujeito da enunciação" e do "sujeito

do enunciado" no nível do "eu" que assegura a identificação automática daquilo que é designado por "eu" com aquele que fala. Aquele que fala *verdadeiramente* no sonho como em outros lugares é o sujeito da enunciação que deve ser situado do lado do inconsciente, da face invisível do imaginário, na medida em que o sonho é a realização do desejo inconsciente, antes de encarnar a realização de um desejo disto ou daquilo. A presença do "sujeito da enunciação" sob o "sujeito do enunciado" torna-se patente tanto no sonho como no lapso ou no chiste, o que não significa que ela não esteja também em outros lugares. Muito ao contrário, é isso que toca análise testemunha.

Mas isso é difícil de admitir mesmo no caso do sonho como nos lembra M. Safouan, nos termos já citados. Pode-se tornar mesmo quase impensável quando se trata do que chamamos de a atividade normal do indivíduo. Isso vai contra uma evidência que parece tão solidamente estabelecida como aquela que quer que o sentido esteja nas palavras. Entretanto, é o que decorre do que se impõe a Freud, a saber, que o pensamento é um substituto do desejo alucinatório e não passa da tradução — no plano do discurso — daquilo que me referi a propósito da distinção que deve ser feita entre indivíduo e sujeito.

Entre o "eu" do discurso comum e o "eu" do sonho de Freud há um deslizamento do ideal do eu para o eu-ideal. Esse deslizamento acompanha-se de alguma coisa que merece atenção e que concerne talvez ao "desdobramento da forma-sujeito". No seu sonho, Freud vê-se, pelo viés da frase de Fliess, "eu vejo o livro diante de mim", vendo acabado, sob uma camuflagem, o livro que está escrevendo. Pelo mesmo movimento, ele se põe fora do tempo e de sua individualidade. Ele acede, por isso mesmo, ao atemporal e ao universal que fazem parte do sujeito pelas suas raízes inconscientes. Portanto, a forma-sujeito universal deve ser relacionada com o ideal do eu enquanto a forma-sujeito individual situa-se na perspectiva do eu-ideal. Quero mesmo dizer a *forma-sujeito* individual ou universal e não as noções de sujeito individual ou universal que se constituíram historicamente sob modalidades

diversas, numa relação entre formações ideológicas ligada à divisão do trabalho. A dupla do eu-ideal e do ideal do eu é certamente *uma* condição material da emergência dessas noções como da existência de uma dicotomia e de uma relação entre ideologias teóricas e ideologias práticas, bem antes de essas noções terem sido historicamente constituídas. Isso não impede que a distinção do eu-ideal e do ideal do eu não seja suficiente para constituir essa dicotomia na ideologia, que só existe materialmente sob certas condições históricas, como já lembrei e sobre o que voltarei a falar. O que aparece agora é que aquilo que chamei de "desdobramento da forma-sujeito" no discurso é alguma coisa que de um lado tem a ver com a existência da sintaxe, na medida em que ela determina certos efeitos simbólicos na estruturação do sujeito e, de outro lado, sob certas condições históricas, toma a forma específica de um desdobramento entre uma forma-sujeito individual e uma forma-sujeito universal. É essa a questão a que fomos introduzidos quando foi tratado o problema da ambigüidade da relativa na medida em que, no seu funcionamento restritivo ou determinativo, uma forma-sujeito individual encontra-se articulada com uma forma-sujeito universal.

Se consigo agora demonstrar que tudo isso tem a ver com a existência da sintaxe, então toda uma série de questões será reformulada numa nova perspectiva, sobretudo a questão da realidade psicológica da gramática e a questão dos universais da linguagem. Situando-me no nível da existência da sintaxe, não terei que me colocar em tal ou tal nível na hierarquia das unidades significativas, ou distintivas, o nível do fonema, das unidades lexicais ou da frase, por exemplo. Deixarei, portanto, de lado a questão de saber se esses diferentes níveis podem, ou não, depender de uma sintaxe. O que busco são os efeitos simbólicos supostos pela existência da sintaxe, isto é, finalmente, pelo que eu chamei de "a autonomia relativa da língua", sem ter que entrar na questão da delimitação dessa autonomia. Contudo, já que é no nível da frase que a sintaxe existe na lingüística, é exatamente no nível da frase que me situarei. Penso que em todos os outros níveis, por exemplo, nos anagramas, na poética ou no trabalho do sonho sobre os

pensamentos latentes, poder-se-ia encontrar outros testemunhos da existência da sintaxe. A sintaxe da frase parte do postulado da existência de relações significativas entre frases, relações que devem ser caracterizadas. Para chegar a esse ponto é necessário um desdobrar da frase que apresenta muitas analogias com o que se faz na interpretação do relato do sonho. Esse desdobrar opera por aproximações entre frases que são de natureza bastante variada: uma semelhança de forma com uma diferença reduzida a poucos elementos, a intuição de uma relação de sentido ou de ambigüidade. Retomemos o exemplo da relativa. Seja a frase: *Eu devolvi o livro que pedi emprestado (J'ai rapporté le livre que j'avais emprunté)*. Qualquer que seja a gramática a que nos referirmos, uma tal frase é relacionada com duas outras: (a) *Eu devolvi o livro (J'ai rapporté le livre)*, (b) *Eu pedi emprestado o livro (J'ai emprunté le livre)*. Notar-se-á que essa delinearização cria alguns problemas, no nível dos artigos (definidos ou indefinidos) e sobretudo do tempo dos verbos. Creio que podemos dizer que esses problemas, independente da maneira como são solucionados em tal ou tal gramática, traduzem o fato de que no deslocamento da frase a identidade do sujeito da enunciação presente sob o sujeito do enunciado não é mais assegurada. Vê-se então que, no discurso comum, o que sustenta essa identidade é a linearidade do discurso. Essa linearidade não deve ser confundida com o eixo da metonímia, pois, no nível da cadeia discursiva, não estamos no nível do significante; toda conexão na cadeia, inclusive a conexão entre uma frase e outra, não deve ser tomada como uma metonímia. Acontece que a metonímia parece supor a linearidade ou, pelo menos, a possibilidade da linearidade, isto é, a existência da sintaxe. Se os retóricos reconheceram no vínculo entre substituto e substituído na metonímia, uma relação necessária, de causa e efeito, da parte com o todo, é que a linearidade que define, no nível no discurso comum, a "seqüência do significante" não é qualquer linearidade, mas aquela do discurso de um sujeito universal ou, pelo menos, de um sujeito considerado como englobando o "emissor" e o "receptor". Do ponto de vista do inconsciente, é um pouco diferente, pois no caso a linearidade é aquela do "discurso do Outro", Outro sendo o lugar de

inscrição indestrutível das relações de significante a serem realizadas no cumprimento do desejo inconsciente. O que representa, no nível do discurso comum, a idéia de um vínculo necessário entre substituto e substituído, na metonímia, nada mais é então do que aquilo que transpõe no imaginário a necessidade e a indestrutibilidade do desejo inconsciente. No que concerne à metáfora, sabe-se que os retóricos reconheceram nela uma comparação análoga àquela que encontramos com a serpente e o pênis. Mostrei que essa comparação supunha a linguagem. De maneira mais precisa, pode-se dizer que, se a metáfora não se exerce no deslocamento ao longo da seqüência do significante, mas perpendicularmente a essa seqüência, é preciso que a dimensão dessa seqüência seja definida. Quanto à comparação, ela pertence ao que chamamos do declínio da metáfora, isto é, sua metonimização. Ela não esgota a metáfora, mas constitui uma projeção da metáfora sobre o eixo da metonímia de acordo com a figura que já reconhecemos. Tudo isso mostra que o simbólico, enquanto parte da linguagem que constitui e estrutura o sujeito, não supõe apenas a linguagem mas, na linguagem, a dimensão do discurso. Nesse momento não direi mais nada sobre essa dimensão. O desejo inconsciente é metafórico na sua constituição, metonímico na sua realização, como o mostra muito claramente o sonho da monografia botânica. A figura da projeção de uma metáfora sobre o eixo da metonímia, que supõe a dimensão do discurso, é portanto alguma coisa de central. O fato de que ela possa ser reconhecida no discurso comum toma um sentido que está menos relacionado com a tópica do imaginário do que com o seu funcionamento. A metáfora está situada do lado do eu-ideal (a serpente pelo pênis) enquanto sua metonimização está do lado do ideal do eu, ainda que na passagem de uma para a outro seja o discurso do Outro que faz do *falo* o significante da castração.

Ora, a dimensão do discurso na linguagem supõe a existência da sintaxe: a sintaxe está situada, na linguagem, na articulação da língua e do discurso. A identificação da sintaxe, isto é, a construção de uma gramática, supõe uma explosão da dimensão do discurso. No que diz respeito à frase, cada frase é reposta nas

relações que a ligam a todas as outras frases que, entretanto, são excluídas de sua ocorrência no seu lugar por razões que não são homogêneas (por exemplo, o que exclui a negativa no lugar da afirmativa não é idêntico ao que semelhantemente exclui a passiva no lugar da ativa). Ao mesmo tempo esse desdobramento ou essa explosão da dimensão do discurso põe a nu o que marca no discurso a presença do sujeito da enunciação sob o sujeito do enunciado. No discurso desdobrado, essa presença se manifesta por brancos ou por vazios nas articulações. O fato de procurarmos por todos os meios preencher esses vazios (quando digo por todos os meios isso significa tanto com a semântica, mesmo sendo mínima, quanto com a realidade psicológica ou mesmo com um fundamento jurídico das regras do jogo-língua)²⁶ pode não ser uma condição para a existência da sintaxe mas é, pelo menos, uma condição necessária para a construção de uma gramática. Mais uma vez vou me referir ao sonho da monografia botânica que demonstra, pela manifestação de uma infração da regra gramatical da alternância de "*je/tu-vous*" (eu/tu-você), que não se pode delimitar *a priori* o que convém atribuir à gramática, quando se visa a dimensão do sujeito da enunciação. A mesma observação estende-se, aliás, a toda análise de discurso. A única coisa de que se pode estar seguro é de que todo discurso da sintaxe opera segundo leis que não são quaisquer leis, puramente arbitrárias, mas que são precisamente aquelas que a gramática procura alcançar. Nessas condições, a questão da realidade psicológica da gramática, dos seus fundamentos fisiológicos ou biológicos, do mesmo modo que a questão dos universais, perdem uma boa parte do seu sentido. É claro que a linguagem supõe uma certa organização cerebral, mas ela não esgota a matéria. Não há linguagem porque existiria um conjunto de disposições ou aptidões naturais de um sujeito pré-constituído enquanto sujeito falante potencial, lugar futuro do sentido e da sua realização. O sujeito não preexiste à linguagem mesmo se esta não é suficiente como tal para constituí-lo. Toda idéia de preexistência do sujeito à linguagem (cujo correlato é sob uma forma ou sob outra a redução da linguagem a um instrumento desse sujeito individual ou coletivo) passa por cima da distinção entre indivíduo

e sujeito e perde, ao mesmo tempo, a dimensão do sujeito propriamente dita. No que diz respeito mais especialmente à idéia de um fundamento jurídico das regras do jogo-língua, esta retoma algo de muito justo, que Lacan formula ao dizer que "a lei do homem é a lei da linguagem", com a condição, todavia, de que se considere que essa lei não tem outros fundamentos senão aqueles que a física supõe nas leis da natureza, isto é, o próprio real; sem que haja necessidade de um deus ou de um juiz para garantir a ordem.

Para além da redução do sujeito ao individual ou ao coletivo na lingüística, as questões que acabo de invocar uma vez mais dizem respeito à relação entre objeto real e objeto de conhecimento. Isso leva-me a falar, para concluir o capítulo, daquilo que faz a especificidade dessa relação na psicanálise e especialmente da questão do "sujeito da ciência" que já abordei a esse propósito. Lembro que Lacan insistiu que seria necessário distinguir a questão de saber se a psicanálise é uma ciência daquela que consistiria em saber sobre o que se opera na psicanálise. Já mencionei que Lacan responde à segunda questão afirmando que na psicanálise opera-se sobre o "sujeito da ciência". De fato a prática da análise apresenta mais do que uma simples analogia com aquilo que se poderia caracterizar como prática científica. Trata-se exatamente de voltar a um certo real, o do desejo inconsciente. O fato de que "o que se passa no inconsciente seja inacessível à contradição, à localização espaço-temporal, e também à função do tempo"²⁷ confere ao inconsciente todas as características que Descartes reconheceu como sendo as características do *objeto da Ciência*. De outro lado, o fato de que "a análise resulte daquilo que o sujeito ganha ao assumir seu discurso inconsciente como seu chefe",²⁸ mostra bem que, na análise, o que está em questão é a constituição de um sujeito que tem todos os atributos acordados ao sujeito da ciência. Em suma, a categoria ideológica do "sujeito da ciência" parece adequada para se pensar no que há de vir para o sujeito, na análise. Pode-se até mesmo prosseguir o paralelo para além do que autorizam as formas clássicas da ideologia do "sujeito da ciência", uma vez que lembrei anteriormente que a análise opera um deslocamento no imaginário,

do qual não se pode sair, assim como é impossível sair da ideologia na prática científica. Enfim, lembrei também que os pensamentos latentes do sonho são a matéria-prima do processo de sua elaboração, assim como se pode dizer que na prática científica a ideologia é matéria-prima do trabalho de elaboração teórica. Até a posição do real é análoga.

Para além dessas convergências, aparece contudo uma divergência fundamental, se admitirmos com Althusser que o processo de produção do conhecimento é um processo sem sujeito nem fim. Mesmo se toda prática só se realiza através e sob uma ideologia, mesmo se só há ideologia por e para os sujeitos, é não obstante fato que toda prática científica inscreve-se no processo de produção de conhecimento enquanto processo sem sujeito nem fim. Desse ponto de vista o "sujeito da ciência" não existe, o que Lacan de certo modo reconhece, ao assumir que a ciência é uma ideologia da supressão do sujeito. Isso pode, evidentemente, ser relacionado com os efeitos de despersonalização constatados na análise. É contudo suficiente? De fato, parece que de Lacan a Althusser não nos situamos exatamente sobre o mesmo terreno. A prática da análise permite-nos entrever mais as condições de apropriações subjetivas do conceito do que o processo de sua construção. O que me leva a avançar algumas hipóteses sobre a distinção que deve ser feita entre *conceito* e *objeto de conhecimento*.

O conceito não é o objeto de conhecimento. Situei-o em referência a uma contradição entre objeto de conhecimento e objeto real, constitutiva do objeto próprio de uma ciência. O lugar do conceito é o processo de produção do conhecimento enquanto processo histórico. Isso implica que não haja sujeito do conceito, que o conceito nunca esteja acabado e que ele não seja criado, mas construído em um processo de produção, isto é, de transformação. O trabalho do conceito realizar-se-ia, então, como desenvolvimento de uma contradição entre um objeto de conhecimento e um objeto real, desenvolvimento que se efetua no sentido de uma adequação desse objeto de conhecimento a esse objeto real. É preciso, portanto, que ambos existam materialmente para que esse trabalho

se realize. Na minha opinião, o que constitui o objeto de conhecimento é uma apropriação subjetiva do conceito. Ainda que o objeto de conhecimento, retrospectivamente, pareça mudar de modo singular no curso da história de uma ciência, em um outro sentido, esse objeto permanece o mesmo enquanto a ciência que o especifica existir enquanto ciência, tendo sua especificidade própria. Acrescento ainda que é a antecipação do acabamento do conceito que lhe confere esse caráter de objeto imutável, fora do tempo e da história, a ponto de podermos confundi-lo com o próprio real. Enfim, é da antecipação do acabamento do conceito que se constitui o "sujeito da ciência" enquanto sujeito pensando o conceito no seu acabamento. Parece, portanto, que a existência das práticas científicas como nós as entendemos aqui supõe o desenvolvimento de formações ideológicas constituindo uma forma-sujeito "sujeito da ciência" que tornem materialmente possível a apropriação subjetiva do conceito nas práticas científicas, a antecipação do acabamento do conceito e a constituição material de um objeto de conhecimento. A especificidade do objeto da psicanálise, sua posição singular nas ciências, deve-se ao fato de ela operar justamente sobre o "sujeito da ciência", o que explica por que Lacan considera que a prática da psicanálise, tal como a conhecemos, só pode agir sobre o sujeito que pertença ao que ele chama de "a civilização científica".

Isso não resolve a questão de saber se a psicanálise é ou não uma ciência, questão que não saberíamos resolver aqui e à qual só a própria psicanálise pode trazer uma resposta. Tudo o que podemos dizer a esse respeito é que a especificidade do objeto da psicanálise tem por conseqüência o fato de a dimensão da história, fora de um espaço cuja delimitação acabo de lembrar, escapar da psicanálise. Essa dimensão escapa-lhe do interior, como no caso das ciências ditas exatas sem, contudo, escapar verdadeiramente. A irrupção da psicanálise assim como do materialismo histórico no campo das ciências não se dá sem provocar transtornos. Mais especificamente, a psicanálise ataca aquilo que constitui o núcleo das ideologias burguesas, sua forma-sujeito específica: o indivíduo-sujeito. Nessas condições, como poderíamos espantar-nos de a psicanálise não ter cessado de ser alvo das tentativas de conquista

— tanto na teoria como na prática — por parte, sobretudo, da ideologia psicológica? A psicanálise nem sempre resistiu a isso. E se ela de certo modo pôde manter-se na França não foi por acaso, mas por condições históricas que seria interessante definir. Lembrei agora há pouco que no erro, diferentemente do engano e da mentira, a verdade escapa. Preciso acrescentar agora que não basta a evidência de que a verdade se impõe e suplanta o erro mesmo no domínio das ciências. Não resta dúvida de que tanto a psiquiatria como a psicologia foram obrigadas a cernir de perto a verdade da psicanálise. Ocorre que ambas mantiveram-se fundamentalmente no erro com relação à psicanálise, fato que tem conseqüências não somente para as ciências como também na chamada prática terapêutica. Além do mais, na medida em que na psicologia, como na psiquiatria, foi necessário levar em conta a psicanálise, o futuro dessa matéria passa a depender de uma relação de força que, em última instância, é mais de ordem política do que científica. Isso vale também para o materialismo histórico, com a diferença de que sua relação com o desenvolvimento da luta de classes parece muito mais direta do que a da psicanálise. Digo "parece" porque de um outro ponto de vista o materialismo histórico supõe, numa certa medida, a psicanálise, sem que seja preciso ver aí qualquer justificativa do freudo-marxismo. Isso se deve ao fato que adiante agora, a saber, que o único sujeito que se deve supor é aquele que a psicanálise define como efeito da linguagem enquanto realização do simbólico.

Mais especificamente, não se deve supor um "sujeito da língua". É bem verdade que Saussure atribui à língua como tal uma atividade de classificação e de associação que tem todas as aparências da atividade de um sujeito. Esse sujeito não poderia ser o sujeito falante — Saussure é extremamente claro sobre esse ponto — nem tampouco essa instituição social tão específica com a qual ele identifica a língua. O único sujeito a que essa atividade poderia ser atribuída seria um "sujeito da ciência". Na realidade a questão deve ser reformulada de outro modo. É preciso tomar a língua como objeto de conhecimento constituído por uma antecipação do acabamento do conceito na apropriação subjetiva desse conceito, ou

então enquanto conceito a ser situado no processo de produção do conhecimento, processo sem sujeito nem fim. Em um certo sentido o lugar do "sujeito da língua" já é ocupado desde o momento em que a psicanálise define a linguagem como condição do inconsciente e o sujeito como efeito da linguagem enquanto realização do simbólico. Não voltarei ao que disse sobre a questão dos universais e da realidade psicológica da gramática. Alguma coisa ainda escapa, contudo, é a relação entre objeto de conhecimento e conceito na sua dimensão histórica, isto é, também alguma coisa que concerne ao regime da materialidade do objeto de conhecimento e a sua relação de adequação ao real. Que o objeto de conhecimento mascare o inacabado do conceito, sua relação contraditória com o objeto real é um aspecto da questão. Mas o objeto de conhecimento não é apenas o objeto de uma apropriação subjetiva que se realiza sob formas diversas. Ele é também, como tal, objeto inscrito na ideologia enquanto "representação imaginária da relação imaginária com as condições reais de existência".

Penso que tocamos aqui na contradição constitutiva do objeto próprio da psicanálise, contradição que deve ser posta em relação com a noção de linguagem. A psicanálise enquanto ciência não supõe apenas a existência da linguagem enquanto realidade, ela supõe o conceito de língua, único adequado para estabelecer a dimensão do significante:

O significante é uma dimensão que foi introduzida a partir da lingüística. A lingüística, no campo em que se produz a fala, não é natural. Ela é sustentada por um discurso que é o discurso científico. Ela introduz na fala uma dissociação graças à qual se funda a distinção do significante e do significado. Ela divide aquilo que, entretanto, parece natural. É que quando se fala, Isso significa, Isso comporta o significado e muito mais, Isso só se sustenta até um certo ponto pela função de significação. Distinguir a dimensão do significante só

*é importante para mostrar que aquilo que vocês escutam, no sentido auditivo do termo, não tem nenhuma relação com aquilo que isso significa. Aí está um ato que só se institui num discurso, o discurso científico.*²⁹

A noção de discurso científico toma aqui o lugar daquilo que, nos textos de Lacan, no nível da introdução da dimensão do significante, marcava uma referência ao objeto de conhecimento da lingüística, mais do que ao próprio conceito de língua.³⁰ A referência ao que chamamos de "discurso científico" não resolve nada. Efetivamente, se de um lado não saberíamos negar a existência dos discursos científicos, enquanto discursos nos quais um certo real está inscrito no teórico, pelo viés de uma prática científica, é preciso também admitir que a modalidade de existência do discurso científico é ideológica. Em outros termos, todo discurso científico é também um discurso ideológico do mesmo modo que podemos dizer com Elizabeth Roudinesco que Freud "inaugura uma prática nova de discurso científico: este não é mais tomado como modelo, mas como discurso em que fala o desejo".³¹ Não é no nível do discurso que se pode, como teriam querido Frege ou Russell, caracterizar o discurso científico em oposição ao discurso ideológico, enquanto discurso da ficção ou do não-conhecimento. Aqui voltamos ao primado da prática. Podemos, todavia, tirar algumas lições da existência de discursos científicos tocando, de novo, na questão da linguagem. Efetivamente, a possibilidade de inscrição de um certo real no teórico supõe, no próprio corpo do discurso, uma certa autonomia com relação à ideologia. O fundamento dessa autonomia relativa é a irreducibilidade desse real da linguagem — que permite pensar o conceito de língua — às superestruturas ideológicas. Donde eu concluiria que a autonomia relativa da língua é o fundamento da relação entre sujeito e desejo assim como entre sujeito e ideologia, mesmo se essas duas dimensões do sujeito, enquanto efeito material, são irreducíveis uma à outra. O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela

linguagem antes de qualquer cogitação. Ver nisso apenas o fundamento de uma alienação quase existencial é esquecer que a linguagem é também o que torna possível uma apropriação do real como da discordância do sujeito com sua própria realidade da qual a neurose e a psicose representam as formas dramáticas.

NOTAS

¹ *Scilicet 2/3, Avoir et s'approprier*, p. 145.

² Sobre esse ponto ver, é claro, *L'interprétation des rêves* mas também M. Safouan, "Le rêve et son interprétation dans la conduite de la cure psychanalytique", in *Études sur l'Œdipe et Condensation et déplacement*, in *Scilicet 2/3*.

³ *L'interprétation des rêves*, p. 357.

⁴ *Ibid.*, p. 269.

⁵ *Ibid.*, p. 268.

⁶ *Ibid.*, p. 482.

⁷ *Ibid.*, p. 471.

⁸ *Ibid.*, p. 470.

⁹ *Ibid.*, p. 470 em nota.

¹⁰ *Au-delà du principe du plaisir*, p. 53.

¹¹ As mesmas observações podem ser aplicadas às múltiplas tentativas feitas para "fotografar" o fóton como grão elementar de energia ou bem... às tentativas dos fisiologistas para descobrir substâncias hormonais, ou outras, responsáveis pelas neuroses.

¹² Paráfrase de Lacan do "Wo es war, soll ich werden" de Freud (*Écrits*, p. 251). Note-se que, embora trate-se de uma paráfrase, Lacan mantém o aforismo freudiano entre aspas. É também importante notar que, em português, esse aforismo tem uma tradução mais ou menos consagrada e que procura ser fiel ao original: "Lá onde o Isso está o eu (*je*) há de vir".

Cabe ainda aqui uma pequena observação sobre o uso de *eu (je)* que virá assim no texto para marcar que se trata do sujeito do inconsciente que não deve ser confundido com eu (*moi*) que não aparecerá em itálico no texto.

¹³ Lacan, *Écrits*, "Fonction et champ du langage et de la parole".

¹⁴ *Id.*, *Le Séminaire I*, pp. 287-97.

¹⁵ Lembro que a realização do desejo inconsciente não implica necessariamente o prazer e que é mesmo essa discordância que faz o ser que sofre, muito mais que toda frustração objetiva. Eu digo que ele sofre no seu ser, pois a frustração objetiva poderia caracterizar-se pela ausência de todo objeto real capaz de cumprir o desejo

inconsciente: o desejo inconsciente está para além do princípio do prazer (cf. M. Safouan, op. cit.).

¹⁶ "Esse erro (o da psicologia) consiste em tomar o próprio fenômeno da consciência como unitário, em falar da mesma consciência, mantida por poder de síntese, na página iluminada de um campo sensorial, na atenção que o transforma, na dialética do julgamento e na *revêrie* comum. Esse erro repousa sobre a transferência indevida para esses fenômenos do mérito de uma experiência de pensamento que os utiliza como exemplo." Lacan, *Écrits*, "Position de l'inconscient", p. 831.

¹⁷ M. Safouan, *Études sur l'Œdipe*, p. 18.

¹⁸ *L'interprétation des rêves*, pp. 153-9 e 245-7. Ver também *Condensation et déplacement: une élucidation*, *Scilicet* 2/3 pp. 204-5.

¹⁹ Freud, "L'inconscient". In *Métapsychologie*, p.118.

²⁰ Sobre o conjunto dessa questão cf. D. Barbei.

²¹ Ver Lacan, *Écrits*, "Sur la théorie du symbolisme de Ernest Jones".

²² Id., *Écrits*, "Le séminaire sur la lettre volée".

²³ M. Safouan, "De la structure en psychanalyse".

²⁴ Ibid., p. 53.

²⁵ Lacan, *Écrits*, "Commentaires sur le rapport de Daniel Lagache".

²⁶ Cf. a primeira parte deste trabalho.

²⁷ Lacan, *Le Séminaire*, XI, p. 27.

²⁸ Id., *Écrits*, p. 680.

²⁹ Id., *Le Séminaire*, XX, p. 31.

³⁰ "... o significante constitui-se apenas de um ajuntamento sincrônico e enumerável em que cada um só se sustenta pelo princípio de oposição a cada um dos outros", por exemplo (Lacan, *Écrits*, p. 806).

³¹ *Un discours au réel*, p. 100.

PARA CONCLUIR

Que a linguagem, como ferramenta, seja imperfeita é patente e não há mais quase nada a falar sobre isso, do ponto de vista científico, quero dizer. Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da sua expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, de ilusões e de erros. Falar nesse momento de um defeito da linguagem, apresentá-la como uma ferramenta imperfeita, como Bentham ou Frege, parece mesmo um eufemismo que preserva a miragem da linguagem bem feita, de instrumento aperfeiçoado ou ainda de um uso racional desse instrumento. Não é assim que se pode abordar a língua.

Frege não considera a língua; ele está na filosofia da linguagem; ele tem a ver com a verdade contra a ficção e a demagogia e não com aquilo que se pode ou não se pode dizer. A linguagem ordinária, porque deixa escapar um certo impossível, embarça-o; porque nela se pode dizer algo que, para ele, não existe; alguma coisa que é apenas o caso de poder dizer. É isso que Frege percebe com a pressuposição para reinscrevê-la, de imediato, na ordem da verdade e da representação, pelo viés de uma objetivação do verdadeiro e do falso postos na posição de referência.

Os lingüistas, de Saussure a Chomsky, passando pelo estruturalismo, não têm o que fazer com a referência e a

representação. Eles passam seu tempo desfazendo-se delas. Um outro impossível cuja divisão entre verdade e erro estrutura seu objeto: o que não se pode dizer. Mas esse impossível só pode ser definido se confrontado com um possível que, em princípio, não podendo ser dito, não é da língua. Tal é a posição singular dos lingüistas: fazer existir aquilo que não é do seu objeto, especialmente sob a forma de incorreções ou agramaticabilidades. Isso supõe que dispomos ou podemos produzir um exterior à língua, mas não qualquer exterior; trata-se de um exterior que não deixa de ter relação com a língua, ao mesmo tempo em que é excluído dela. É assim que se pode delimitar a *regra* do que é da língua. Desse modo:¹

- (1) *ils font leur loisir avec empressement* (Eles fazem seu lazer com pressa)

tem relação com a língua, já que há:

- (2) *ils font leur devoir avec empressement* (Eles fazem seu dever com pressa)

mas em princípio é excluído.

Para o lingüista, trata-se portanto de produzir a razão de uma diferença na base de uma relação, que é também a razão de um impossível: por que *loisir* (*lazer*) é impossível lá onde há *devoir* (*dever*). Não há nada a concluir a partir do que seria propriamente exterior à língua, sem nenhuma relação com o que é da língua. Mas o que na ordem da linguagem poderia ser propriamente externo à língua, sem nenhuma relação com ela? Não é através de uma pura visão do espírito que podemos concebê-lo? O que constitui justamente a questão é precisamente que esse exterior propriamente dito, esse exterior sem nenhuma relação com a língua escapa sempre, como provam os pais maravilhados diante dos primeiros balbucios ou mesmo do primeiro grito de sua criança e de tudo que dela escutam. Concluímos então que da linguagem

nada escapa propriamente à língua, nada é exatamente sem relação com a língua, o que dá todo o alcance da afirmação de Saussure: é a língua que faz a unidade da linguagem. O embaraço dos lingüistas é ainda maior quando se vêem obrigados a produzir a razão de um impossível que não tem fronteiras determináveis. Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o lingüista. Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos lingüistas está sempre a ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua. Eles podem vir a divergir sobre esse ponto e não se privam de fazê-lo. Isso não impede que enquanto houver linguagem haja língua. É aí que um real insiste, um real que não saberíamos contornar.

Tendo reconhecido esse real, corre-se o risco de dar o passo de supô-lo redutível ao real de um sujeito, definido por natureza ou por direito, pouco importa, contanto que ele objective esse real. É, entretanto, isso mesmo que fazem todos os lingüistas para tentar garantir o seu objeto, todos os lingüistas, de Saussure a Chomsky, pois é exatamente como suporte de uma tal objetivação que se servem tanto das noções de *faculdade da linguagem* e da língua como *instituição social* como a noção de *competência lingüística* dublada por aquela de *intuição lingüística*. Nada a mais. O que é notável não é tanto o fato de os lingüistas darem esse passo, mas que eles fracassem ao fazê-lo, que a língua ultrapasse esse sujeito que eles supõem-lhe. Essa ultrapassagem é detectável na língua em diferentes pontos, entre os quais a questão da pressuposição sobre a qual me estendi longamente. Quero mesmo dizer *ultrapassagem* pois a pressuposição é ordenada pela língua. Não poderíamos extrair isso dos lingüistas que trataram da questão. Em todo caso a pressuposição introduz no registro daquilo que se pode dizer ou não uma dimensão que não coincide com a que estrutura o objeto dos lingüistas. Trata-se de um "defeito" da

linguagem na sua relação com a língua, de um defeito que embaraça os lingüistas. Por que:

(3) *Pierre ne se doute pas que Jean viendra* (*Pierre não desconfia que Jean virá*)

é possível, enquanto que

(4) *Je ne me doute pas que Jean viendra* (*Eu não desconfio que Jean virá*)

não o é?

Podemos, é claro, manipular razões lingüísticas para esse gênero de impossível, como no caso de *lazer* e *dever* invocado há pouco. No exame creio ter mostrado, trata-se mesmo de uma manipulação, se bem que sempre possível, mas cuja única razão de ser resulta apenas do fato de que gostaríamos que a lingüística desse conta, por seus próprios meios, do todo da linguagem pela língua. Há aí uma *totalização* cujo suporte é o sujeito, considerado como da língua. Considero a teoria exposta por Ducrot como a teoria "lingüística" mais conseqüente da pressuposição. Ela tem o mérito de eclodir o paradoxo de toda teoria do gênero porque ela conduz à suposição de um sujeito da língua. Quando se faz da pressuposição, e mais geralmente de todo "ato de linguagem", um ato jurídico, passa-se sub-repticiamente de um impossível (lingüisticamente falando) para uma obrigação que, como tal, só pode ser obrigação para um eu (*moi*) (obrigação, entre outras, de não se contradizer e de saber o que aquilo que ele anuncia supõe), isto é, uma obrigação *imaginária*. Falar de obrigação imaginária é, na verdade, um pleonasma, pois só poderia haver nesse caso obrigação imaginária, um pleonasma que revela a não-distinção do imaginário e do simbólico, pela qual o real da língua escapa. O lingüista mostra-se aí vítima da ilusão da autonomia do eu (*moi*), da função do não-conhecimento do imaginário que serve de base para a totalização que eu invocava há pouco.

Na impossibilidade de (4), o que aparece é o sujeito da enunciação sob o sujeito do enunciado como demonstra a possibilidade de (3). De fato é simplesmente:

(5) *Je ne me doute pas* (*Eu não desconfio*)

que parece impossível porque o sujeito do enunciado nele coincide com o sujeito da enunciação e que este último vacila entre saber e não saber. Donde conclui-se que:

- a pressuposição tem relação com o fato de se considerar que o sujeito da enunciação sabe alguma coisa;
- que o sujeito da enunciação não pode ser dividido entre saber e não saber, ao contrário do sujeito do enunciado.

Com efeito, por (3) Pierre não pode saber que Jean virá enquanto o sujeito da enunciação não pode deixar de sabê-lo.

Esse sujeito que não pode estar dividido entre saber e não saber, que só pode saber, é aquele que chamei precedentemente de o "sujeito universal". Donde eu concluiria que a existência da questão da pressuposição na lingüística supõe o "sujeito universal" ao qual, por essa mesma questão, acha-se identificado o "sujeito falante" considerado enquanto sujeito da língua. Sem essa identificação, a questão da pressuposição simplesmente não se configura.

Não emprego aqui o termo de identificação levemente, pois só pode haver "sujeito universal" enquanto sujeito que não pode deixar de saber, no imaginário ou na ideologia. Esse sujeito é um efeito reduzido a ser o suporte de um saber sobre a língua, mas como deve-se considerar como um fato de estrutura que nada na linguagem escapa propriamente à língua, esse saber sobre a língua está sempre a ponto de virar um saber sobre o mundo, um saber universal sobre o mundo. Um tal sujeito só pode existir no registro da materialidade do imaginário ou da ideologia. Mas então o fato de estrutura que toca à existência material da língua e que acabo de lembrar aparece como sendo aquilo que produz nesse registro de

materialidade o sujeito universal, sob a forma do sujeito da identificação simbólica no tocante ao imaginário (o Outro enquanto sujeito), e sob a forma do "sujeito da ciência" ou de seus análogos, Deus principalmente, no que diz respeito à ideologia. Em suma, direi que se há "sujeito universal" no imaginário como na ideologia é porque há língua. Projetar esse sujeito universal sobre o "sujeito falante" fecha a língua, faz dela totalidade incluindo o todo da relação da linguagem com a língua. Isso não tem as mesmas implicações se colocamo-nos do ponto de vista do imaginário ou do ponto de vista da ideologia. No que diz respeito ao imaginário, essa projeção anula a dimensão da fala. Ora, se a fala supõe a língua, ela não é redutível à língua. A fala estabelece a distinção entre saber (imaginário) e verdade enquanto causa do desejo, entre o saber daquele que enuncia e a verdade que se diz, sem que ele o saiba, naquilo que enuncia, sobretudo através do lapso ou da denegação. Desse ponto de vista *eu não desconfio (je ne me doute pas)* pode ser entendido como lapso e denegação. Para a ideologia, é a dimensão da história que desaparece sob o sujeito falante constituído em sujeito universal e, com ela, a dimensão do discurso. O discurso do "sujeito universal" só pode ser um discurso fora da história, um discurso sem história, cuja verdade é sempre já estabelecida e universal. Não me parece necessário redemonstrar que a própria idéia de tal discurso só se sustenta com uma concepção profundamente idealista da verdade teórica.² Lembrarei simplesmente que a projeção do "sujeito universal" sobre o sujeito falante implica essa concepção da verdade teórica e oculta a dimensão do discurso na medida em que esta representa a dimensão da história na linguagem.

Se portanto a existência no registro da materialidade tanto da ideologia quanto do imaginário de um "sujeito universal" parece decorrer unicamente do fato de que, da linguagem, nada escapa propriamente à língua — o que estabelece a existência da língua, assim como da identificação de um sujeito considerado como da língua ao sujeito universal —, vê-se que as conseqüências dessa identificação em cada um dos dois registros não são da mesma ordem. No caso do imaginário, é a dimensão da fala e do desejo

que se acha não conhecida; no caso da ideologia, trata-se das dimensões do discurso e da história. O não-conhecimento dessas duas dimensões, enquanto dimensões constitutivas da linguagem, não impede que elas ressurgam na lingüística sob forma de questões que ela apenas contorna, sobretudo a questão da pressuposição e a da semântica. Na lingüística, os efeitos desse duplo não-conhecimento misturam-se, o que só faz tornar mais difícil a sua abordagem, pois a confusão dessas duas dimensões mantém esse não-conhecimento. Efetivamente, vê-se que a projeção do sujeito da identificação simbólica e a do sujeito da ciência sobre o sujeito considerado como da língua sustentam-se uma à outra. Particularmente, a concepção da verdade teórica que qualifiquei há pouco como profundamente idealista, parece totalmente adequada para pensar a questão da verdade do ponto de vista do inconsciente. Dever-se-ia ver aí apenas a insistência do impossível "fora" do imaginário como da ideologia?

NOTAS

¹ Chomsky, *Aspects*, p. 202.

² Cf., sobretudo E. Balibar, *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, Maspéro, 1974, p. 257.

NOTA SOBRE A PRESSUPOSIÇÃO E O SENTIDO LITERAL

Oswald Ducrot

É pouco habitual dar a palavra, como anexo a uma obra, às teorias que nela são criticadas. Mais uma razão para que eu esteja agradecido a Paul Henry por ter aceito que eu diga algumas palavras sobre o meu uso atual da noção de pressuposição, noção muito malconduzida na primeira parte do seu livro. Não se trata de justificar o instrumento lingüístico que a pressuposição constitui: na minha opinião ele se justifica, antes de tudo, por seu valor heurístico, pela massa de observações empíricas que ele permitiu formular, portanto de se fazer, e não se trata de expô-las aqui. Não procurarei tampouco responder em detalhe às críticas de Paul Henry, isto é, discutir seus contra-exemplos, o que implicaria escrever um capítulo sobre seu capítulo. Mas gostaria de explicar qual o papel desempenhado pela pressuposição na pesquisa semântica tal como a concebo e, de outro lado, mostrar como a noção foi progressivamente transformada, e continua a ser, transformações destinadas a permitir-lhe melhor desempenho no seu papel. É claro, contudo, que a imagem que eu possa me fazer atualmente desse papel não surgiu de imediato, constitui-se pouco a pouco, e que ela é, em grande parte, constituída por oposição, para escapar de outras imagens. Sobretudo para escapar da imagem

proposta aqui por Paul Henry e cuja clareza ajudou-me a explicitar por contraste o que eu acho que penso (explicitar, quer dizer, pensar de outro modo).

Segundo Paul Henry — se compreendi bem suas críticas — meu recurso à pressuposição tem duas funções principais e culpáveis. Ele permite a reintrodução da noção de sujeito (que um saussurianismo conseqüente deveria ter liquidado definitivamente), e permite dissimular a "contradição" existente entre o "objeto real" do alcance da pesquisa lingüística e o "objeto de conhecimento" construído ao longo desta pesquisa. Essas duas funções não são, aliás, independentes. De um lado, parece que a ideologia do sujeito constitui um "modo de apropriação" da dita contradição: eu não me arriscarei a discutir sobre isso. De outro lado, porque as duas atitudes criticadas fundam-se, uma e outra, na ilusão do sentido literal: é aí que os lingüistas estão diretamente concernidos e expostos a problemas que temos tendência a evitar.

Introduzir o sujeito na teoria da enunciação é, para Paul Henry, crer que o agente da enunciação, isto é, o locutor, aquele que constrói um enunciado e o pronuncia, é o autor e o responsável pelo sentido transmitido pela enunciação, é, portanto, crer que aquele que fala é também aquele que diz. Ora, um marxismo conseqüente condenaria (e, o que me importa sobretudo, teria razão de fazê-lo) uma imagem tão simplista. Para que eu possa ser a origem do sentido de minhas palavras, seria necessário efetivamente que primeiro eu possa, no momento em que falo, conhecer esse sentido, estendê-lo diante de mim. O que é impossível, na medida em que ele depende da situação, e em que esta, ao envolver-me, escapa-me. Essa conclusão é tanto mais inevitável quanto mais amplo for o sentido dado à palavra "situação", incluindo, sobretudo, as associações em que são tomadas normalmente, no conjunto de discurso do qual o meu faz parte, as palavras de que me sirvo. De tal modo que o locutor ignora necessariamente o que suas palavras significam. Por maldade, lembrei que Gide dizia qualquer coisa de semelhante, na linguagem irritante do "homem de letras" do começo do século, sustentando que só o leitor pode revelar ao autor o

conteúdo de sua obra, e ele chamava de a "parte de Deus" — em oposição à "parte do escriba" — esse sentido que se diz através da palavra, sem ser contudo dito por aquele que fala. Se queremos, em compensação, manter que o locutor é o sujeito da enunciação, é preciso chegar a definir um sentido que não corra o risco de escapar-lhe, um sentido que ele possa circunscrever, considerar e escolher. Segundo Paul Henry, é o que fazem os lingüistas quando supõem que cada frase, tomada isoladamente, possui um sentido, seu "sentido literal" (na minha terminologia é a "significação"). Pois se o valor situacional de nossas palavras pode escapar-nos, seu valor literal, em compensação, deveria ser-nos conhecido na medida em que conhecemos a língua que utilizamos. Podemos, portanto, ser declarados responsáveis e sermos, por esse fato, considerados não apenas como os agentes, mas como os sujeitos de nossas enunciações.

Se admitimos até esse ponto o raciocínio de Paul Henry, é claro que deveremos recusar a noção de pressuposição, pelo menos aquela que é apresentada em *Dire et ne pas dire*. Pois o pressuposto, neste livro, é definido como um constituinte semântico do enunciado, da frase (as duas palavras sendo utilizadas como equivalentes). Além do mais, oponho essa noção à de "subentendido": o subentendido não está incluído no enunciado, mas aparece apenas quando o destinatário procura por que o locutor achou conveniente, em tal lugar e em tal momento, utilizar o enunciado. Suponhamos então, retomando um exemplo bem sedimentado, que A anuncia a B:

(1) *Pierre parou de fumar.*

B pode concluir, além do fato (a) que Pierre, atualmente, não fuma, de um lado, a indicação (b) que ele fumava antes e, de outro lado, em inúmeras circunstâncias pelo menos, a lembrança de (c) que uma pessoa determinada (A, B, ou um terceiro) não deixou de fumar. Tornou-se comum considerar (a) como um posto, isto é, como aquilo cujo anúncio é objeto *confesso* da enunciação, enquanto (b) e (c) são, para mim, implícitos, na medida em que o

locutor pode sempre pretender não ter *querido* dizê-los: mesmo se sua comunicação constitui de fato a razão de ser do ato de fala realizado, eles não são *apresentados* assim. Se se trata, em seguida, da distinção entre (b) e (c) classificaremos geralmente (b) entre os pressupostos e (c) entre os subentendidos. E, para explicar essa decisão, alegaremos, sobretudo, que o locutor pode negar a verdade de (c), enquanto ele tem responsabilidade sobre (b) (ainda que ele possa negar ter *querido* dizê-lo, ele não pode negar tê-lo dito). Essa observação levou-me a sustentar (de um modo que eu retificarei mais adiante) que (b) decorre do próprio enunciado, que ele pertence ao sentido literal, enquanto (c) é produzido apenas a partir da enunciação. Um tal expediente parece portanto mostrar, como me critica Paul Henry, que a noção de pressuposto implica a de sentido literal, e, em decorrência, que ela permite salvar a crença no sujeito.

A crítica é ainda agravada por eu ter chamado o pressuposto de um implícito. Eu entendia por isso que tudo aquilo que é dito sob essa forma não é apresentado como objeto do dizer: se é dito, é com a aparência daquilo que não é para ser dito. Mas a palavra "implícito" designa muito mais. Pode-se aplicá-la também ao conjunto de crenças carregadas por um discurso, sem que o locutor tenha tido a intenção clara de utilizar seu discurso para essa comunicação. Procurar o implícito é então tentar descobrir, atrás da pretensão do autor de trazer uma nova mensagem, a repetição, o (re)dizer contínuo, "evidências" de uma coletividade. Ora, é certo que a pesquisa lingüística dos pressupostos tem um objetivo diferente, e muito mais modesto: ela diz respeito apenas ao modo de apresentação dos conteúdos veiculados pelo discurso, e não à sua origem. Quando chamo a pressuposição de implícito, quero caracterizar somente o modo pelo qual o locutor alojou-o na fala, não o modo pelo qual ele chegou a essa fala. É claro que pode acontecer que deslizem para o discurso certos pressupostos que testemunham sentimentos e crenças que o locutor teria gostado de calar, ou dos quais ele não tem nem mesmo uma consciência clara. Pode ocorrer que controlemos menos o pressuposto que o posto, de maneira que a exibição dos pressupostos arrisca ter algumas virtudes psicaná-

líticas (é o caso, por exemplo, quando o líder de um partido político X declara que ele respeitará a liberdade dos outros partidos, "mesmo do partido Y", o que pressupõe, no sentido mais estrito do termo, que o respeito do partido Y é, para X, um grande sinal de liberalismo, confissão instrutiva, pelo menos divertida, se os partidos X e Y são oficialmente aliados). Mas preciso admitir que esses casos de lapsos pressuposicionais são exceções e que, na maioria das vezes, os pressupostos não trazem, por eles mesmos, revelações (ainda que seja indispensável, na minha opinião, se queremos compreender a organização interna, o procedimento, de um discurso, reconhecê-los e distingui-los dos postos). De tal modo que podem criticar-me, de acordo com esquema argumentativo em voga, de querer "ocultar" (ou pior, de ocultar "objetivamente") toda essa parte do implícito de que não trato. Na medida em que o implícito de que trato articula-se com o sentido literal, na medida em que ele pode ser percebido e escolhido pelo locutor, na medida, portanto, em que ele deixa que este último aja como sujeito, atribuir-se-á à minha pesquisa um caráter recuperador. Introduzir uma certa forma de implicação nos poderes do locutor é permitir a crença de que todo o implícito pode caber aí, é portanto derramar o vinho novo e revolucionário do implícito nos velhos odres do idealismo universitário.

Como a primeira, a segunda crítica que isolei na argumentação de Paul Henry está ligada, finalmente, à noção de sentido literal. No começo encontra-se a distinção, à qual os antigos manuais de filosofia consagravam tradicionalmente um capítulo, entre o fato e a teoria. Althusser, citado por Paul Henry, fala do objeto real e do objeto do conhecimento. No domínio lingüístico, encontramos uma oposição análoga em Saussure: ele distingue a "matéria", dada pela observação (são os fatos da fala), e o "objeto" construído para dar conta dela (é a língua). Oposição retomada por Hjelmslev, que fala do objeto *estudado*, "do qual partimos", e do objeto *específico*, aquele que visamos, aquele que "nos propomos a apreender" (*Essais linguistiques*, 1959, p. 24). É essa separação que eu quis introduzir nas pesquisas semânticas. A matéria, o objeto estudado, ou, se preferirmos, o real, consistem, para mim, no fato de que os atos particulares de enunciação,

efetuados em circunstâncias determinadas, estão à procura de um "sentido". Para dar conta de fatos desse gênero, proponho, é a escolha que tem comandado o meu trabalho, atribuir aos próprios enunciados (às frases) um valor semântico, que chamo de sua "significação". Esse valor, *objeto específico, objeto do conhecimento*, é construído pelo lingüista, que lhe impõe duas exigências. De um lado, ela deve contribuir para explicar os sentidos realizados na enunciação (*objetos reais* da pesquisa). De outro lado, ela deve ser calculável, para todas as frases de uma língua, a partir de regras gerais, ligadas ao léxico e à sintaxe dessa língua. Essa é a razão por que em um artigo sobre a "Descrição semântica" (*Journal de Psychologie*, jan. 73, p. 120) tentei separar dois tipos de hipóteses. Algumas, ditas externas, comandam a observação do real a ser explicado. Elas servem, retomando a terminologia dos manuais de filosofia, para estabelecer o "fato científico" a partir do dado imediato (pois o próprio "fato" está cheio de hipóteses: ele é, como dizia Duhem, fabricado com as teorias de ontem). As outras, que chamo "internas", entram na constituição do objeto teórico com a ajuda do qual constrói-se a explicação. As primeiras, em semântica, dizem respeito à descrição do sentido das enunciações, estas últimas, à construção da significação dos enunciados. Uma das minhas hipóteses "internas", lembrando-nos do parágrafo anterior, consiste em separar, no próprio enunciado e antes de toda enunciação, um conteúdo semântico "explícito" — o posto — e um conteúdo implícito — o pressuposto — reservando para a enunciação uma outra forma de implícito, o subentendido.

Mal terminada, entretanto, essa distinção dos dois objetos é ameaçada pelo simples fato de tentarmos pô-la em prática num trabalho efetivo (pois ela não corre nenhum risco enquanto serve para decorar, bem arrumada, uma vitrine de filosofia). Eu gostaria de mostrar como, da minha parte, fui certamente levado a esquecê-la, no próprio momento em que a usava. Será que uma tal autocrítica corresponde bem à crítica — dirigida por Paul Henry aos semanticistas atuais — de procurar "apropriar-se da contradição" existente entre os dois objetos, ou posso reivindicar o mérito de tê-la "trabalhado"? Uso muito pouco essa terminologia para poder

decidir sobre isso. Mas ocorre que, ao ler os primeiros capítulos de *A ferramenta imperfeita*, creio ter melhor tomado consciência de um deslizamento que eu tinha antes dificuldade para explicitar e que procurarei descrever.

Inicialmente preciso distinguir esse deslizamento, que vou confessar, daquilo que seria uma queda, e que consistiria em querer estabelecer o objeto de conhecimento através de uma observação análoga àquela em que aparece o objeto real. Em semântica lingüística isso corresponderia a pretender "observar" a significação dos enunciados. Espero ter mostrado suficientemente, com exemplos lingüísticos precisos (entre outros, a descrição de *mais* ou a de *mesmo*), os artefatos que essa atitude qualificada de "introspecção artificial" determina. E se introduzi na significação do enunciado as variáveis "referenciais" e "intencionais", destinadas a serem especificadas a partir da situação — e que não podem evidentemente ser um objeto de observação — é justamente porque essa significação não deve ser justificada, na minha opinião, por uma intuição direta do lingüista. O que a justifica é seu valor explicativo.

Mas, uma vez esclarecido esse ponto, resta ainda o fato de que a própria utilização explicativa do objeto construído, a única que me parece aceitável, introduz certos riscos de confusão. Pois pode o objeto construído preencher sua função se ele não é, numa certa medida, homogêneo ao que ele deve explicar? Sob sua forma mais brutal essa homogeneidade pode ser concebida como uma presença subjacente do teórico no constatado. Desse modo, quando um físico constrói a noção de gás perfeito para dar conta dos fenômenos observados com gases reais, há, conscientemente ou não, tendência a supor que o gás real é um gás perfeito, adicionado a diversas impurezas. Explicar-se-ia assim o fato de ele possuir, com pequena aproximação, as propriedades previstas para o gás perfeito. É preciso reconhecer que encontramos uma tentação similar em semântica. Podemos ser tentados a pensar que o sentido da enunciação (considerado como um real) é igual à significação do enunciado (isto é, ao objeto construído), temperado de alguns ingredientes acidentais, trazidos pela situação de discurso.

Desembocamos quase que necessariamente numa tal imagem se *definimos* o pressuposto (por contraste com o subentendido) como um constituinte semântico ligado ao enunciado, e que seria diretamente despejado do enunciado para a enunciação. Como, efetivamente, não tomá-lo, nessas condições, como alguma coisa que *já* está no objeto teórico (significação, sentido literal) e que encontramos ainda, *a fortiori*, no objeto real (sentido). Para evitar essa conseqüência, é necessário (e é graças a Paul Henry que tomei mais claramente consciência disso) abandonar a tese, muito simplista, que caracteriza o pressuposto por seu vínculo com o enunciado. Mostrarei adiante como creio poder fazê-lo e com que limites.

Mas a homogeneidade do sentido e da significação pode tomar uma segunda forma, mais discreta. Eu disse acima que subentendido é fruto de uma reflexão sobre a enunciação. Ele aparece como resposta à questão "Por que o locutor disse o que disse?" Retomando o exemplo (1), quando o subentendido (c) aparece, serve para explicar a notícia que Pierre parou de fumar: "Se ele acha que deve me assinalar *isto* que não me diz respeito diretamente, é porque ele quer marcar *isto*, por exemplo, que se pode parar de fumar, e que ele me assinala, desse modo, minha covardia ou a de um outro". Mas um tal expediente supõe, como a própria condição de sua possibilidade, que o destinatário tenha primeiro reconhecido *o que o locutor disse*, o "isto" que foi mencionado acima. Pois o raciocínio que postulei não está diretamente ligado à realidade fonética ou sintática do enunciado, mas primeiro ao seu conteúdo. Não se trata de explicar por que o locutor empregou tais palavras, mas por que ele disse tal coisa. Desse modo, para compreender o aparecimento de subentendidos ligados à enunciação, é preciso antes, parece, reconhecer no enunciado uma significação cuja natureza é absolutamente comparável à do sentido obtido no final da interpretação. Para que o raciocínio em questão seja possível, é preciso, efetivamente, que a significação do enunciado constitua uma mensagem compreensível em si mesma, que ela possa ser objeto de uma comunicação, a fim de que o destinatário tenha que se interrogar, em seguida, sobre as

razões dessa comunicação. Mas será que temos o direito, nessas condições, de considerar a significação do enunciado como um objeto teórico, como um modelo abstrato desprovido de realidade empírica? Pois ela só ganha valor explicativo se o destinatário da enunciação pode representá-la, se portanto ele a considera, em um certo momento pelo menos, como um sentido possível, antes de acrescentar-lhe, ou substituí-la por um outro sentido. Encontramos assim diante de uma alternativa. Ou bem o objeto teórico não explica nada, e então não serve para nada, ou bem, se ele explica, ele tem todas as características do objeto real. Apliquemos essa alternativa ao problema particular da descrição semântica. Ou bem a significação (sentido literal) atribuída ao enunciado não serve para levar à compreensão do sentido efetivo da enunciação, ou bem ela constitui nela mesma uma espécie de sentido, análogo ao que será escolhido definitivamente. Mas admitir essa última eventualidade é arruinar a distinção do teórico e do real de onde partimos. Isso pode conduzir, de outro lado, à atribuição de um valor privilegiado para a significação. Pois se ela constitui, como o sentido decorrente da situação, o objeto de uma possível comunicação, como não considerá-la como superior? Dado o seu caráter literal, sua inerência ao enunciado, ela deve, efetivamente, poder ser estabelecida, a despeito de interlocutores e circunstâncias, com absoluta certeza. Ela aparece então como o instrumento perfeito de uma comunicação clara e honesta. Todo o resto seria literatura ou má-fé.

O recurso à pressuposição implica uma tal concepção de linguagem? Seria um belo exemplo de uma revirada dialética, pois a pressuposição foi introduzida na semântica lingüística para ilustrar uma imagem de língua totalmente diversa. Tratava-se de apresentar esta última como sendo essencialmente um meio, e talvez o meio essencial, do afrontamento interindividual. Mas, justamente, diria Paul Henry, é inevitável que não possamos pensar o conflito se queremos pensá-lo em termos de interação entre indivíduos. O verdadeiro conflito está em outro lugar, e ele opõe as classes sociais. Se não levamos isso em conta, sempre voltaremos, depois de contornos mais ou menos engenhosos, à imagem idílica de uma

língua consagrada a dizer coisas, e que ignora as relações de força entre os homens. Nas pesquisas semânticas, ou somos marxistas ou devemos nos resignar ao irenismo.

É fácil imaginar que tal alternativa não me agrada nada. E ainda menos pelo fato de que, para Paul Henry, como para Michel Pêcheux, ser marxista nas questões de semântica conduz à recusa de abordá-las em lingüística. Ora, parece-me pouco contestável que, há décadas que na Europa, como nos Estados Unidos, a semântica lingüística acumulou, fora de qualquer quadro teórico marxista, uma massa impressionante de conhecimentos empíricos (entendendo-se por isso, ao mesmo tempo, a observação de fatos inéditos e hipóteses precisas sobre o que implicaria o estabelecimento de relações entre eles). Que isso agrade ou não, há um ganho científico que podemos reinterpretar, mas não anular. Aceitar o dilema, através do qual esquematizei a tese de Paul Henry, é admitir que esses conhecimentos estejam integrados à concepção "irenista" de que falei. Concepção que não é imaginária, mas que existe e desenvolve-se. Sua forma mais aperfeiçoada, nesse momento, é uma espécie de lógica generalizada, procurando caracterizar todo enunciado como o veículo de um conteúdo lógico, suscetível de ser verdadeiro ou falso: o que é o mesmo que dar à língua uma função essencialmente informativa (cf. as pesquisas levadas no quadro da "gramática universal" de R. Montague). O que procuro fazer é desenvolver uma representação completamente diferente, que considera a ação recíproca dos interlocutores como o fato lingüístico fundamental. E é no interior dessa representação que fui levado a atribuir um lugar importante para a pressuposição.

Vou tentar dizer agora como isso se deu, ao modificar, nesta apresentação, certas teses muito apressadas e justamente criticadas por Paul Henry (mas, enquanto P. Henry considera-as como reveladoras do meu projeto, acho pelo meu lado — quem estaria contra mim? — que elas o desnaturam). É fácil imaginar sobre que ponto as modificações vão atuar principalmente. Trata-se da questão das relações entre a noção de pressuposto e a de sentido literal. Tentarei mostrar que podemos manter ao mesmo tempo:

(1) que cada enunciado possui, independentemente de toda enunciação, uma "significação" que podemos, se quisermos, chamar de "sentido literal";

(2) que essa "significação" ("sentido literal") é mesmo um "objeto do conhecimento" ("objeto" no sentido de Saussure, "objeto específico" no sentido de Hjelmslev), e que ela não é nem uma parte do objeto real (isto é, do "sentido" das enunciações) nem uma entidade da mesma natureza, suscetível de ser visada por um ato de comunicação;

(3) que ao se descrever o sentido de uma enunciação é importante distinguir aquilo que ela põe daquilo que ela pressupõe;

(4) que essa distinção, mesmo quando acrescentada ao enunciado no momento da enunciação, pode já estar marcada no interior da significação (em *Dire et ne pas dire*, eu afirmava que ela está sempre, e por definição, inscrita na significação);

(5) que a língua, considerada como um conjunto de enunciados semanticamente caracterizados, revela-se um instrumento de *ação* antes de ser um instrumento de informação (que parece uma consequência do ponto 4);

(6) que é possível considerar o enunciador como "sujeito" (isto é, como capaz de se representar, em um certo nível, o sentido daquilo que ele diz), sem que seja necessário para isso confundir esse sentido com a significação do enunciado, ou sentido literal (confusão cuja denúncia é o objeto do ponto 2).

A maior parte das tentativas para tratar dentro do quadro lingüístico os fenômenos de pressuposição utilizou dois tipos de propriedades, que chamarei, respectivamente, de semânticas e pragmáticas (recorro a essas designações por simples razões de comodidade e sem assumi-las, pois recuso justamente a distinção entre o nível semântico e o nível pragmático). As primeiras dizem

respeito a certas invariâncias de sentido que podemos constatar através de diversas transformações sintáticas de um mesmo enunciado, principalmente a negação e a interrogação. Se dizemos que o enunciado A pressupõe B, é geralmente porque não apenas A, mas também suas transformações — negativa e interrogativa — deixam entender que B é verdadeiro. Desse modo, utilizando qualquer um dos três enunciados seguintes, mantém-se que Pierre fumava antes:

- *Pierre parou de fumar. (Pierre a cessé de fumer.)*
- *Pierre não parou de fumar. (Pierre n'a pas cessé de fumer.)*
- *Pierre parou de fumar? (Pierre a-t-il cessé de fumer?)*

A propriedade pragmática, que é geralmente tratada antes, diz respeito à atitude que o locutor de A atribui ao destinatário com relação a B. Se A pressupõe B, normalmente só se emprega quando se crê que o destinatário está a par de B. Haveria assim alguma estranheza, ou, em todo caso, uma procura estilística particular — eventualmente uma habilidade retórica — no emprego de um dos três enunciados precedentes se não achamos que a pessoa a quem nos dirigimos já sabe que Pierre fumava antes. A convergência dos dois tipos de propriedades que acabam de ser apontadas constitui aliás, por si só, um fato notável. Desde o início, a noção de pressuposição aparece na junção dos problemas de interpretação e de emprego. É esse o aspecto que me interessa na questão da pressuposição: ele mostra que a atribuição de um valor semântico a um enunciado não pode ser feita sem certas indicações sobre sua eventual utilização. Todas as minhas pesquisas, durante uma década, tiveram como objetivo ilustrar e dar maior precisão a essa idéia, que permanece muito vaga se nos limitamos à formulação precedente.

No que diz respeito ao problema particular da pressuposição, o momento essencial, para mim, foi ver que as propriedades de que acabo de falar, e que chamarei de agora em diante de "propriedades clássicas", constituem aspectos relativamente

superficiais (ainda que pouco contestáveis) do fenômeno estudado. Tomemos por exemplo as leis "semânticas". Observa-se facilmente que elas são de aplicação bastante restrita, na medida em que um grande número de enunciados (certamente a maior parte dos enunciados de um texto real) não pode ser submetido, de um modo minimamente natural, à negação ou à interrogação. É o caso, sobretudo, das frases já complexas, aquelas que comportam elas próprias negações internas ou encaixamentos. Essa é a razão por que Paul Henry quer mostrar que as proposições relativas que introduzem uma qualificação não introduzem pressupostos, e que é, em todo caso, difícil de aplicar-lhes o critério de negação. Ele toma por exemplo uma frase, já negativa, "Jean, que sabe que Pierre está aqui, não virá" que é realmente difícil de ser submetida a uma segunda negação e que também se presta muito mal a uma transformação interrogativa. Mas é o caso também para um grande número de frases relativamente simples. Como introduzir uma negação ou uma interrogação nos enunciados:

- (2) *Pierre foi quase pontual. (Pierre était presque à l'heure.)*
- (3) *Exceto um, todos os ocupantes morreram. (Tous les occupants sauf un ont péri.)*

E, entretanto, parece-me perfeitamente possível atribuir a essas duas frases os pressupostos respectivos:

- (2') *Pierre não estava no horário.*
- (3') *Um dos ocupantes não morreu.*

A razão é que, de um lado, tais indicações são efetivamente trazidas para cada utilização de (2) ou de (3). De outro lado, e sobretudo, elas têm um caráter comum com os pressupostos que respondem aos critérios "semânticos" e esse caráter pareceu-me cada vez mais como essencial. Trata-se do comportamento destas frases no que chamei de "encaixamento". Quero dizer com isso que o locutor de (2) e de (3) não as destina à coordenação com outros

enunciados através de uma transição que diria respeito apenas, no interior de seu conteúdo semântico, às indicações (2') e (3') (Ao dizer "não os destina", entendo "apresenta-os como não estando destinadas"). Desse modo não consideraremos a possibilidade de dizer:

— *Pierre foi quase pontual; e também perdeu o trem que não estava nem um minuto atrasado. (Pierre était presque à l'heure; aussi a-t-il raté son train qui n'avait pas une minute de retard.)*

Mas podemos, em compensação, prever o encadeamento:

— *Pierre foi quase pontual; e também pôde pegar o trem que estava com alguns minutos de atraso. (Pierre était presque à l'heure; aussi a-t-il pu attraper son train, qui avait quelques minutes de retard.)*

A razão desse fenômeno é que a primeira sucessão basear-se-ia sobre o elemento (2') ("Pierre não foi pontual"), que, mesmo estando presente em (2), não é dado como próprio para orientar o discurso ulterior. É a mesma restrição, na minha opinião, que impediria o primeiro dos dois encadeamentos seguintes. Daríamos a ele um forte valor sádico:

— *Milagre em Orly: exceto um, todos os ocupantes morreram. (Miracle à Orly: tous les occupants de l'avion, sauf un, ont péri.)*

— *Milagre em Orly: um dos ocupantes do avião pôde ser salvo. (Miracle à Orly: un des occupants de l'avion a pu être sauvé.)*

Enunciar a primeira seqüência seria apresentar como miraculosa não a existência de um sobrevivente, mas a morte dos outros passageiros (o elemento (3') efetivamente, ainda que esteja incontestavelmente ligado a (3), não é apresentado nesse enunciado

como aquilo que permite o encadeamento dessa frase com o discurso que a cerca).

Não vou mostrar aqui com detalhe que os pressupostos identificados através dos critérios clássicos obedecem também a essa lei do encadeamento, que aparece, desse modo, como detentora de um valor absolutamente geral: tentei fazê-lo em *Dire et ne pas dire*, e discutir ao mesmo tempo os principais tipos de contra-exemplos que se poderia apresentar. O que para mim é o mais importante é poder observar a nova formulação dada à lei. De um lado, limito-me aos encadeamentos por coordenação: ver-se-á em seguida em que quadro são tratados os problemas relativos à subordinação. De outro lado, falei dos encadeamentos que o sujeito falante "considera" para os enunciados (2) e (3), e não daqueles que são efetivamente constatados. Pois existe, sem nenhuma dúvida, uma multiplicidade de discursos reais em que um locutor, tendo enunciado (2) ou (3), continua seu discurso com relação a (2') ou (3'). E os casos de encadeamentos sobre os pressupostos são ainda mais freqüentes se há mudança de interlocutor. Ao dizer que se trata então de discursos ou de diálogos "anormais" (expressão que me foi muito criticada), eu gostaria de dizer — e creio tê-lo dito explicitamente — que eles não fazem parte de um leque de possibilidades abertamente propostas por aquele que enuncia (2) ou (3). É claro que na medida em que as indicações (2') e (3') estão contidas em (2) e (3) é fácil explicar que o destinatário, se ele tem razões para julgá-las importantes, assente nelas sua resposta. Além do mais o locutor pode ter a intenção de provocar uma tal resposta (sua estratégia aparecendo sempre, nesse caso, como desviada). Podemos ainda compreender perfeitamente que um locutor único, depois de ter empregado (2) e (3), mude sua opinião — ou finja tê-la mudado — e continue de um modo diferente daquele que a primeira frase permitia prever. Mas tudo isso não contradiz a lei do encadeamento, tal como está formulada aqui. Esta refere-se ao que chamei em outro lugar de um "discurso ideal". Na minha opinião, ele é constitutivo do fato de toda enunciação atribuir-se um certo tipo de meio, dar-se como continuação, ou como origem, um certo tipo de fala. Em semântica lingüística justifica-se falar de estrutura

justamente porque a frase pode definir-se pela classe de contextos que se projeta quando ela é empregada. Resposta nesta concepção teórica, a lei de encadeamento estipula que o "contexto ideal", chamado por enunciado, não se assenta sobre seus pressupostos: estes fornecem apenas o quadro no qual devem organizar-se as associações desencadeadas por seu conteúdo posto.

Suponhamos que se aceite, como acabo de sugerir, substituir a "lei do encadeamento" por "critérios semânticos clássicos" (negligenciando provisoriamente estes últimos, dos quais direi em breve que lugar lhes cabe na concepção de conjunto esboçada aqui). Somos então levados, pelo mesmo movimento, a desvalorizar a segunda categoria que distingui entre os "critérios clássicos". Isso porque bom número dos pressupostos incorporados graças à noção de encadeamento não satisfaz a esta exigência "pragmática", segundo a qual o locutor deve pressupô-los como conhecidos do destinatário. Ninguém, efetivamente, encontrará a menor estranheza, a menor violação de qualquer regra, no diálogo abaixo:

A:— *Parece que Pierre cresceu bastante. Quanto ele está medindo? (Il paraît que Pierre a beaucoup grandi. Combien mesere-t-il?)*

B:— *Quase 1 m 80. (Presque 1 m 80.)*

Segundo o que foi dito antes, a réplica de B pressupõe que Pierre não meça 1 m 80, isto é, que ele meça menos (Se B acrescenta um comentário, ele será do tipo "Pierre é grande", e não do tipo "Pierre é pequeno"). Ora, no contexto escolhido, B não tem razão nenhuma para pensar que A esteja a par desse fato. Chegaremos à mesma conclusão a propósito de um título de jornal anunciando um acidente de aviação e redigido da seguinte maneira:

— *Cai um Boeing. Exceto um, todos os ocupantes morreram. (Un Boeing s'écrase. Tous les occupants sauf un ont péri.)*

Está bem claro, na situação tomada como exemplo, que o leitor do jornal não pode já saber que um passageiro salvou-se. A mesma idéia poderia, aliás, ser posta em evidência por muitos dos pressupostos estabelecidos segundo os critérios semânticos clássicos. Basta imaginar, em um jornal sensacionalista, um título do estilo de:

— *Ele pára de fumar. Três dias depois é internado. (Il cesse de fumer: trois jours plus tard on l'interne.)*

Como salvar a regra geral segundo a qual não se pode dizer *Ele parou de fumar* a não ser que o destinatário soubesse que "ele" fumava? Seria preciso imaginar, no caso precedente, toda uma retórica bastante complicada da qual poderíamos nos poupar se aceitássemos a tese defendida aqui.

O que resta da concepção pragmática clássica é que é pouco habitual pressupor um conteúdo e pretender ao mesmo tempo divulgá-lo. Mas isso parece explicar-se muito bem se aceitamos definir a pressuposição pela resistência ao encadeamento. Dizer, efetivamente, que uma enunciação é apresentada como notícia, não é apenas (nem mesmo necessariamente) dizer que seu conteúdo é novo, informativo, para o destinatário, é dizer que ele é *dado, mostrado*, como tal. Ora, essa pretensão de informar implica que se atribui uma certa importância, ou, se preferirmos, uma certa pertinência, àquilo que informamos ao destinatário: agimos como se ele devesse tirar algumas conclusões. Como, então, afetar a modalidade pressuposicional que lhe retiraria toda pretensão de orientar o debate ulterior? Se minha tese é correta não é, portanto, o caráter novo do enunciado, mas sua pertinência argumentativa, que explica sua afinidade com o estatuto de posto e sua incompatibilidade com o estatuto de pressuposto. Para confirmar essa idéia, notar-se-á também que os conteúdos desprovidos de toda novidade (dos quais o destinatário já está evidentemente a par) podem, contudo, ser apresentados como posto: há muitas coisas que formulamos, contentando-nos em chamar a atenção sobre elas ou lembrá-las e sem reivindicar a menor originalidade. Nada impede

que, por exemplo, ao ver Pierre fumar, alguém diga a um terceiro, que também é espectador do evento: "Pierre não tem a menor força de vontade, continua fumando". Nesse caso, diz-se que Pierre atualmente fuma; entretanto o destinatário sabe disso tão bem quanto o locutor. Se decidimos por um posto, é que a indicação posta é tal que, naquilo que é dito, é relevante.

Contrariamente ao que com frequência consideramos uma evidência, a observação direta não obriga, portanto, que se diga que a distinção entre o posto e o pressuposto recobre, no diálogo ordinário, aquela entre o que já se sabe e o que fazemos saber, ou, para retomar os termos de Strawson, entre o que se presume conhecido e o que se presume ignorado (eu certamente errei em não marcar mais claramente, sobre esse ponto, meu desacordo com Strawson).

Insistindo assim sobre a lei do encadeamento, tomada como a propriedade essencial da pressuposição, somos levados a definir esta última como um ato de linguagem, mais precisamente mesmo, como um ato ilocucionário particular. Uma tal caracterização, que constitui uma das teses principais de *Dire et ne pas dire*, pode ser considerada como pragmática, mas não no sentido estreito dado a esse adjetivo nas páginas precedentes, sentido que provinha das teorias lógicas neopositivistas (Ch. Morris). Os critérios "pragmáticos" que discuti levam a integrar a procura dos pressupostos ao estudo das condições de emprego dos enunciados. Agora trata-se de algo bastante diferente: trata-se de ver que esses pressupostos de um enunciado determinam, pelo menos em parte, o que fazemos quando o empregamos.

Para tornar compreensível essa idéia de um ato de pressuposição, é preciso primeiro desenhar a concepção do conjunto do ato lingüístico na qual ela se integra: em um artigo ainda inédito, chamei essa concepção de "um estruturalismo do discurso ideal". Quero dizer com isso que é próprio do valor semântico de uma enunciação qualquer pretender introduzir uma modificação jurídica nas relações entre os interlocutores. Dar uma ordem, por exemplo, é pretender que o destinatário assujeite-se, pelo simples fato de

alguém dirigir-lhe a palavra, a uma nova obrigação. Quanto à promessa, ela consiste, de uma maneira simétrica, a apresentar o que se diz como fonte de obrigação para si mesmo. Mas os atos de fala podem também ter como domínio de aplicação a situação propriamente lingüística dos interlocutores, isto é, seu discurso ulterior. Eles apresentam-se então como legislando o que será dito em seguida, essa alusão à sua própria continuação fazendo parte integrante daquilo que eles são. Assim não há interrogação que não se dê, enquanto tal, como atribuição ao destinatário do dever de responder; seja por uma confissão de ignorância (de onde conclui-se que, digamos de passagem, as "questões de exame", ainda que elas não sejam pedidos de informações ou instruções, estão perfeitamente de acordo com a definição geral da questão: o examinador, ao formulá-las, arroga-se o direito de criar no aluno obrigações que ele não tinha antes). Vê-se por que chamo de estruturalista uma tal concepção: o ato de enunciação é nela definido, do ponto de vista semântico, por sua relação com aquilo que está além dele, mais precisamente, por sua relação com o futuro que ele projeta: sua continuação aparecendo como constitutivo do seu ser. E, de outro lado, esse estruturalismo é relativo a um "discurso ideal", na medida em que não há nenhuma necessidade de tomar como reais as modificações jurídicas em questão: eu não desejo, nem me sinto obrigado a dizer que *se deva* obedecer ou responder às questões. Mas não podemos dar ordens ou fazer perguntas sem supor que atribuímos, pela nossa própria fala, tais deveres às pessoas a quem nos dirigimos.

Desse ponto de vista, a pressuposição, caracterizada pela sua resistência ao encadeamento, torna-se um ato de fala análogo a todos os outros. Pressupor que Pierre fumava antes — o que se faz geralmente quando se emprega o enunciado *Pierre parou de fumar* — é proibir ao diálogo ulterior toda uma categoria de continuações que seriam, entretanto, logicamente possíveis. É, portanto, de uma maneira positiva, orientar a argumentação para uma determinada direção; aquela que está ligada ao fato de Pierre, atualmente, não fumar. E tudo isso mantendo, sem a menor restrição, o fato de ele ter sido antes um fumante. A pretensão

constitutiva do ato de pressuposição é portanto dupla. De um lado ele pretende ser reconhecido como verídico — traço que lhe é comum com o ato de afirmação (pois nada se pode afirmar sem implicar que o outro deva crer). De outro lado, ele distingue-se da afirmação, que pede que se tirem conseqüências do que ela põe, situando, ao contrário, as indicações pressupostas "embaixo" da troca de palavras ulterior — pois não são elas que estão em questão já que não devem estar diretamente vinculadas ao diálogo. Elas não alimentam o discurso, mas são-lhe subjacentes. Falamos a partir delas, mas não falamos delas.

(N.B. Noto que, mas este não é o lugar para desenvolver esse ponto, a concepção intencional, "ideal", do ato de fala, explicitada aqui, e apenas subjacente em *Dire et ne pas dire*, permite certas simplificações na descrição dos atos particulares. Assim, pude descrever a ordem, a questão, a afirmação como induzindo, respectivamente, a obrigação de obedecer, de responder ou de admitir; uma vez estipulado que se trata apenas de indicar pretensões constitutivas e não efeitos reais. Restringi-me antes às descrições formalmente mais complexas, ao dizer que a ordem, por exemplo, cria para o interlocutor a alternativa da obediência e da desobediência. Tudo isso para não ter que introduzir uma obrigação — quer ela seja moral ou social — de responder às questões, de obedecer aos comandos ou de crer nas afirmações.)

Suponhamos, portanto, admitida essa concepção da pressuposição como ato ilocucionário, e a concepção, desenvolvida ao mesmo tempo, do ato ilocucionário como pretensão da fala de atribuir às personagens do diálogo, pela sua própria existência, novos direitos e deveres. Gostaria agora de tirar algumas conseqüências que aparecem mal em *Dire et ne pas dire* e que permitem talvez responder às principais críticas de Paul Henry. É preciso primeiro apontar esse primeiro corolário: a pressuposição não pode mais ser definida como uma relação entre frases, o que a distingue radicalmente de noções como as de paráfrase ou de implicação. Indicar o pressuposto de (1) *Pierre parou de fumar* é dizer que, ao enunciar (1), tomamos uma atitude particular,

caracterizada acima, ante o conteúdo "Pierre fumava antes". É claro que na medida em que esse próprio conteúdo pode ser exprimido por meio de uma frase francesa (*Pierre a cessé de fumer*) e que ele é, por outro lado, pressuposto em muitas outras frases diferentes de (1) (por exemplo por *Pierre continua a fumar* (*Pierre continue à fumer*)), a consideração dos pressupostos permite definir, por ricochete, relações entre frases, principalmente aquela que existe entre duas frases das quais uma põe o que a outra pressupõe, ou ainda entre frases tendo os mesmos pressupostos. Mas essas relações são simplesmente *induzidas* a partir do fenômeno da pressuposição, e não o constituem. Antes de tudo, a pressuposição é uma operação realizada por um locutor ante essa entidade semântica abstrata que chamo de conteúdo, operação que tem uma natureza análoga, ainda que diferente por suas modalidades, à da interrogação. Pode-se pressupor que Pierre fumava (utilizando, por exemplo, a frase (1)), mas pode-se também fazer desse mesmo conteúdo o objeto de uma questão (perguntando *Pierre fumava?*). Essa é a razão pela qual recuso-me a considerar a pressuposição como uma noção lógica (ainda que, na medida em que ela funda certas relações entre frases, ela possa dar lugar a uma lógica). Quando me acontece de apresentá-la como elemento de uma "lógica do discurso" — o que Paul Henry me reprova — trata-se de uma acepção muito particular desse termo, acepção que tentei explicitar acima com o conceito de "estruturalismo do discurso ideal". Gostaria de apontar essa propriedade, característica a meu ver de toda fala, de ser definível somente com relação a uma seqüência da qual ela se pretende o começo, de modo que seu sentido é o próprio sentido no qual ela pretende orientar a situação de discurso. Isso não se reduz — mais exatamente todo o meu trabalho procura levar à assunção de que isso não se reduz — à constatação banal de que falamos geralmente com a intenção de influenciar o ouvinte. Minha idéia é de que há certos aspectos dessa influência que se confundem com o sentido mesmo da fala: dizer é então pretender fazer. (Eis o que eu pretendia dizer em favor da proposição 3 anunciada em páginas precedentes).

A definição da pressuposição como ato ilocucionário provoca uma segunda consequência, que vou comentar mais longamente, pois ela está intimamente relacionada com as críticas de Paul Henry, tais como as compreendi e apresentei no começo dessa exposição. Parece-me pouco contestável que um grande número de atos ilocucionários realizados na fala não esteja marcado nas próprias palavras que utilizamos. É verdade, de um lado, para os atos "especiais", ligados ao exercício de uma atividade particular. Consideremos enunciados como *A sessão está aberta* (*La séance est ouverte*); *O senhor X está suspenso de suas funções* (*Monsieur X est suspendu de ses fonctions*); *Teu nome é Pierre* (*Tu es Pierre*). Todos os critérios habituais levam a pensar que, em alguns de seus empregos, eles servem para realizar atos tipicamente ilocucionários como batizar, despedir um subordinado, abrir uma sessão. Ora, não é fácil inscrever essas eventualidades em uma descrição das frases propriamente ditas, que não têm na sua estrutura sintática ou semântica nenhuma propriedade identificável ligada a essas funções. O valor ilocucionário parece, aqui, surgir na enunciação sem estar marcada no enunciado. Além disso, deixando de lado esses casos em que se manifesta um funcionamento social bem determinado, pode-se observar facilmente que frases marcadas por um certo tipo de ato servem freqüentemente para realizar um outro. Desse modo, a frase *Você pode abrir a janela?* (*Pouvez-vous ouvrir la fenêtre?*) tem todas as características de uma questão. O que não impede que ela funcione, na maioria das vezes, como um pedido, análogo a *Abra a janela, por favor* (*Ouvrez la fenêtre s'il-vous-plaît*); a obrigação que ela pretende passar para o destinatário não cria apenas — talvez até de modo algum — uma obrigação de responder, mas uma obrigação de agir. Donde somos levados a concluir que um ato ilocucionário pode ser diferente daquele pelo qual o enunciado é marcado.

Mas isso não é sem consequência para a pressuposição, se ela constitui um tipo de ato comparável ao da questão ou do pedido. Pois é preciso então, ou bem dar-lhe um lugar totalmente à parte (o que lançaria alguma dúvida sobre a caracterização como ato ilocucionário), ou admitir que ela pode também aparecer apenas por

uma espécie de derivação no momento da enunciação. Mais do que isso, é preciso admitir que uma pressuposição marcada no interior de uma frase pode desaparecer em certos empregos, ou ser substituída por outra coisa. O que contradiz, sem escapatória possível, a tese, explicitamente sustentada em *Dire et ne pas dire* e lembrada nas primeiras páginas desta exposição, segundo a qual a pressuposição *define-se* pela sua inerência ao enunciado, por sua participação no que chamei seja de significação, seja de sentido literal. Cai, pelo mesmo movimento, a distinção do pressuposto e do subentendido, ou ela deve ser totalmente reformulada.

Alguns exemplos, primeiro, darão razões empíricas para acreditar-se que os pressupostos estão sujeitos a um processo de derivação. Pois, se admito essa possibilidade, não é apenas *a priori*, e para salvar a qualquer preço o caráter ilocucionário da pressuposição. O fenômeno pode ser observado em duas direções simétricas. De um lado, acontece que, em uma determinada enunciação, algumas indicações funcionam como pressupostos (no que diz respeito ao encadeamento), enquanto não há nenhum argumento para introduzi-las enquanto tais no enunciado utilizado. Reconhecê-lo permite-nos, aliás, escapar de diversas consequências, totalmente contra-intuitivas, que se tornaram necessárias pela teoria da pressuposição apresentada sob sua primeira forma. Consideremos uma frase como:

(4) *Eu visitei Moscou com Pierre. (J'ai visité Moscou avec Pierre.)*

Em muitas das suas utilizações, ela comportará um dos dois pressupostos:

(4¹) *Eu visitei Moscou. (J'ai visité Moscou.)*

(4²) *Eu estava com Pierre. (J'ai été en compagnie de Pierre.)*

No primeiro caso, o locutor pretende orientar o diálogo sobre o fato de que sua visita a Moscou (que em si mesma não era o objeto da mensagem) foi feita em companhia de Pierre. O tipo de continuação contemplada diz então respeito a Pierre, seu comportamento em Moscou, a sorte que ele teve... Mas é também possível tomar (4'') por pressuposto, o que significa colocar fora do discurso o fato de que se viajou com Pierre e oferecer como único tema a indicação de que, nessa viagem, se foi a Moscou (isto é, apelar para as questões que estariam excluídas na primeira interpretação). Ora, esses funcionamentos pressuposicionais da enunciação não podem apoiar-se numa descrição do enunciado. Pois não há nenhuma razão para associar ao enunciado os pressupostos (4') e (4'') — visto que as transformações utilizadas "classicamente" como critérios, negação e interrogação, podem muito bem negar ou pôr em questão tanto uma como a outra dessas duas indicações. Seria, é claro, possível encontrar no arsenal lingüístico meios para resolver o problema, declarando, por exemplo, que (4) é "pressuposicionalmente" ambíguo. Mas tudo isso torna-se inútil se admitimos que a enunciação pode criar pressuposições — sobretudo quando o próprio enunciado está marcado para formular várias indicações diferentes.

Antes de refletir de um modo mais teórico sobre essa primeira série de exemplos, dou algumas amostras do fenômeno simétrico, o desaparecimento enunciativo de pressupostos marcados no enunciado. Costuma-se dizer que os enunciados (5) e (6) abaixo pressupõem respectivamente (5') e (6'):

- (5) *Pierre sabe que Maria virá. (Pierre sait que Marie va venir.)*
- (6) *Lamentamos não poder recebê-lo. (Nous regrettons de ne pas pouvoir vous recevoir.)*
- (5') *Maria virá.*
- (6') *Nós não podemos recebê-lo.*

Ora, é perfeitamente concebível, em certas situações, que (5') e (6') funcionem como postos; isto é, podemos tomar (5) e (6) como destinados a orientar o diálogo a partir de (5') e (6'). Cf.:

- *Não se preocupe. Pierre sabe que Maria virá, você poderá vê-la, portanto, em breve.*
- *Lamentamos não poder recebê-lo; é que atualmente temos realmente muito trabalho. Não nos queira mal por isso.*

E mesmo os famosos pressupostos de existência (a existência do rei da França em *O rei da França é sábio*) podem ser apresentados, através de uma retórica apropriada, como objeto da comunicação. Para tornar mais convincentes os desenvolvimentos que precedem, seria preciso elaborar uma retórica da pressuposição (mais ou menos inexistente nesse momento), em que se mostraria sobretudo como os pressupostos são quer produzidos, quer anulados. Mas não é esse o lugar para desenvolvê-la (Esbocei esse tema em um artigo, já bastante antigo, retomado no capítulo 12 de *La preuve et le dire*, Paris, Mame, 1973).

Existe contudo um problema teórico, prévio a essas pesquisas, e que podemos ver desde agora em que sentido eu gostaria de tratá-lo. Trata-se de saber por que, se os pressupostos não estão ligados essencialmente ao enunciado, pode-se dizer apesar de tudo, como acaba de ser feito amplamente, que tal enunciado é ou não marcado por tal pressuposto. Para responder a essa questão, é preciso notar primeiro uma diferença existente — entre os critérios da pressuposição — entre os que chamei de "semânticos" e o critério pragmático do encadeamento de que me servi antes. É que os primeiros dizem respeito ao próprio enunciado: o da negação, por exemplo, estipula que se E e a negação de E contêm ao mesmo tempo a indicação X, então eles pressupõem, um e outro, X. Mas essa formulação implica imediatamente que E seja uma frase (em inglês *sentence-type*) e não uma ocorrência particular de frase (*sentence-token*). Pois é difícil imaginar o que poderia significar a

expressão "a ocorrência O' é a transformação negativa da ocorrência O". Tudo que se pode dizer é que O' utiliza um certo enunciado E' e que O utiliza um outro enunciado E e que E' é a transformação negativa de E. A mesma observação vale, é claro, para o segundo critério "semântico", a interrogação, que não pode, tampouco, dizer respeito às realizações individuais do enunciado. Mas a situação é diversa para a lei de encadeamento. Ela mantém todo seu sentido, quando aplicada a ocorrências. Posso dizer que tal ocorrência particular pretende proibir um tipo de encadeamento dado, e, por exemplo, apresenta como fora de propósito encadear sobre um conteúdo *c*, ainda que o locutor reconheça como verdadeiro esse conteúdo *c*. O que é exatamente o que penso ao dizer que a ocorrência em questão pressupõe *c*.

A partir dessa observação, vê-se por que pude ter sido levado a falar de pressuposição ao mesmo tempo que a propósito do enunciado e a propósito da enunciação: se se trata da realização efetiva de um ato de pressuposição, só se pode, é claro, afirmá-lo a propósito de enunciações. E, para testar se essa realização tem ou não sentido, recorre-se à lei do encadeamento. Mas quando se trata de saber se um dado enunciado é marcado por esse ato, recorre-se a argumentos de outra natureza. Lembro, efetivamente, que a significação do enunciado é para mim um objeto teórico: o que justifica recorrer a ela é seu valor explicativo, o fato que ela torna possível uma certa regularidade, uma certa sistematicidade, na previsão do sentido das enunciações. Aplicada ao problema particular da pressuposição, essa exigência de sistematicidade funde dois tipos de argumentação. Uma leva em consideração os atos de pressuposição, constituindo o sentido das enunciações. Suponhamos que todas as ocorrências de um enunciado E sirvam para realizar um ato de pressuposição ante um conteúdo *c* (mais exatamente, diante de uma infinidade de conteúdos diferentes, *c'*, *c''*... etc., que se pode derivar, dadas as situações de discurso, de um mesmo esquema *c*, em que *c'*, *c''*... são elementos de sentido, e *c*, um elemento de significação). Dir-se-á então que E está marcado para pressupor *c*. Na realidade, a situação é, aliás, sempre bem mais

complexa. Pois há certamente um bom número de ocorrências de E que não servem para realizar o ato de pressuposição em questão. O que se deve exigir, então, é que existam regras, justificáveis independentemente desse caso particular (chamo-as de "leis de discurso"), explicando por que não se tem a pressuposição para a qual o enunciado está marcado; supondo, por exemplo, que essa ausência é devido aos efeitos de ironia, de litote... etc. Ora, acontece que, e pode-se considerar isso como um resultado empírico, se o tipo de argumentação precedente conduz a que se marque E para a pressuposição de *c*, ele conduz freqüentemente também a marcar, para essa mesma pressuposição, E' e E'' como transformações negativa e interrogativa de E. Observa-se de outro lado que, para prever a significação do enunciado complexo G, obtido pela subordinação de dois enunciados simples E e F, há freqüentemente interesse em ter primeiro uma análise pressuposicional da significação de E e de F, as pressuposições de G sendo obtidas, segundo mecanismos de cálculo relativamente regulares, a partir das pressuposições de E e de F (Tal é a razão pela qual minha formação da regra de encadeamento concerne apenas à coordenação, relação entre enunciações, e não à subordinação, mecanismo produzindo enunciados). Donde um segundo tipo de argumentação, que está ligada ao nível da significação e baseada sobre as leis "semânticas" de negação, de interrogação, de subordinação.

O que justifica, pelo que me parece, a introdução dos marcadores de pressuposição na significação dos enunciados é justamente a convergência de todas essas considerações. Essa convergência mostra que não se trata de um simples "truque", de uma astúcia de apresentação permitindo no máximo resumir, de um modo cômodo e econômico, uma enorme variedade de observações empíricas; a passagem para o nível do enunciado servindo simplesmente para condensar em uma fórmula única as múltiplas constatações feitas no nível da enunciação. Pois essas marcas pressuposicionais introduzidas na descrição de um enunciado constituem uma espécie de nó em que se juntam — e isso de um modo que não era previsível desde o começo — dois tipos de

cálculos. De um lado essas marcas contribuem para explicar o que se passa quando o enunciado é empregado. De outro lado, são, elas mesmas, dedutíveis, na medida em que as leis "semânticas" (incluindo aí as regras de subordinação) permitem calcular os pressupostos dos enunciados complexos a partir dos pressupostos dos enunciados simples. É certamente possível que se chegue a introduzir nesse tipo de fenômenos tanto ordem como regularidade, renunciando à dupla hipótese de que há uma significação ligada ao enunciado e que os marcadores pressuposicionais fazem parte integrante dessa significação. Mas, enquanto isso não tiver sido feito, vejo com dificuldade como evitar essa hipótese (e como, por esse fato, rejeitar as proposições 1 e 4 da página 213, assim como seu corolário 5).

Para chegar a formular, a partir do que precede, o problema do sentido literal (cf. proposição 2), é preciso primeiro tentar situar a noção de subentendido. É claro que não posso mais manter a oposição pressuposto/subentendido tal como foi apresentada em *Dire et ne pas dire* e em diversos artigos anteriores (e as críticas de Paul Henry ajudaram-me muito a tomar consciência dessa questão). Pois essa oposição levava-me a *definir* a pressuposição por seu vínculo com o enunciado, enquanto acabo de caracterizá-la unicamente no nível da enunciação — mantendo ao mesmo tempo que ela pode estar, como a maior parte dos atos de fala (afirmação, ordem, interrogação, justificação, lamento...) marcada no enunciado, e que, por esse fato, constitui não apenas um uso, mas uma função da língua. Resta o problema de saber como passamos da marca pressuposicional para o ato de pressuposição, e, mais geralmente, da significação ao sentido — que é a tarefa do que chamo de "componente retórico". Essa tarefa consiste, por exemplo, em especificar, considerada a situação de discurso, o que se poderia chamar de as "variáveis referenciais" do enunciado; é preciso dizer para que realidades remetem, de um lado, os *shifters* (eu, tu, ele, aqui, agora), de outro lado, os elementos lexicais — que são sempre suscetíveis de uma grande variedade de interpretações "figurativas". Devem ser especificadas também o que chamei de as "variáveis intencionais" ou

"argumentativas" (por exemplo, ao dizer *Até Pierre veio (Même Pierre est venu)* apresento a vinda de Pierre como um forte argumento para uma certa conclusão *r*: o componente retórico deve prever, dada uma situação de discurso, qual é esse *r*). E é preciso ainda determinar a natureza dos atos de fala realizados pelo locutor (pode tratar-se de atos bem diferentes daqueles marcados na significação do enunciado). Chamo de subentendidos todos os elementos de sentido (em alguma categoria a que eles pertençam) cuja aparição explico supondo, naquele que interpreta a enunciação, um raciocínio do tipo: "se o locutor disse *isto*, é que ele queria dizer *aquilo*" (onde *isto* e *aquilo* designam, um e outro, sentidos completos, isto é, interpretações possíveis da enunciação). Um aspecto semântico *S* será portanto chamado de "subentendido" se:

- *S* pertence a uma interpretação *B*, engendrada como substituta de uma primeira interpretação *A*.
- *S* pertence a *B*, não a *A*.

Essa definição geral estando formulada, pode-se notar, a partir de todas as exposições precedentes, que qualquer tipo de ato de fala pode ser engendrado como subentendido, inclusive a pressuposição. Em outras palavras, parece-me impossível (agora) opor os conceitos de subentendido e de pressuposição, pois eles respondem a questões diferentes. Ao falar de pressuposição, caracterizamos um ato de linguagem (realizado na enunciação e, eventualmente, marcado no enunciado). Ao falarmos de subentendido, caracterizamos um processo interpretativo, isto é, o processo ao termo do qual uma enunciação pôde receber uma certa interpretação.

Uma vez dada essa definição de subentendido, é possível retomar o problema do sentido literal (entendendo por isso a "significação" presa ao enunciado, que foi sem dúvida, para Paul Henry, o principal obstáculo encontrado na leitura de *Dire et ne pas dire*. Admitiremos sem dificuldade — o que precede é, em todo caso, destinado à admissão — que esse "sentido literal" (da frase) é

não apenas distinto mas radicalmente diferente do que chamei de "sentido" (da enunciação). Tal como ele vem sendo caracterizado, o sentido literal não é um meio possível de comunicação: as regras do francês fazem com que nada podemos dizer em francês se decidimos limitarmo-nos ao sentido literal das frases ditas. Isso já é evidente se lembramo-nos de que a situação, que não intervém no estabelecimento do sentido literal, é necessária para estabelecer a referência da maioria das expressões. Pensemos também nas variáveis "argumentativas", das quais dei um exemplo mais acima. A descrição do *enunciado* "Até Pierre veio" deve indicar que existe uma conclusão *r* para a qual essa vinda constitui um argumento muito forte. Mas uma *enunciação* dessa frase não significa nunca que uma tal conclusão indeterminada exista: ela remete ao contrário a um *r* particular, perfeitamente determinado. E seria absolutamente estranho empregar a frase se o destinatário não é capaz de reencontrar esse *r*.

No que diz respeito à determinação dos atos de fala realizados (o que é a terceira tarefa atribuída há pouco ao "componente retórico"), a situação é aparentemente menos clara. É, efetivamente, fácil confundir a marca de ato e o próprio ato (cuja realização é constitutiva do sentido das enunciações), já que acontece com freqüência que o ato realizado seja efetivamente do mesmo tipo que aquele pelo qual o enunciado está marcado. É possível portanto imaginar, desse ponto de vista, que uma comunicação atenha-se ao sentido literal. Mas é preciso ver que uma tal comunicação, se quisermos que ela respeite as regras habituais do francês, deveria então consistir numa sucessão de frases independentes. Ela não conheceria nem discurso nem diálogo, isto é, nenhuma seqüência de enunciados coordenados. Pois as regras da coordenação (que fazem parte das regras do francês e estão ligadas à interpretação das conjunções) exigem que possamos coordenar com relação aos atos de fala derivados (subentendidos no sentido definido mais acima), sem limitarmo-nos unicamente aos atos inseridos no enunciado. Como compreender de outro modo a seqüência:

— *Você poderia abrir a janela? — se isso não lhe incomoda. (Pouvez-vous ouvrir la fenêtre? — si cela ne vous gêne pas.)*

Está bem claro que a condicional (que é aqui, na minha terminologia, uma coordenada) não diz geralmente respeito ao "ato literal", a saber, a questão, mas, sobretudo, ao "ato derivado", isto é, o pedido. Um segundo exemplo, em relação ao problema da pressuposição. Aponte há pouco o enunciado:

— *Lamentamos não poder recebê-lo.*

Na minha opinião, é preciso, de um lado, marcá-lo como pressupondo o conteúdo "Nós não podemos recebê-lo" (decisão que se baseia numa análise geral do verbo *lamentar* (*regretter*), e reconhecer de outro lado que ele serve, com freqüência, para anunciar esse conteúdo. E, apoiando-me no segundo ponto, imaginei um encadeamento por coordenação que levaria justamente em consideração este conteúdo ("é que nós temos muito trabalho"). Claro, não posso provar, apoiando-me num único exemplo, que o tratei corretamente (pois o encadeamento em questão poderia servir também para mostrar que a frase não é marcada pelo pressuposto que imaginei): sua análise só é justificável na relação com outros e na medida em que ela é imposta pela coerência de conjunto da teoria. Mas o que me importa aqui é apenas fazer ver que, *no quadro dessa teoria*, está excluído que os discursos possam ser lidos no nível do sentido literal: o encadeamento das frases, fato eminentemente lingüístico, só pode ser compreendido através da sua interpretação situacional; se há "significações" para os enunciados, não há para os textos ou os diálogos.

A discussão precedente deveria ser suficiente — pelo menos eu espero — para dar crédito à segunda das proposições avançadas anteriormente: o que chamo "significação", ou ainda "sentido literal" (na medida em que se trata de uma caracterização previsível a partir da letra do enunciado, e antes de instanciação), não poderia ser confundido com o "objeto real". Trata-se exatamente de um

"objeto de conhecimento", ou objeto teórico, que não pode ser ele mesmo matéria de comunicação qualquer. Se o tomo como postulado, é apenas porque ele ajuda-me a compreender a possibilidade de comunicações efetivas (eu, aliás, não ouvi falar ainda que se tenha chegado ao mesmo resultado sem recorrer, de um modo ou de outro, a uma caracterização semântica dos enunciados, isto é, a uma semântica lingüística). Em termos saussurianos, o sentido literal pertence à língua, dando a essa palavra seu sentido mais exigente, isto é, estabelecendo entre ela e a fala uma diferença de natureza, sem portanto apresentá-la como uma espécie de extrato ou de ideal da fala. E o que me interessa é de ser obrigado a prever no interior da língua um ato como o de pressupor, que se refere ao debate intersubjetivo. Acha-se assim reforçada a concepção geral da língua que, disse no início, parece ter dirigido a maior parte dos meus trabalhos e que a apresenta como sendo, antes de tudo, um instrumento para o afrontamento dos indivíduos. Os remanejamentos a que submeto agora as teses de *Dire et ne pas dire*, aqueles, por exemplo, que citei aqui, relacionados com as críticas de Paul Henry, estão sempre, no meu pensamento, destinados a dar força a essa imagem fundamental.

Será possível tirar dessas observações uma resposta ao problema do sujeito, preocupação central de Paul Henry? Não certamente uma resposta de conjunto, mas algumas indicações particulares, e esquemáticas, ilustrando a proposição 6, formulada há pouco. Chamar o locutor de um sujeito, isso pode querer dizer primeiro que pensamos que ele seja a origem, produtor, do sentido das suas palavras. Mas busco aqui apenas, como o faz freqüentemente Paul Henry, uma definição mais fraca (que deve em todo caso ser satisfeita para que a primeira o seja): declarar X sujeito de sua enunciação é supor que ele conheça o sentido dessa enunciação no momento em que ele a realiza. Minha primeira observação será para mostrar que a questão do sujeito (na acepção precedente) não poderia ser reconduzida para a do sentido literal. Suponhamos que atribuímos, como exige por definição a semântica lingüística, uma significação aos enunciados. Suponhamos mesmo que o locutor, na medida em que ele conheça sua língua, conheça

essa significação. Disso não resulta, de forma alguma, que ele conheça o sentido de sua enunciação — que é outra coisa totalmente diferente, procurei mostrar, da significação de seu enunciado (a significação não é mesmo uma aproximação ou uma simplificação do sentido). Parece-me portanto possível separar a hipótese de um sentido literal e a crença do sujeito. Com a condição de admitir que o sentido literal é uma pura entidade teórica — o que sempre tem sido o meu ponto de vista, mas que é incompatível com certas teses de *Dire et ne pas dire*, justamente criticadas por Paul Henry, e que procurei retificar aqui.

Estando estabelecida essa separação, resta mostrar em que sentido podemos, na perspectiva que acaba de ser esboçada, falar de um locutor-sujeito. Eu me contentaria com algumas sugestões a propósito da questão, que não é exatamente a minha. Sabemos que falo de subentendido cada vez que o interpretante obtém uma interpretação B por um raciocínio do tipo: "se o locutor *a* diz A (onde A já é um sentido, isto é, uma leitura do enunciado através da situação), é que ele queria dizer B". Há portanto subentendido a partir do momento em que há uma segunda interpretação. Mas, diremos, como a situação de discurso pode, de um lado, autorizar a leitura de A e, de outro, levar a substituí-lo por B? Como, por exemplo, ela pode conduzir a compreensão da enunciação: "Você poderia abrir a janela?" primeiro como uma questão e, em seguida, a partir dessa interpretação interrogativa, como um pedido? A resposta — que deveria ser negociada em análises de detalhe — poderia apoiar-se na idéia de que a situação não tem, em si mesma, nem estrutura nem limites: segundo o ponto de vista adotado, segundo os limites que lhe são atribuídos, ela toma aspectos absolutamente diferentes, e introduz elementos diferentes na interpretação. Não é portanto inverossímil que, para compreender uma enunciação, acionem-se sucessivamente duas imagens da situação: uma dada pela primeiro sentido (a), outra dada pelo subentendido (b). Sem excluir (os exemplos encontrariam facilmente) que possamos construir, a partir de B, uma terceira interpretação C, obtida a partir de uma nova representação da situação. Resulta de tudo isso que não há, dada uma situação, um

sentido "absolutamente primeiro" e um sentido "absolutamente segundo". Eles só são primeiro e segundo no interior de um processo interpretativo dado (o que é primeiro em todos os casos é a significação, mas ela não é uma interpretação: ela consiste apenas num conjunto de instruções para uma interpretação eventual). Explicar-se-ia desse modo a grande variedade do que chamamos habitualmente de "sentido literal"; quando entendemos por isso, não mais — como fiz até agora — a significação do enunciado, mas um "sentido primeiro" da enunciação, a partir do qual definem-se as figuras e os subentendidos: cf. a ambigüidade das exegeses "integradoras" da Escritura, que condenam certas interpretações como "metafóricas", mas não se privam, por outro lado, de leituras que outros julgariam bastante figuradas. É verdade que o mecanismo de interpretação por subentendido parece uma constante, que provém da língua e não depende dos indivíduos; mas, dada a indeterminação da situação, cada interpretante tem uma grande liberdade para aplicar esse mecanismo a seu modo, e produzir seus próprios subentendidos.

O que foi dito parece-me autorizar uma resposta positiva — mas de alcance restrito — ao problema do sujeito. Dada uma enunciação, é sempre possível extrair da situação de discurso (tal como a vemos ou como a imaginamos) diversos elementos permitindo a interpretação. Isso é também verdadeiro quando se trata de enunciações eventuais, cuja possibilidade apenas entrevemos. Pode-se, a partir de uma certa imagem da situação, prever para cada uma delas uma certa leitura e efetuar aquela à qual atribuímos a leitura correspondendo àquilo que desejamos. Nessa medida, não vejo por que o locutor não poderia representar-se um sentido de suas falas. De modo que as frases "X quis dizer isto", "X não quis dizer isto", não me parecem, *nelas mesmas*, absurdas (ainda que falte explicar como se pôde descobrir o sentido contemplado por X).

A partir desse ponto, dois tipos de pesquisas são concebíveis em análise do discurso. Pode-se achar interessante explicar, para uma dada enunciação, o leque de seus sentidos

possíveis, especificando, para cada um, quais representações situacionais e quais processos interpretativos permitem engendrá-lo. Aos psicólogos, historiadores e sociólogos pode interessar buscar, em seguida, qual desses sentidos foi visado pelo locutor, qual foi compreendido por tal destinatário ou tal ouvinte. Sem excluir que o locutor queira que várias interpretações sejam possíveis, das quais cada uma pode, por esse fato, ser desacreditada. Talvez ele hesite pessoalmente entre diversas leituras do que ele disse ou vai dizer. De toda maneira a tarefa do lingüista é apenas explicar a possibilidade de todas essas leituras (possibilidade que constitui o "objeto real" do lingüista, o ponto de partida da pesquisa).

Mas há uma segunda concepção da análise do discurso, perfeitamente ilustrada pelo trabalho de Paul Henry. Podemos, efetivamente, desinteressarmo-nos dessas representações do sentido para X ou para Y, representações que se baseiam sobre imagens da situação que estão necessariamente truncadas. Tentar-se-á determinar, segundo os métodos que não provêm mais, de modo algum, da pesquisa lingüística tradicional, um sentido verdadeiro, engendrado pela situação real, "material", do locutor. Sentido que ele conhece tão pouco como ele conhece essa situação. Tomaremos então como uma ilusão a eventualidade de que o locutor seja sujeito. Poderemos além do mais procurar mostrar — como o faz Paul Henry, e é isso que torna seu trabalho fascinante — que essa ilusão é inevitável. Seria uma necessidade consubstancial à língua, na medida em que ela se representa, ela própria, como um instrumento de comunicação, permitindo, a sujeitos conscientes de seu pensamento, torná-lo conhecido. E Paul Henry mostra que se trata, ou melhor, que se trataria de uma ferramenta imperfeita.

A escolha entre essas duas direções de trabalho não pode com certeza, no momento atual, ser objetivamente justificada. Só o será pelo que elas terão trazido, e quando terão trazido. Deveremos perguntar-nos então qual é o poder explicativo da primeira concepção. O lingüista ajuda o historiador e o sociólogo assinalando-lhes, a propósito de uma enunciação, que ela é suscetível de tal ou tal leitura, engendrada de tal ou tal maneira,

segundo a imagem da situação que fazemos intervir? E, de outro lado, a segunda concepção pode ser posta em prática segundo os critérios explicitados? Há um acesso controlável ao sentido "real" das palavras, acesso que não consistiria em perguntar-se o que o locutor *pôde* querer dizer? Ou o que os ouvintes *puderam* compreender?

BIBLIOGRAFIA

- Althusser, Louis. «Idéologies et appareils idéologiques d'Etat», *La Pensée*, 136, 1970, pp. 3-38.
- . *Réponse à John Lewis*, Paris, Maspéro, 1973.
- . «Remarques sur une catégorie: procès sans sujet ni fin(s)». In *Réponse à John Lewis*.
- Austin, J.L. *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- Balibar, Renée et Laporte, Dominique. *Le français national*, Paris, Hachette, 1974.
- Chomsky, Noam. *Aspects of the theory of syntax*, Cambridge, The M.I.T. Press, 1965.
- . *Le langage et la pensée*, Paris, Payot, 1968.
- . «Réponses au questionnaire de la R.T.B.». In *Hypothèses*, Paris, Seghers et Laffont, 1972.
- . «La forme et le sens dans le langage naturel». In *Hypothèses*, Paris, Seghers et Laffont, 1972.
- . *Questions de sémantique*, Paris, Le Seuil, 1975.
- Chomsky, Noam e Miller, G.A. *L'analyse formelle des langues naturelles*, Paris, Gauthier-Villars, 1968.
- Culioli, Antoine. «La formalisation en linguistique». In *Cahiers pour l'Analyse*, 9, 1968, pp. 106-17.
- Ducrot, Oswald. «Logique et linguistique». In *Langages*, 2, 1966, pp. 3-30.
- . «Le structuralisme en linguistique». In O. Ducrot, T. Todorov, D. Sperber, M. Safouan, F. Wald. *Qu'est-ce que le structuralisme?*, Paris, Le Seuil, 1968, pp. 13-96.
- . «Présupposés et sous-entendus». In *Langue Française*, 4, 1969, pp. 30-43.
- . «De Saussure à la philosophie du langage». Préface à J.R. Searle. *Les actes de langage*, Paris, Hermann, 1972, pp. 7-34 (Tradução de Searle - 1969).
- . *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann, 1972.
- Edelman, Bernard. *Le droit saisi par la photographie*, Paris, Maspéro, 1973.
- Faye, Jean-Pierre. *Théorie du récit et langages totalitaires*, Paris, Hermann, 1972.
- . *Langages totalitaires*. Paris, Hermann, 1972.
- Foucault, Michel. *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.
- Frege, Gottlob. «Über Sinn und Bedeutung». *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 1892, pp. 25-50. Tradução francesa de Claude Imbert.
- . *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris, Le Seuil, 1971, pp. 102-26.
- Freud, Sigmund. *L'interprétation des rêves*. Trad. I. Meyerson, Paris P.U.F., 1971.
- . *Métapsychologie*, Paris, N.R.F., Gallimard, 1974.
- . «Au-delà du principe de plaisir». In *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1967.
- Groethuysen, Bernard. *Origines de l'esprit bourgeois en France*, Paris, Gallimard, 1927.
- Haroche, Claudine; Henry, Paul; Pêcheux, Michel. «La sémantique et la coupure saussurienne», In *Langages*, 24, 1971, pp. 93-106.
- Henry, Paul. «Constructions relatives et articulations discursives». In *Langages*, 37, 1975, pp. 81-98.

- Hutchins, W.J. *The generation of syntactic structures from a semantic base*, Amsterdam, London, North-Holland, 1971.
- Jakobson, Roman. *Essais de linguistique générale*, trad. N. Ruwet, Paris, Editions de Minuit, 1964.
- Karsz, Saül. *Théorie et politique: Louis Althusser*, Paris, Hachette, 1974.
- Kuroda, S.-Y. «English relativization and some related problems». In *Language*, 44, 1968, pp. 244-66.
- . «Remarques sur la présupposition et les contraintes de sélection». In *Langages*, 14, 1969, pp. 52-80.
- Lacan, Jacques. *Écrits*, Paris, Le Seuil, 1966.
- . *Le Séminaire*, XI, «Les quatre concepts fondamentaux de la Psychanalyse», Paris, Le Seuil, 1973.
- . *Le Séminaire*, I, «Les écrits techniques de Freud», Paris, Le Seuil, 1975.
- . *Le Séminaire*, XX, «Encore», Paris, Le Seuil, 1975.
- Lakoff, George. «Presupposition and relative well-formedness». In D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits. *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press, 1971, pp. 329-44.
- Lecourt, Dominique. «Sur l'archéologie du savoir». In *Pour une critique de l'épistémologie*, Paris, Maspéro, 1972, pp. 98-133.
- . *Une crise et son enjeu: essai sur la position de Lénine en philosophie*, Paris, Maspéro, 1973.
- Leeman, Danielle. «Distributionnalisme et structuralisme». In *Langages*, 29, 1973, pp. 6-42.
- . «Les paraphrases». In *Langages*, 29, 1973, pp. 43-54.
- Lenine, V.I. *Matérialisme et empiriocriticisme*, Moscou, Editions du Progrès, 1970.
- Lightfoot, D. «Les présupposés dans la grammaire transformationnelle». In *Problèmes de Sémantique*, Québec. Les Presses de l'Université de Québec, 1973.
- McCawley, James D. «The role of semantics in grammar». In E. Bach e R. Harms. *Universals in linguistic theory*, New York.- London, Holt, Rinehart and Winston, 1969.
- Milner, Jean-Claude. *Arguments linguistiques*, Paris, Mame, 1973.
- Normand, Claudine. «Propositions et notes en vue d'une lecture de Ferdinand de Saussure». In *La Pensée*, 154, 1970, pp. 34-51.
- Pêcheux, Michel. *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.
- . *Les vérités de La Palice*, Paris, Maspéro, 1975.
- Pêcheux, Michel e Fichant, Michel. *Sur l'histoire des sciences*, Paris, Maspéro, 1969.
- Piaget, Jean. «Les problèmes principaux de l'épistémologie des mathématiques». In *Logique et connaissance scientifique*, sob a direção de J. Piaget, Encyclopédie de La Pléiade, Paris, Gallimard, 1967.
- Raymond, Pierre. *Le passage au matérialisme*, Paris, Maspéro, 1973.
- Roudinesco, Elisabeth. *Un discours au réel*, Paris, Mame, 1973.
- Safouan, Mustafa. «De la structure en psychanalyse: contribution à une théorie du manque». In O. Ducrot, T. Todorov, D. Sperber, M. Safouan, F. Wahl. *Qu'est-ce que le structuralisme?*, Paris, Le Seuil, 1968.
- . *Études sur l'Édipe*, Le Seuil, 1974.
- Saussure, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot, 1965.

- Searle, John R. *Speech Acts*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press. Tradução francesa de Helena Pauchard: J. R. Searle, *Les actes de langage*, Paris, Hermann, 1972.
- . «Human communication theory and the philosophy of language». In F.X. Dance. *Human Communication Theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1967, pp. 116-29.
- Scilicet 2/3, Paris, Le Seuil, 1970.
- Strawson, P.F. *Identifying reference and truth values*.

N.B. As edições correspondem às remissões no texto.